



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

IVAN FERREIRA DE CAMPOS

**A EMANCIPAÇÃO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO QUALITATIVO ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA
COOPER REGIÃO**

IVAN FERREIRA DE CAMPOS

**A EMANCIPAÇÃO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO QUALITATIVO ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA
COOPER REGIÃO**

Dissertação de mestrado em nível *strictusensu* vinculado ao Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA – UEL, apresentada como requisito para a qualificação, sob a orientação do Professor Doutor Luís Miguel Luzio dos Santos.

Londrina - PR
2014

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da
Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

C198e Campos, Ivan Ferreira de.

A emancipação a partir da economia solidária : um estudo qualitativo acerca da experiência da Cooper Região / Ivan Ferreira de Campos. – Londrina, 2014.
152 f. : il.

Orientador: Luís Miguel Luzio dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Administração, 2014.

Inclui bibliografia.

1. Economia solidária – Teses. 2. Cooperativas – Teses. 3. Catadores de lixo – Teses. 4. Desenvolvimento sustentável – Teses. I. Santos, Luís Miguel Luzio dos. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Estudos Sociais Aplicados. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 658:334

IVAN FERREIRA DE CAMPOS

**A EMANCIPAÇÃO A PARTIR DA ECONOMIA SOLIDÁRIA:
UM ESTUDO QUALITATIVO ACERCA DA EXPERIÊNCIA DA COOPER
REGIÃO**

Dissertação de mestrado em nível *strictu sensu* vinculado ao Programa de Pós Graduação em Administração – PPGA – UEL, apresentada como requisito para a qualificação, sob a orientação do Professor Doutor Luís Miguel Luzio dos Santos.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Miguel Luzio dos Santos
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Benilson Borinelli
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr. Armando de Melo Lisboa
UFSC – Florianópolis – SC

Londrina, 14 de Fevereiro de 2014.

Esta obra é resultado de um esforço que não acabará nunca, esforço por um mundo melhor, onde a sociedade seja reflexo daquilo que se espera de uma sociedade...

Por isso dedico esta obra aos que empenharão suas vidas nesse esforço...

“O amor é uma atividade, e não um afeto passivo; é um “erguimento” e não uma “queda”. De modo mais geral, o caráter ativo do amor pode ser descrito afirmando-se que o amor, antes de tudo, consiste em dar, e não em receber...”

Erich Fromm – A Arte de Amar

Eu digo que o amor consiste em ser um ser que vive para ver outros seres sentindo-se amados...

Que amar é lutar para que as pessoas vivam uma vida de amor...

Que uma vida de amor é uma vida em que a sociedade como um todo, sem distinções, diferenças, desarmonia, preconceitos ou injustiças, possa gozar desse amor...

E finalizo ao dizer que pelo amor, valem todas as coisas, todas as lutas e revoluções, pois uma vida sem amor não é vida...é dor!

Ivan Ferreira de Campos

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço ao meu Deus, pelo privilégio que me foi dado quando ingressei neste programa de mestrado depois uma grande luta e de condições adversas que me distanciavam deste que era meu grande sonho. Agradeço a este mesmo Deus que me capacitou e qualificou para que hoje esta etapa estivesse próxima de seu fim.

Agradeço à minha esposa que antes dessa jornada ter seu início era minha namorada e me deu todo o incentivo e apoio durante os processos que antecederam a meu ingresso no programa, bem como durante seu árduo percurso.

Agradeço à minha mãe Heliana, meu irmão Vitor e minha sogra Rosemary que também estiveram comigo durante este período de trabalho e estudos, da mesma forma como a meu cunhado Ney, sua esposa Aline e à minha sobrinha Ana Júlia.

Devo agradecer da mesma maneira aos amigos que fiz no mestrado, meus colegas que diariamente assim como eu, foram provados em suas habilidades e no desenvolvimento de seus conhecimentos, grande amigos que tornaram essa jornada mais humana.

Agradeço a todos os professores do PPGA-UDEL, que de maneiras distintas contribuíram para minha formação, me instigaram, tornaram meus dias e madrugadas intensas, e por fim me fizeram um homem e um profissional melhor.

Agradeço a meu orientador e amigo, Professor Doutor Luís Miguel Luzio dos Santos, que com seus conhecimentos e sua forma de ensinar, tornou este trabalho um exercício de amor para com as pessoas e o problema envolvido.

Não posso me esquecer de agradecer ao também amigo, o Professor Doutor Benilson Borinelli que antes, durante e provavelmente depois deste programa, continuará a me instigar, desafiar, discordar, concordar, construir e desconstruir as teorias, sempre com o objetivo de tornar-me um pesquisador de fato. Sem dizer que devo meus agradecimentos profundos a ele pela redescoberta de Marx.

Por fim, agradeço ao Professor Doutor Armando de Melo Lisboa por suas contribuições à época da qualificação, e por poder estar presente neste momento de encerramento de um grande ciclo de minha vida.

CAMPOS, Ivan Ferreira de. **A emancipação a partir da economia solidária: um estudo qualitativo acerca da experiência da COOPER REGIÃO**. 2013. 152f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2013.

RESUMO

Este estudo teve como objetivo investigar a emancipação a partir da Economia Solidária na COOPER REGIÃO (Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Londrina). Para tal, a pesquisa centrou-se nas discussões que tomam a emancipação como um processo em desenvolvimento e inacabado, fundamentado em um diálogo com o conceito central de emancipação proposto por Cattani (2003) em que seria possível aos atores sociais marginalizados na sociedade contemporânea atingir a condição de emancipados a partir de uma nova organização do trabalho. Neste contexto, a marginalização dos atores apresenta-se no centro das crises enfrentadas pela sociedade capitalista, dentre as quais destacam-se: a crise social e de sociabilidade, a crise ambiental e as crises econômicas. Destas últimas, citadas também por Souza Santos (2002), emanaria a necessidade de alternativas que possam reverter ou extirpar tais crises. Neste sentido, o presente trabalho desenvolveu-se sob o pano de fundo da crise social em cujo centro encontra-se a Economia Solidária. Segundo Singer (1999, 2002), expoente teórico central da temática, promove uma nova forma de organização do trabalho e da ordem econômica, possibilitando por meio de um modelo participativo, inclusivo e auto-gestionário, a condição de incluir os excluídos e levá-los à emancipação. A partir deste modelo, o papel do Estado por meio das políticas públicas, bem como a inclusão e a democracia foram temas abordados sob as perspectivas de Dowbor (2006), Furtado (2002) e Cattani et. al. (2009). Esta investigação fora guiada sob uma abordagem qualitativa com base nos delineamentos de Godoi et. al. (2006), em que a questão da emancipação a partir da Economia Solidária fora investigada por meio de entrevistas abertas, com o objetivo central de melhor compreender a emancipação na perspectiva dos atores sociais que integram a COOPER REGIÃO. O resultado desta pesquisa permitiu entender que analisar a emancipação sob um paradigma fechado, ou tomando como base modelos ideológicos paternalistas, funcionalistas, políticos ou críticos mais extremados, não considera a realidade e a vida dos seres humanos envolvidos nos problemas sociais. Tal compreensão decorre da identificação de uma pluralidade de significados para a emancipação para os indivíduos envolvidos nesse processo considerando a melhora em sua condição de vida e a realização de seus anseios pessoais e coletivos.

Palavras-Chave: Emancipação. Economia solidária. Cooperativa de catadores de lixo. Sustentabilidade social.

CAMPOS, Ivan Ferreira de. **The emancipation from the solidarity economy: a qualitative study about the experience of cooper region.** 2013. 152p. Dissertation in Level *strictusensu*. Post Graduation Program in Management - PPGA. State University of Londrina - UEL. 2013.

ABSTRACT

This study aimed to investigate the emancipation from the Solidarity Economy in Region Cooper (Cooperative of Recyclable Materials and Solid Waste in the Metropolitan Region of Londrina) . To this end , the research focused on the discussions taking emancipation as an unfinished and evolving process, based on a dialogue with the central concept of emancipation proposed by Cattani (2003) in which it would be possible to marginalized social actors in contemporary society achieve the condition of emancipated from a new organization of work. The marginalization of these actors would be present in the center of the crisis of the capitalist society, among which it is cited: sociability and social crisis, the environmental and economic crisis, presented in the arguments of Souza Santos (2002) and that emanate the need for alternatives that could revert or extirpate such crises. For this survey the social crisis was the central pillar and in the center of this the Solidarity Economy emerges as model according to Singer (1999, 2002), the central theoretical exponent, can promote a new form of work organization and a new economic order, enabling through a participatory, inclusive and self-managerial model, the condition to include the excluded and bring them to emancipation. From this model issues as the role of the state through public policies, as well as the inclusion and democracy have been addressed from the perspectives of Dowbor (2006), Furtado (2002) and Cattani et . al. (2009).The research was guided under a qualitative approach based on the designs of Godoi et . al. (2006), in which through open interviews and the issue of emancipation from the Solidarity Economy had been investigated, with the central goal of an understanding of emancipation from the perspective of social actors in the Cooper region. The survey results revealed that understanding the emancipation under a closed paradigm or a paternalistic ideological models, or a functionalist and a politician approach, or even an extreme critical view, do not consider the reality and life of humans involved in social problems, because in seeking to understand the objective of this research, it revealed a plurality of understandings about what would emancipation for people is, in which the center of these understandings would be the improvement of living conditions and the achievement of personal and collective aspirations .

Key-Words: Emancipation. Solidarity economy. Garbage collectors cooperative. Social sustainability.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	–	Categorias e Características Emancipatórias.	47
Quadro 2	–	Contextualização ou Enquadramento Empírico.	58
Quadro 3	–	Tipologias de Iniciativas ou Empreendimentos Solidários.	60
Quadro 4	–	Mapeamento da Economia Solidária por Tipologias no Brasil.	62
Quadro 5	–	Quadro Conceitual Inerente à Emancipação.....	68
Quadro 6	–	Categorias de Análise.	72
Quadro 7	–	Questões ou Fatos que seriam Investigados	73
Quadro 8	–	Gestão da COOPER REGIÃO	89
Quadro 9	–	Simulação de Remuneração do Catador de Rua.....	91
Quadro 10	–	Síntese das Condições de Vida dos Indivíduos antes da Cooperativa.....	97
Quadro 11	–	Percepção de Melhoria de Vida e Autoestima	102
Quadro 12	–	Percepções e Participação nos Processos de Decisão da Cooperativa.....	109
Quadro 13	–	A Emancipação para os Atores Entrevistados	114
Quadro 14	–	Questões sobre a Participação e a Democracia nos Processos Decisórios.....	124

LISTA DE SIGLAS

ANPAD	Associação Nacional dos Cursos de Pós-graduação em Administração.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEPEVE	Central de Prensagem e Vendas.
CMTU	Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização de Londrina.
COMAREL	Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem de Resíduos Sólidos de Londrina.
COOCEPEVE	Cooperativa de Profissionais de Reciclagem de Londrina.
COOPEROESTE	Cooperativa de Catadores da Região Oeste de Londrina.
COOPERSIL	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina.
COOPER REGIÃO	Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina.
COOPRELON	Cooperativa Regional de Coleta Seletiva e Reciclagem da Região Metropolitana de Londrina.
COPPE-UFRJ	Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.
FINEP	Agência Brasileira da Inovação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego.
ONGS	Organizações Não Governamentais.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PPGA-UEL	Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PT	Partido dos Trabalhadores.
REDALYC	Red de Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal.

SCOPUS	Base de Dados de Resumos e Referências da Elsevier.
SENAES	Secretaria Nacional da Economia Solidária.
UCPEL	Universidade Católica de Pelotas.
UEL	Universidade Estadual de Londrina.
UEM	Universidade Estadual de Maringá.
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UFPR	Universidade Federal do Paraná.
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco.
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina.
UNAMA	Universidade do Amazonas.
UNISINOS	Universidade do Vale dos Sinos.
UNITRABALHO	Rede de Universidades do Trabalho.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS	18
1.1.1	Objetivo Geral	18
1.1.2	Objetivos Específicos	18
1.2	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA	18
2	REVISÃO DA LITERATURA	21
2.1	A CRISE SOCIAL DE UMA SOCIEDADE EM CRISE	21
2.2	A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO	25
2.2.1	A Luta de Classes, a Igualdade e a Emancipação Plena.	28
2.2.2	A Necessidade de Alternativas e a Economia Solidária	37
2.2.3	A Política Pública da Economia Solidária e a Emancipação Econômica.	42
2.3	A VISÃO CRÍTICA ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	51
3	REVISÃO EMPÍRICA: ESTUDOS AFINS E QUADRO CONCEITUAL INERENTE À EMANCIPAÇÃO.	57
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
4.1	DEFINIÇÃO DA NATUREZA DA PESQUISA	69
4.2	ESTRATÉGIA METODOLÓGICA E DEFINIÇÃO DA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO	69
4.3	JUSTIFICATIVA E ESCOLHA DOS ATORES	70
4.4	DESENVOLVIMENTO DO ROTEIRO E PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	71
5	O CASO DA COOPER REGIÃO	74
5.1	O CENÁRIO E A UNIDADE DE ANÁLISE	74
5.2	OS RELATOS E EXPERIÊNCIAS: COOPERADOS	91
5.3	OS RELATOS E EXPERIÊNCIAS: DIRETORIA	115
5.4	A ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE CAMPO	129
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

REFERÊNCIAS.....	143
APÊNDICE	149
APENDICE A.....	150

1 INTRODUÇÃO

Conforme aponta Singer (1999), a sociedade contemporânea apresenta-se repleta de desigualdades asseveradas por uma dependência profunda inerente a dispositivos econômicos desiguais. Essa condição agravou-se na sociedade capitalista, em especial para Marx (1998), pois se baseia em relações de organização social legitimadas pela acumulação de capital, pela concentração econômica e pelas trocas desiguais.

Singer (1999) ainda aponta que tais desigualdades limitam a autonomia dos atores sociais gerando problemas de natureza comum como a violência, a fome, a miséria, as doenças e, por fim, criando grupos marginalizados por um sistema de mercado onde atores privilegiados e os governos seriam os grandes concentradores de riquezas.

Considerando que os princípios democráticos tidos como norteadores da sociedade moderna presumem, segundo Dowbor (2006), a equidade e as plenas condições de os indivíduos participarem da divisão das riquezas, das decisões e dos frutos do desenvolvimento, compreende-se que a concentração de riqueza nas mãos de grupos de atores organizacionais é uma ameaça à democracia.

Isso ocorre pelo fato de que, considerando a existência de grupos concentradores de riqueza, configura-se essa concentração de poder nas mãos destes que pela satisfação única de seus interesses e necessidades, naturalmente apartam os marginalizados pela lógica do sistema social.

Os atores marginalizados não têm poder para resistir ou questionar e, devido a sua condição social, tornam-se submissos à pobreza, fome e miséria, bem como aos desmandos dos concentradores de poder. Disso emana a questão que estaria ligada à necessidade de alternativas, ou de uma pluralidade de alternativas às contradições do capitalismo, em particular no tocante à reversão da condição de submissão dos atores marginalizados e dominados.

Tal necessidade de alternativas, ainda que contrárias à racionalidade do sistema hegemônico, delineia conforme Furtado (2002), as evidências da inegável condição de que a sociedade contemporânea vive um grave problema social, e que este problema exige uma reflexão sobre as formas de organização social em favor de uma democracia econômica que equilibre as condições de bem estar social.

Seguindo esta linha de pensamento, Dowbor (2006) discorre sobre um processo em que a construção social caminhará contrariamente à desigualdade. Segundo aponta, questões como o modelo de consumo, a apropriação dos recursos naturais e os sistemas de tomada de decisão seriam repensadas de maneira a incluir os excluídos e reduzir o impacto da ação industrial no meio ambiente.

Considerando este argumento, o autor coloca que por meio de uma conscientização social tanto as questões sociais quanto a preservação do meio e das condições de existência seriam trabalhadas.

Para isso, este estudioso defende a **emancipação dos atores sociais** segundo a qual os sujeitos deixariam um estado de alienação social, baseado nos modelos de consumo e submissão à reprodução da riqueza, e passariam à condição de indivíduos. Neste modelo, tais sujeitos primariam pela qualidade de vida e pelo bem estar coletivo, ainda que abdicando das condições de vida presentes na sociedade contemporânea.

Esse discurso assume uma orientação **marxiana** sobre a qual esta dissertação se debruçará a fim de construir, primeiramente, o conceito de emancipação em uma perspectiva crítica clássica, de acordo com a filosofia de Marx (1844), para então chegar ao conceito central de emancipação na visão contemporânea de Cattani (2003).

Para o referido autor, o conceito de emancipação contemporâneo define-se como: ***“um processo ideológico e histórico de libertação de comunidades e grupos sociais da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais, em uma significação em que os atores livram-se do poder exercido por outros, conquistando, ao mesmo tempo a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito...em que a sociedade torna-se verdadeiramente emancipada quando a lei maior é o bem comum, o inverso do elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses”***.

No centro dessa caracterização conceitual, Singer (2002) propõe que o modelo da Economia Solidária seria capaz de guiar os atores dominados e marginalizados a esta emancipação, partindo de uma condição em que seu trabalho gerasse condições de garantir o acesso à satisfação de suas necessidades e a uma condição de condutores centrais de suas vidas. Ao atingirem essa condição, esses

indivíduos chegariam ao que Souza Santos (2002) argumenta ser um processo de realização pessoal, autônomo e em que pudessem ter o esclarecimento sobre as decisões a serem tomadas em relação a si e ao meio social sob uma perspectiva crítica.

Todavia, para uma compreensão sobre como seria possível atingir essa emancipação, e tomando a Economia Solidária como modelo, observou-se que as propostas de cooperação ou arranjos associativos comuns seriam um provável caminho a percorrer na busca por este entendimento, construindo, assim, o problema da pesquisa.

Para contribuir com a construção dessa perspectiva, analisa-se, particularmente, o caso do Brasil cujos dados divulgados em 2011 acerca do IDH, Índice de Desenvolvimento Humano, apontaram para uma sociedade que detém um índice de 0,730 em uma escala que vai de 0 até 1. Sendo assim, nota-se um impacto negativo da desigualdade na ordem dos 27,7% (IDH-PNUD, 2011), sobressalente aos índices médios globais considerados altos, na casa dos 23%, e maior do que em outros países latinos que encontram-se na casa dos 26%.

Estes números, quando observados em uma perspectiva comparativa com os índices de outros países latinos, evidenciam que o IDH brasileiro é menor e distante do apresentado por países como Chile (0,819), Argentina (0,811), Uruguai (0,792) e México (0,775). Ratifica-se, ainda, que mesmo em relação a outras sociedades prismáticas com desenvolvimento tardio, o Brasil apresenta-se aquém dos índices de atendimento das demandas sociais médias globais.

Outros indícios acerca destas fragilidades e que estariam próximos de uma realidade dos países latino-americanos e em particular do Brasil, alicerçam-se no fato de que o aprofundamento das contradições existentes na sociedade apresenta-se mais evidente do que os avanços no campo social e também em relação ao meio ambiente, pois as sociedades menos desenvolvidas padecem de políticas efetivas no combate dos problemas sociais e do mau uso dos recursos naturais.

Alinhando este cenário, e buscando alternativas que possam reverter estes problemas, em especial a crise social que foi o eixo central desta pesquisa, realizou-se um resgate de autores como Singer (1999), Cattani (2009),

Gaiger (2008) e Mance (2000). Consideraram-se, ainda, os argumentos favoráveis a uma nova sociabilidade propostos por Souza Santos (2002) e Dowbor (2006).

Neste contexto, a revisão teórica fundamentou o problema da pesquisa com base no modelo proposto pela Economia Solidária como canal para atingir-se a emancipação e a consequente reversão do problema social. Dito isso, adotou-se como conceito central de Economia Solidária o proposto por Singer (2002) que a define como: ***uma forma de produção, consumo e distribuição de riquezas centrada na valorização do ser humano e não no capital...com uma base associativa e cooperativista, voltada para a produção, consumo e comercialização de bens e serviços, em uma perspectiva de emancipação humana, na esfera de uma democratização econômica e cultural, como uma alternativa à dimensão alienante e assalariada das relações de trabalho excludentes da sociedade capitalista.***

Esta seria uma ideologia embasada em ***implantes socialistas***, cujo potencial tornaria vivo um novo sistema social. Embora não servisse como substituto ao sistema capitalista, estes implantes poderiam criar uma nova forma de ver o mundo com relações econômicas mais justas, relações sociais mais cuidadosas e afetivas, onde as decisões fossem tomadas a partir do bem comum.

Para que a Economia Solidária pudesse tornar-se um modelo alternativo viável, observou-se no Brasil, conforme aponta Barbosa (2008), que mais do que um projeto de caráter opositor à lógica excludente, este foi encampado pelo governo brasileiro, em especial a partir de 2002, quando estabeleceu-se uma agenda social no governo Lula.

A Economia Solidária tornou-se parte de uma política pública do referido governo que centralizou na Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), presidida por Paul Singer, uma de suas estratégias em busca por soluções para o desemprego, o emprego informal e a má distribuição de renda. Nestes casos, o modelo solidário foi adotado como forma para gerar renda entre as classes menos assistidas pelo Estado.

Essa iniciativa desperta uma série de inquietações inerentes à forma como o modelo solidário estaria por ser trabalhado, primeiramente em relação às intenções e ações do governo federal e, por fim, no tocante a um eventual distanciamento da Economia Solidária de seus princípios norteadores (que serão

aprofundados ao longo da pesquisa), e em que estaria inserida a emancipação libertária.

No centro do modelo solidário, localizam-se as cooperativas solidárias, iniciativas solidárias ou empreendimentos sociais. Estas instâncias enquadram-se em uma perspectiva alternativa apregoada pelo modelo cujo papel é reduzir os índices de exclusão gerados pelo desemprego dentro da perspectiva formal do pleno emprego. Neste sentido, de acordo com o apontado por Eid (2004), o papel político e gerencialista segundo não é uma condição que encontra reflexo na prática pelos resultados proporcionados com o modelo solidário. O mesmo é reafirmado por Culti (2010) quando estudos não retratam grandes progressos do projeto solidário brasileiro.

Nesse sentido, observando que existem inquietações acerca do modelo que se autodenomina emancipatório a partir da Economia Solidária e por tentar compreender como ocorre a emancipação no seio de uma iniciativa desta natureza, esta pesquisa buscou uma unidade de estudo em que tais inquietações pudessem ser respondidas.

A unidade de estudo escolhida por acessibilidade e conveniência foi a COOPER REGIÃO, Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos na Região Metropolitana de Londrina. Esta cooperativa atua sob a prerrogativa de ser uma iniciativa oriunda do projeto da Economia Solidária e que observa nos princípios de cooperação uma forma de inserir e dividir para o bem comum entre seus membros.

As indagações e a justificativa desta pesquisa partiram de um problema alicerçado nas contradições até aqui expostas, bem como do interesse em compreender a emancipação em uma iniciativa solidária em cujo horizonte surgiu a questão problema deste estudo: **“Como a emancipação acontece a partir da Economia Solidária na COOPER REGIÃO?”**. Formulada a pergunta, este estudo propõe reflexões que buscam respondê-la.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Compreender a emancipação a partir da Economia Solidária entre indivíduos que compõe a COOPER REGIÃO.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a vivência dos princípios da Economia Solidária trabalhados na COOPER REGIÃO;
- b) Entender como se dá o processo de participação nas decisões na cooperativa;
- c) Compreender a emancipação sob a perspectiva dos avanços e desafios a partir da cooperativa.

1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A presente pesquisa justificou-se pelas inquietações inerentes à necessidade de que alternativas sejam estudadas no contexto da compreensão acerca de como reverter as crises e as contradições presentes na sociedade contemporânea, em particular a desigualdade e a marginalização social. Nesse contexto do qual emanam questionamentos por vezes subjetivos, é possível aludir a Marx (1998) a respeito dos construtos sociais pautados no materialismo imediatista e em contradições que são agravadas com o surgimento e a consolidação do capitalismo.

Deste modo, discutir a emancipação a partir de uma nova organização social, alternativa e consolidada sob perspectivas libertárias vinculadas ao trabalho, estaria no centro daquilo que pode ser compreendido como uma resposta ao clamor por alternativas que apontariam à sociedade um caminho igualitário e justo. Assim, configurando-se a Economia Solidária como uma alternativa que responderia a este clamor, e também por ter em seus princípios um norteamento emancipatório com base em uma nova organização do trabalho, julgou-

se pertinente buscar a compreensão da emancipação a partir da vivência destes princípios por atores diretamente impactados pelo projeto solidário.

Compreender como se dá o processo de democracia econômica e participação nas decisões pelos indivíduos que compõem uma iniciativa solidária, bem como de que forma a emancipação é vivenciada por estes, colocou-se como um norte a ser perseguido no campo desses estudos. Por uma questão de critérios de relevância da iniciativa, pelo momento político no campo de estudos, e pela representatividade da iniciativa na vida da sociedade, fora definida a realização de uma investigação qualitativa na COOPER REGIÃO. Esta escolha, bem como a unidade de estudos serão descritas detalhadamente no capítulo que abordará os procedimentos metodológicos.

No que concerne ao conjunto de justificativas para a grande área da Administração e para os estudos organizacionais nota-se que:

1 – Estudos relacionados à Economia Solidária, conforme levantamento em periódicos (bases de dados: CAPES, Radalyc, Scopus), em eventos (ANPAD), apresentam uma centralização no discurso ideológico em detrimento da prática;

2 – Em uma busca por estudos empíricos relacionados às cooperativas populares no modelo solidário, avulta-se um grande volume de estudos internacionais, porém este número cai drasticamente em relação a estudos empíricos nacionais;

3 – Em um mapeamento realizado por Culti (2010), os casos empíricos que relacionam a Economia Solidária às cooperativas populares estariam centrados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil;

4 – A questão da emancipação não é discutida nos casos levantados que estariam alicerçados em experiências de Economia Solidária;

5 – A COOPER REGIÃO é uma cooperativa que reivindica ser consolidada e auto-gestionária, sendo também representativa para a classe ou grupo (se é que se pode determinar uma categoria) de catadores de lixo da região metropolitana da cidade de Londrina;

6 – A grande concentração dos estudos relacionados às cooperativas populares de catadores de lixo, bem como nos estudos inerentes à Economia Solidária, não estariam na área dos estudos organizacionais, o que demonstra uma profunda lacuna nas possíveis contribuições que os estudos dessa

matéria poderiam trazer ao entendimento deste modelo dentro da perspectiva social e mercadológica.

Em consonância com estes fatores, esta dissertação contribui com a linha de pesquisa socioambiental do PPGA–UEL, inserida no projeto de pesquisa a ela vinculada, bem como se soma às demais pesquisas realizadas no curso do tempo no mesmo Programa, em outros órgãos promotores da Economia Solidária na cidade de Londrina e região, sob outras perspectivas, mas complementar ente si.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A CRISE SOCIAL DE UMA SOCIEDADE EM CRISE

Observando a vida e as condições em que diferentes indivíduos sobrevivem, assim como os problemas que permeiam a sociedade, pode-se depreender que se vive hoje em uma sociedade que constrange seus atores a partir de inúmeras condições restritivas ou alienantes. À medida que se consolidam os clamores por uma sociedade mais justa, tornam-se evidentes a indignação e a resistência efetiva aos valores e às práticas que constituem o núcleo central das relações desiguais da sociedade moderna embasada no modelo capitalista.

De acordo com Sousa Santos e Rodríguez (2002), essas resistências ou lutas por uma sociedade na qual a exploração seja eliminada e as desigualdades minimizadas, são evidências das crises construídas no percurso histórico e agravadas em particular a partir da Revolução Industrial e do advento do capitalismo. Para Sousa Santos (2000), a realidade social está permeada por problemas naturalizados, tais como a crise social, as crises econômicas e a crise ambiental. Soma-se a estas uma crise de sociabilidade advinda da força opressora exercida pela racionalidade econômica.

Neste contexto, Souza Santos (2007) argumenta que as discussões inerentes a tais crises geram o que se denominada **“sociologia das ausências”**, que buscaria preencher as lacunas deixadas pela racionalidade econômica. Os argumentos do autor nesta seara prosseguem quando a lógica do produtivismo é questionada, avultando-se a necessidade de acumulação de riquezas e o distanciamento entre ricos e pobres. Para o autor, as referidas condições exigem uma renovação do espírito social pautado na solidariedade e na contrariedade dos discursos hegemônicos que hoje elencam papéis e funções às coisas e aos indivíduos.

Essa percepção, todavia, não é exclusividade da crise social. Isto porque no centro da lógica racional que deteriora as relações humanas e aprofunda as desigualdades, nota-se também uma crise ambiental em que, resultante da racionalidade econômica, chega à exasperação dos recursos naturais. Pode-se assumir, com base nestes argumentos, que a crise social é permeada por várias

crises. Conforme aponta Souza Santos (2002): uma crise de relacionamentos, uma crise política e por fim uma crise ambiental.

Por sua vez, Dowbor (2006) assinala que as crises hoje percebidas configuram-se no processo histórico de desenvolvimento em que problemas sistêmicos como a violência, a proliferação de periferias e favelas, a exclusão, os precários serviços públicos e a ausência de senso crítico social se tornam evidentes.

Tais problemas são proporcionais a uma má formação das estruturas sociais contemporâneas que se apresentam fundamentadas em relações de mercado corruptoras que, em seu processo histórico, condicionam a sociedade à lógica da produção sem limites, à capitalização das economias mundiais, à criação das relações de subserviência dos trabalhadores, aos excedentes de mão de obra que geram desemprego, à urbanização descontrolada, à não observação dos limites dos recursos naturais e, por fim, a uma condição de imobilidade social em relação aos mesmos problemas.

Em relação a esse processo, Dowbor (2006) acresce que em uma sociedade em crise tanto o Estado torna-se incapaz de resolver todos os problemas, quanto seus atores sociais, que acabam tornando-se reféns de diferentes formas de poder, tais como o poder econômico, o poder organizacional e os desvios de poder pela corrupção. No contexto do século XX, em que o estilo de vida ocidental prevaleceu por meio da modernização dos meios de produção em massa e pela mídia, assim como pelo crescimento exponencial do comércio global, a situação de servidão ao modelo organizado no capital tornou-se ainda mais evidente.

Ratificando esta ideia, Souza Santos (2002) postula que tal modelo auxiliou na reprodução de uma razão indolente em que o desemprego e a baixa remuneração serviram para manter um “estoque” de mão de obra, onde os governos não detinham mais o controle sobre o problema da baixa qualidade dos serviços públicos (saúde, educação, moradias e segurança) repassando-o aos agentes econômicos. Assim sendo, Dowbor (2006) acresce que, não existindo condições de que a igualdade entre as pessoas impere, a exclusão social torna-se natural e passa a contribuir para a diminuição da participação das pessoas nos processos decisórios. Consequentemente, os grupos concentradores de riquezas são fortalecidos e a democracia é reduzida a um ideal neoliberal em que não estão incluídas as sociedades menos desenvolvidas.

Além dessa mudança, outro sintoma dessa lógica irracional está na crise de sociabilidade apontada por Souza Santos (2002) como uma crise do enfraquecimento dos relacionamentos. Esta crise, por sua vez, encontra-se alicerçada no crescente egoísmo ou individualismo dos atores sociais. Neste contexto, as diretrizes pessoais por acesso ao poder e à riqueza tornariam as pessoas menos preocupadas umas com as outras e mais preocupadas com a ascensão social.

Endossando este argumento, Gaiger (2009) cita o fato de que o empobrecimento das relações acaba por servir ao interesse do sistema capitalista em tornar imperceptíveis grande parte dos problemas oriundos da crise social, de maneira que não existam questionamentos ou movimentos contrários. Acresce, ainda, que não havendo questionamentos da grande massa populacional não existem resistências à lógica capitalista e, tampouco, surgem alternativas fortemente opositoras à hegemonia da soberania econômica.

Quanto a isso, o autor reforça a ideia de que toda e qualquer iniciativa distinta do sistema capitalista acaba por ser considerada marginal ou utópica, uma vez que aos homens estaria facultada a condição de ascenderem por recompensas justas apenas no capitalismo. Essa é uma contradição basilar das críticas ao sistema econômico embasado no consumo e na acumulação de riquezas. Analisando o que afirma Marx (1847), o sistema de recompensas do capitalismo nunca foi justo ao exaurir as condições de os indivíduos produzirem para ter acesso à riqueza, observando que o trabalhador nunca teria acesso à riqueza na mesma proporção de seu trabalho.

Em Souza Santos (2002), encontramos que a crise social caminha junto com a crise desociabilida depois ambas têm suas origens na ascensão de um modelo social individualista. Assim, no que tange aos interesses sociais e da coletividade, o próprio sistema, por meio de mecanismos que promovem o ego e a cultura embasada em um estilo de vida perdulário, acaba por esmagar qualquer sentimento de ruptura em favor da massa excluída.

Decorrente disso, a indústria cultural, a oferta de crédito crescente para classes menos abastadas e menos atendidas nas sociedades menos desenvolvidas, o aceleração da indústria, a modernização dos meios de produção, a cultura do poder e a queda de valores de culturas antigas tornam a sociedade refém de riscos, como colocado por Beck (1998). Neste sentido, o autor

argumenta que a ausência do senso crítico da sociedade a torna facilmente suscetível à exasperação dos recursos naturais, bem como aprofunda problemas como a violência, a corrupção e a submissão do Estado aos atores organizacionais que concentram as riquezas e o poder.

A submissão do Estado e a crescente apatia social são condições para uma **crise da democracia** que reforça os argumentos de que este seria um ideal apenas de sociedades mais desenvolvidas ou um tema usado para interferir em sociedades inferiores. Segundo aponta Carnoy (1988), a democracia seria a base central da constituição de poder legítimo chamada política que, aproximando-se do que os gregos de Atenas defendiam, teria a única função de manter o bem estar da cidade que, neste contexto, pode ser entendida como a sociedade.

Noutro sentido, podemos interpretar que a democracia moderna não atinge os resultados que eram esperados pelos atores sociais e, no limite, até mesmo por seus idealizadores e controladores. Assim, o sistema democrático delinea-se falho, pois, mesmo com a participação popular, não consegue eleger o melhor para a sociedade e, sim, o melhor para os grupos detentores de poder. Neste ponto, nota-se que o Estado moderno alicerçado nos ideais capitalistas é contraditório na medida em que não deseja e nem pode garantir o bem de todos.

Assim, vemos emergir uma **democracia dos desiguais** em que o Estado garante a homogeneidade da sociedade por meio de instrumentos e políticas que servem para manter a ordem, ao invés do bem estar. Cattani (2009) alude a isso apontando que os limites da emancipação econômica estão previstos em uma **democracia excludente** natural da sociedade capitalista. O autor prossegue argumentando que a sistematização social e econômica presente é opressora por vias naturais e necessárias para a manutenção da racionalidade econômica excludente.

Acerca disso, Dowbor (2006) defende que se o sistema é desigual e existem limites da democracia convencional que permeiam a igualdade econômica, seguramente os grupos abastados garantem vantagens econômicas por meio de um sistema de barganhas políticas e distorções da legislação em favor de condições superiores de poder. Assim, seja em relação à crise social ou de sociabilidade, ou no tocante aos problemas da democracia política, nota-se uma condição de observação de que grande parte dos problemas inerentes a tais crises ocorre pelas contradições da sociedade moderna embasada no modelo capitalista.

Portanto, os indivíduos dotados da falsa percepção de que apenas por meio do acesso à riqueza conseguirão reduzir as condições de miserabilidade dos menos abastados, são guiados a uma busca por condições que acabam por afastá-los da real sociabilidade. Os excluídos são relegados à margem da sociedade e acabam por lutar em vão por maior acesso à riqueza que se encontra concentrada nas mãos dos reais detentores de poder, os agentes organizacionais. Assim, o Estado torna-se refém e débil no jogo do poder, sem atender aos interesses de bem estar da coletividade e amenizando problemas sociais sem ferir os interesses dos concentradores de riquezas.

Surgem, então, questionamentos que podem ser explorados: De que maneira seria possível que a sociedade ou os grupos marginalizados despertassem de suas atuais condições de vida? É possível que os atores marginalizados estejam realmente dispostos a um despertar libertador? Como e com quais alternativas seria possível libertar a sociedade da irracionalidade da lógica econômica? Existe, realmente, uma condição de emancipação dos excluídos? Os excluídos querem emancipar-se ou apenas participar da lógica que hoje os exclui? Com base em tais questões, pretende-se explorar adiante as condições de superação do problema social, tomando como ponto de partida a construção do que viria a ser a emancipação social.

2.2 A CONSTRUÇÃO DA EMANCIPAÇÃO

O ponto de partida para o entendimento da necessidade de aspectos que distanciem os atores sociais das crises que perpassam a sociedade encontra-se embasado na chamada alienação que mantém os sujeitos aprisionados em caixas que os isolam da realidade. A alienação, segundo Marx (1844), seria o estado de total corrupção das liberdades dos indivíduos, privando-os do pensar, do agir, do resistir e, por consequência, da condição de questionadores. Considerando que os atores sociais estariam alienados, Marx (1847) coloca a modernidade como responsável por tornar as condições de vida mais difíceis e o capitalismo como o responsável pela alienação das pessoas.

Prosseguindo sobre o distanciamento das pessoas da realidade e de sua condição de questionadores, Engels (1852) argumenta que em uma leitura da organização social tal qual se apresenta no contexto em que se encerra a

modernidade, é possível perceber indícios de que a alienação seria um caminho naturalizado pela existência da desigualdade.

Essa desigualdade trabalhada pelos autores clássicos contestadores do capitalismo seria uma ferramenta necessária para que os indivíduos aspirassem a algo que não é possível a eles e, ao mesmo tempo, tornasse o sistema social viável nos moldes da racionalidade econômica. Quanto a isso, Gramsci (1916) cita que a alienação e a desigualdade são fundadas sobre a condição racional de que os sistemas de produção e a apropriação não apenas da força de trabalho, mas das habilidades e do senso crítico dos homens, os tornem objetos.

Assim, considerando que o sistema social modela o homem como um objeto, chega-se ao ponto em que o sistema capitalista atinge o objetivo de usar o homem como instrumento de afirmação de suas instituições. Por sua vez, esse homem também usará a outros homens e excluirão os contingentes excedentes, os menos habilidosos, os desprovidos de capacidades exclusivas e, por fim, os que não detiverem condições especiais de contribuir para a perpetuação do sistema.

Essa condição leva à exclusão social, que leva à marginalização e imobilidade do senso crítico e resulta na estagnação de pensamento. Sobre este respeito, Adler (2009) coloca que na sociedade tal qual se apresenta, os movimentos questionadores da alienação, da marginalização e da falta de senso crítico são reprimidos por diversos instrumentos, como a violência, a legislação, o isolamento e a corrupção.

Neste âmbito, é importante salientar que historicamente vários movimentos de resistência foram suprimidos pelo sistema social e seus instrumentos, tais como o movimento feminista, os anarquistas, os separatistas, os adeptos de um socialismo utópico marxiano, os negros que lutavam por liberdade e igualdade, entre outros que de alguma forma eram movimentos contra a lógica capitalista moderna.

Nesse sentido, Marens (2009) completa que a força da dominação exercida pela lógica econômica torna incipientes novas formas de organização social. Assim, asseveram-se os problemas da sociedade vigente, sendo quase utópico imaginar movimentos contrários ao movimento hegemônico, pois este não é apenas formado pela maioria da população, como também é ratificado pela força do poder que a economia exerce.

Em meio a essa condição de repressão velada aos movimentos e questionamentos por uma sociedade melhor, Souza Santos (2002) discorre acerca do surgimento de debates e ideais alternativos que apresentariam sugestões diversas para livrar o homem das amarras do sistema social.

Esta seria uma perspectiva emancipatória que, conforme aponta Laville (2009), caracteriza-se pela busca de uma emancipação em que a inquietude dos homens os levaria a procurar por novas formas de viver ou novas configurações de sua própria realidade social. Para Cattani (2009), essa emancipação social passaria necessariamente por uma mudança de paradigmas em que os atores sociais buscariam não somente uma melhoria de vida econômica, como também do bem estar de si e da coletividade.

Nessa esteira, Dowbor (2006) perscruta a ideia de que a emancipação social questionaria e geraria mudanças profundas no modelo democrático e nas relações de participação dos indivíduos nos processos de decisão. Mas, qual o tipo de emancipação a que se pode aludir quando esses questionamentos surgem no horizonte da realidade dos excluídos e marginalizados?

Neste sentido, Cattani (2003) defende a pluralidade de alternativas que levem à emancipação definindo-a como ***“um processo ideológico e histórico de libertação de comunidades e grupos sociais, da dependência, da tutela e da dominação nas esferas econômicas, sociais e culturais, em uma significação em que os atores livram-se do poder exercido por outros conquistando ao mesmo tempo a plena capacidade civil e de cidadania no Estado democrático de direito... em que a sociedade tornar-se-á verdadeiramente emancipada quando a lei maior for o bem comum, o inverso do elitista que afirma continuamente a incapacidade congênita do povo de ter iniciativas autônomas e de manifestar e defender seus próprios interesses”***.

Considerando que Cattani (2003) não parte de uma perspectiva inédita ou de marcos teóricos meramente contemporâneos, toma-se como uma construção do pensamento emancipatório a visão marxiana clássica que para esta pesquisa serviu como base para discutir criticamente a racionalidade econômica.

2.2.1 A Luta de Classes, a Igualdade e a Emancipação Plena.

Diante da existência de uma sociedade em crise e de inúmeras contradições que aprofundam a desigualdade e a inoperância social, é pertinente a discussão acerca das razões históricas que guiaram a sociedade até a presente realidade. Em razão de uma busca histórica, alude-se a Marx (1847). Em sua teoria, o filósofo ponderava veementemente que a sociedade moderna, que adotara o capitalismo como modelo econômico, tinha características que colocavam os atores sociais em condições de desigualdade, em especial pelo afastamento entre os mais ricos e os mais pobres.

A maioria dos direitos e também das recompensas da sociedade capitalista estaria nas mãos das elites que não abririam mão de suas benesses em favor dos mais pobres. Esta seria uma questão ideológica fundamentada no percurso histórico desde as sociedades antigas até a sociedade medieval monárquica. De acordo com Marx e Engels (1998), a ideologia que dá bases ao modelo de sociedade capitalista não surgiu pelo modelo capitalista, mas tornou-se evidentemente mais rígida e instrumentalizada em razão das condições que a lógica capitalista proporcionou para que a dominação exercida pelos mais ricos fosse maior sobre os mais pobres.

Segundo Marx (1998), a grande crise social ainda estaria por vir na medida em que o capitalismo conseguisse exercer sobre as pessoas a dominação e um modelo cada vez mais vigoroso desta sociedade fosse desenvolvido. O autor cita aspectos que argumentam a favor de seu modelo:

1 – O primeiro: **a centralização na economia** em que a sociedade organizada em favor de uma lógica de acumulação de riquezas ou capital assumiria que, para atingir essa finalidade, seria legítimo usar de todos os meios e recursos naturais e humanos;

2 – O segundo: as **relações de trabalho** em que o autor, já em 1849, colocava que operários ou trabalhadores venderiam suas forças para o sistema de produção em troca de valores que lhes garantissem a participação social e o acesso a bens em uma dominação pelo fascínio; em que esta classe serviria às outras dominadoras em troca de uma esperança de ascensão social;

3 – Um terceiro aspecto: **as relações de troca desigual** uma vez que a produção de excedentes geraria o consumo que não teria preços justos,

exigindo cada vez mais trabalho para produzir mais, que geraria maior volume excedente. Ao mesmo tempo, exigiria maior volume e tempo de trabalho dos trabalhadores para que estes pudessem adquirir bens;

4 – Um quarto aspecto: **amais valia** em que o autor discute a injusta remuneração do trabalho, sendo que este aspecto deriva das relações de troca desigual, mas ampara-se no fato de que a força de trabalho **vale menos** do que os bens produzidos, ou seja, o trabalhador não seria remunerado de forma justa.

5 – Um quinto aspecto: **a alienação** em que, por meio das relações desiguais, pelo desenvolvimento das relações de consumo, pelo crescimento do materialismo e por uma vinculação entre as esferas política e econômica, os menos favorecidos seriam apartados de toda e qualquer deliberação acerca dos interesses sociais;

6 – Nisso atinge-se o sexto aspecto: **a dominação** exercida pelos atores organizacionais e políticos sobre os atores sociais por meio de um rígido sistema de controles embasado em normas e leis que devem ser seguidas pela sociedade, e em que as organizações (fábricas, indústrias e empresas) exercem dominação através de sistemas de normas, regras e condutas internas, além de rígidos sistemas de monitoramento em suas instalações e da apropriação das forças dos trabalhadores em favor dos objetivos de produção e econômico.

Essa disparidade de participação social entre os que dominam e os dominados alimenta o que Marx (1847) nos coloca como **luta de classes** na qual uma classe inferiorizada e dominada entra em conflito com a classe dominante que, por sua vez, utilizaria sua força para manter as distinções entre as duas classes.

Nesse momento é importante que façamos uma digressão teórica, pois alguns autores como Paço-Cunha (2010) apontam que Marx nunca abordara o termo organização no sentido tal qual é conhecido na contemporaneidade por sua orientação empresarial.

Todavia, mesmo que Marx não tenha vivido o capitalismo tal qual o conheceu, suas posições o colocavam acerca do que estava por vir e este predizia um tipo de organização do poder representada pelas fábricas e indústrias, centralizada na racionalidade econômica e que exerceria dominação sobre os atores sociais.

Finalizando esta digressão teórica, é possível afirmar que as abstrações acerca de uma organização social dominadora estão embasadas nas contradições do sistema social capitalista. Nesse pressuposto, é viável pautar-se nestas conjunturas a fim de observar, conforme a perspectiva de Marx, que a dominação e as crises da sociedade partem do fato de que é necessário para o sistema manter-se que haja a desigualdade nas relações sociais. Os argumentos relacionados à luta de classes iniciam-se a partir de pontos já expostos e têm a figura central do trabalhador explorado e marginalizado, e também dos que são excluídos pelo sistema como uma massa de desempregados.

Para Marx (1847), esta classe é o **proletariado** e nela encontra-se a maioria da população sem acesso igual às riquezas concentradas nas mãos da burguesia capitalista. A classe burguesa capitalista representaria o que antigamente poderíamos chamar de aristocracia ou nobreza e estaria no centro das relações desiguais de poder, concentrando o poder econômico e influenciando a política pela ação dominadora na sociedade.

Ademais, Marx (1847) observa que as classes inferiorizadas são reunidas a partir de seu interesse comum, o salário que daria acesso à ascensão social. Assim, justifica a busca pelo trabalho por parte dos desempregados e a submissão dos trabalhadores para a manutenção de seus postos de trabalho aos detentores do poder.

Na medida em que as classes inferiorizadas percebem a exploração e que não alcançarão melhores condições de vida por meio do trabalho, surgem as coalizões com o objetivo de questionar as condições de trabalho, remuneração e justiça. Esses conflitos dos atores inferiorizados ganham simpatizantes que integram uma burguesia esclarecida que, em parte, não concorda com as desigualdades e passa a articular as lideranças em meio às coalizões. Essa transição do primeiro estado de dominação para um segundo estado de contestação marca o início da luta pela igualdade e de uma incipiente busca pela emancipação, na medida em que as coalizões do proletariado iniciam um discurso organizado com contornos políticos.

Para Marx (1847) essa seria a primeira base da igualdade em que os atores dominados passam a criar movimentos de resistência, e os discursos ganham uma inclinação apolítica contra a corrente hegemônica. O autor aprofunda a discussão acerca dessa primeira base argumentando que a burguesia, ao observar esses arranjos contestadores, utiliza a organização econômica embasada no

crescente consumo para tornar ainda mais massificada a condição de que apenas pelo trabalho é possível que a sociedade adquira bens.

Para isso, sua reação acontece através da ameaça do desemprego que serviria como um fantasma entre aqueles que, mesmo sendo contestadores, tinham lugares nas indústrias. A criação de uma ameaça de perda de seus postos de trabalho gerou um mecanismo de freio às resistências por meio de uma insegurança dos insurretos, por perseguição nas fábricas e pela sempre presente massa de desempregados que poderia assumir postos de trabalho, até mesmo por valores inferiores aos pagos aos insurretos.

Tais movimentos estratégicos da classe dominante geraram a massificação do trabalho e do trabalhador em que a classe não existiria para si, nem para organizar-se em função de seus direitos ou de uma condição mais justa, mas sim para alimentar e atender aos interesses da classe dominante. Contudo, Marx (1847) defende que o proletariado, ainda que enfraquecido pelo movimento de repressão, passou a organizar-se em favor da sua constituição como uma classe emancipada, que lutaria por si mesma ao defender não mais os interesses da classe dominante, mas sim a seus próprios interesses, o que ele chamou de **interesses da classe**.

Neste contexto, chega-se à segunda base da igualdade onde a classe oprimida passa a buscar a libertação através de uma nova organização social, uma organização social do proletariado. Sobre esse assunto, Engels (1852) aponta para esta nova constituição ideológica com vias **emancipatórias**, na qual os oprimidos, com base no antagonismo, procuram constituir-se ao utilizar-se de sua condição de participação na sociedade original por meio da força de produção.

Com base na perspectiva elencada de que a força de trabalho seria a base para a sustentação do capitalismo e pela identificação de que sem a força de trabalho as classes dominantes não poderiam manter-se em sua condição, surgem conflitos que minariam as estruturas do capitalismo. Aqui, localiza-se, portanto, a terceira base da igualdade que, segundo Marx e Engels (1848), a classe proletária organizada em favor da emancipação identifica que sua luta e sua libertação estariam alicerçadas na apropriação dos instrumentos de produção.

Assim, quando o proletariado decide apropriar-se da força de produção e da organização dos fatores de produção, a igualdade seria atingida pela emancipação organizada sob a via da **revolução** então mais de resistência ou

questionamento apenas. Conforme ressalta Marx (1847), a revolução levaria a classe inferiorizada ao *status* de uma classe marginal e, assim, os resultados da revolução poderiam significar a ruína da sociedade civil burguesa, pois a classe proletária seria elevada como uma nova classe dominante da sociedade.

Contudo, tais argumentos apresentam-se como utópicos e, historicamente, mostraram a falácia nas mãos de grupos ou mesmo de agentes esclarecidos da burguesia que penetraram nas massas marginalizadas e buscaram articular revoluções que, depois, atenderiam aos próprios interesses de poder. Nesse sentido, o mesmo autor questionou-se se essa classe, ou essa nova constituição de sociedade, seria capaz de representar uma sociedade igualitária em que a **emancipação** dos atores sociais observaria as necessidades, os direitos e a justiça entre seus componentes.

Esses questionamentos estariam alicerçados no fato de que a sociedade capitalista detém movimentos sociais econômicos e políticos e que na nova sociedade proletária os movimentos sociais deveriam, necessariamente, constituírem-se como sociais. Assim, haveria um distanciamento da racionalidade econômica o que, conseqüentemente, exigiria uma nova constituição da política que **não seria mais uma economia política**, mas uma **política da sociedade**.

Nesta nova ordem, Marx e Engels (1848) observam que não existiriam mais classes, mas uma única classe organizada pelo equilíbrio em que os postulados seriam embasados na equidade e não mais nos antagonismos. Novamente, os autores questionam se seria possível ao proletariado atingir tal nível de organização em busca da igualdade, e se a emancipação abrangeria toda a sociedade, uma vez que a nova sociedade também poderia ter uma natureza injusta.

Com isso, esta discussão se abre ao questionamento sobre o que seria a emancipação sob a perspectiva da crítica marxiana, fonte da qual Cattani (2003) extrai diretamente valiosos argumentos. Na este respeito, ambos apresentam argumentos a favor de um tipo de emancipação que permitiria a classe proletária organizar-se como uma nova sociedade **emancipada plenamente**. Conforme aponta Marx (1844), a **emancipação plena** seria um movimento individual no início, mas coletivo, à medida que os atores sociais, privados de suas condições de pensamento e ação, reverteriam essa situação a favor de uma condição em que se tornariam donos de si mesmos.

Neste contexto, é viável considerar que estes argumentos de Marx datam de um período de rompimento com a orientação filosófica de Hegel e instauram as bases do pensamento em que prosseguiria ao longo de suas demais obras, após o encontro com Engels. Portanto, o pensamento de emancipação plena constitui-se no “*Jovem Marx*” e o pensamento emancipatório pleno do autor teve sua gênese a partir dos delineamentos feitos por este nos “*Manuscritos de Paris*”, ou Manuscritos Econômicos Filosóficos em que surge a grande “*Crítica da Economia Política*” contrária à ordem natural da sociedade moderna e do nascituro capitalismo.

Em mais uma digressão teórica, deve-se observar que o pensamento de emancipação plena nasceu da observação feita por Marx sobre a crescente dominação exercida pela indústria, pelos movimentos migratórios dos camponeses para as cidades e pelas crescentes mudanças na conjuntura política a favor de instrumentos que asseveravam o trabalho.

Para o autor, a economia e a política, sob uma perspectiva que ele ainda não conhecia como mercado tinha como cerne a preocupação exclusiva de reproduzir o sistema e alienar os indivíduos a seu favor. Assim sendo, suas preocupações e defesa contrárias a esta lógica observavam a necessidade de que houvesse o surgimento de um pensamento livre ou de uma filosofia da libertação em que as preocupações fossem vinculadas ao estado dos homens em relação às coisas. Esta seria, portanto, uma filosofia de autoconhecimento e de questionamento dos movimentos dominadores.

Nesse processo de construção do conceito emancipatório, Marx encontrou Engels e juntos passaram a amadurecer os argumentos de questionamento, no qual a crítica aprofundou-se acerca das questões políticas. Isso é notório em mais um texto de Marx (1847), ***Luta de Classes e Luta Política***, e também quando Marx (1849) passa a questionar as relações de trabalho em relação ao capital.

Feita esta digressão, pode-se afirmar que a emancipação plena ganha contornos ideológicos e revolucionários, mas não tão fortemente como no Manifesto Comunista (1848), ou quando da maturidade de Marx em suas obras, ocorrida a partir de Grundrisse e O Capital. O pensamento de emancipação plena para Marx (1844) tinha como pilar inicial a liberdade de pensamento em que os atores sociais atingiriam um estado ou natureza de pensamento crítico a partir do

esclarecimento. O esclarecimento, na verdade, partiria de um entendimento de si mesmo em relação ao contexto em que estivesse inserido.

A partir do esclarecimento, os atores teriam condições de observar os instrumentos de dominação exercidos pelo sistema, considerando maneiras de livrar-se dessa opressão. O indivíduo trabalhador observaria que o trabalho assalariado seria o maior instrumento de dominação exercido pelo sistema, assim como observaria que a remuneração pelo trabalho seria injusta. O operário, representando toda uma classe, passaria a observar seus interesses pessoais e depois os interesses do coletivo, arquitetando as formas com que poderia se livrar da dominação.

Esse é um ponto importante, pois os atores marginalizados observariam que, por suas próprias forças, poderiam aferir sua condição de libertação e emancipação do trabalho uma vez que, organizando-se em função de suas forças de trabalho, poderiam trabalhar para si mesmos.

Esse não seria um movimento de revolução, mas sim um movimento de emancipação. Nele, nota-se que a plenitude do pensamento estaria contemplada, assim como a emancipação do trabalho. É importante que seja dito que, posto isso, a emancipação para Marx não necessariamente exigiria a revolução, uma vez que tanto ele quanto Engels defendem que por vias revolucionárias haveria a possibilidade de não atingir-se a emancipação, mas sim a tomada de poder.

Deve-se pontuar, portanto, que esse pensamento estava presente em Marx em sua fase jovem, e que até então o autor nutria um pensamento um tanto utópico ou essencialista, em uma perspectiva de ruptura. Todavia, isso antecipa os argumentos dialéticos que tanto Marx, quanto Engels, posteriormente, elaborariam ao questionar se os atores marginalizados e dominados realmente desejariam deixar essa condição.

Em sua leitura contemporânea da sociedade e de suas crises, Cattani (2003) corrobora a ideia de uma emancipação de pensamento plena a partir do trabalho, afirmando que por vias revolucionárias poderia não haver a equidade e, por consequência, respondendo a Marx e Engels, os indivíduos cegos pelo poder poderiam derrubar a classe dominante e depois exercer domínio sobre outras classes.

Com base nesse argumento, é possível estabelecer um diálogo entre a vertente utópica e essencialista de Marx (1844) e a visão pluralista de

Cattani (2003). Para ambos os autores, a revolução, até última instância, não seria a solução, pois os indivíduos poderiam não querer a emancipação, ou poderiam tomá-la como artifício para a construção de outro tipo de dominação.

Deste modo, segundo afirma Marx (1844), para que seja atingida uma condição de emancipação que ultrapasse o limite da revolução e torne viável a libertação dos indivíduos, será necessário o **conhecimento**. Através dele, os atores marginalizados conscientes de sua condição de pensadores livre, teriam a percepção acerca da força de suas mãos. Então, buscariam o aperfeiçoamento de seu trabalho como forma de torná-lo ainda mais forte e capaz de realizar o movimento emancipatório pela apropriação desta força em favor de uma nova organização social.

Sendo assim, o trabalho passaria a ser usado não mais para alimentar o sistema econômico, mas como uma instância do conceito emancipatório pleno de Marx (1844). O trabalho, portanto, teria como alicerce a inclusão do maior volume possível de atores marginalizados pelo sistema que, somados, poderiam resultar em uma nova forma de organização social do trabalho. Nesta nova forma, os interesses coletivos e os fatores de produção seriam usados para o novo grupo social.

A partir desse momento, em que os atores sociais se percebem como decisores de si mesmos, priorizando as condições de defesa dos interesses comuns que realmente fossem prioritários em relação a quaisquer interesses de um sistema concentrador das condições para tomada de decisões na economia, surge, então, **um socialismo**. Este socialismo configura-se como uma nova organização da sociedade cujos pilares estão alicerçados no bem comum e na observação das necessidades comuns dos indivíduos.

Este pensamento fora taxado historicamente como um “*socialismo utópico*” marxiano, principalmente pela experiência equivocada da Revolução Russa, que culminou em um regime socialista distorcido do pensamento emancipatório de Marx, tanto em sua fase jovem, quanto em sua fase madura, quando se encontrava já distanciado da utopia.

Considerando que as crises da sociedade de hoje são semelhantes e aprofundadas em relação às crises da sociedade de outrora, Cattani (2003) observa que o ideal emancipatório pleno passa pela necessidade de alternativas emancipatórias, ou seja, as soluções para a vida social hoje, não aconteceriam pela

revolução, nem pela política, mas através da tomada de consciência dos indivíduos de que são dominados e podem através de suas próprias forças e desejos ser livres e donos de si.

Assim, quando Cattani (2003) argumenta que o processo ideológico e histórico de libertação deteriorou-se pelas tentativas frustradas, seu pensamento encontra-se com o de Marx e responde ao questionamento de que qualquer movimento de resistência ou oposição deve não somente observar que o capitalismo e as crises da sociedade agravaram-se em um processo de construção, como também que houve fracassos no sentido de reverter tais sintomas ou crises, seja pela revolução ou pelo maniqueísmo oportunista de grupos ou pessoas que usaram da boa vontade dos atores marginalizados a seu favor. Tal ocorrência ainda aprofundou a dominação e a naturalização das coisas.

Disso tudo decorre um processo de dependência e tutela com o qual a sociedade acostumou-se e que se tornou natural na contemporaneidade. Neste contexto, os atores sociais são submetidos à deturpação das relações sociais e da atuação dos entes políticos via corrupção ou tirania, em favor de uma harmonia e de um estado de convivência “*saudável*” entre os indivíduos.

Essa convivência, segundo os argumentos de Cattani (2003), deve ser rechaçada através do pensamento e do esclarecimento, livrando os atores sociais do poder exercido nas organizações econômicas pelas instituições de poder do Estado e de um indivíduo mais poderoso para com o outro menos poderoso. O autor observa que as revoluções falharam e, portanto, deve-se emancipar o homem através do pensamento e da construção de um senso crítico em que o trabalho seja visto não somente como uma moeda de troca, mas também como uma forma autônoma de viver.

Conseqüentemente, esta mudança causaria fissuras no sistema hegemônico em que a emancipação, a partir da capacidade civil do exercício do trabalho e de uma cidadania com interesse pelo bem comum entre os atores sociais, distanciará a sociedade das relações desiguais. Essa emancipação plena alternativa passaria necessariamente pela organização do trabalho, pela tomada de conhecimento do esclarecimento, pela capacidade e participação plena dos indivíduos nos processos de decisão e, por fim, pela construção e participação dos indivíduos em uma nova ordem econômica justa.

Ainda que seja possível assumir que o pensamento de Cattani (2003) diverge do de Marx (1844), o ponto de partida do pensamento contemporâneo defendido pelo primeiro é inspirado na emancipação pelo esclarecimento defendida pelo segundo ainda em um período incipiente da sociedade capitalista à época da redação dos Manuscritos de Paris.

Nesse contexto, a emancipação defendida por Cattani (2003) expõe a necessidade de que a construção de uma nova realidade embasada na libertação do pensamento em favor de uma nova organização do trabalho seja desenvolvida de diferentes formas e por meio de arranjos exequíveis que incluam o maior número de indivíduos marginalizados. Nesse sentido, havendo uma discussão sobre alternativas que levariam à emancipação nos moldes dos argumentos até aqui expostos, dar-se-ão aprofundamento desta discussão com base no modelo proposto pela Economia Solidária.

2.2.2 A Necessidade de Alternativas e a Economia Solidária

Partindo dos argumentos já expostos e pela necessidade de discutir-se uma ou mais alternativas que possam enquadrar-se nos propósitos emancipatórios para a construção de um novo paradigma social, esta pesquisa centrou-se no modelo de organização social do trabalho defendido pela Economia **Solidária**.

Conforme argumenta Singer (1999), a Economia Solidária conjuga o verbo da viabilidade de tratamento das desigualdades e mazelas sociais impostas pelo sistema capitalista. Neste processo, o ponto de partida seria justamente a existência de um contingente de atores sociais excluídos da organização formal do trabalho. Estes, por sua vez, constituiriam uma nova organização do trabalho pautada na otimização de competências com o objetivo de construir uma realidade econômica alternativa, justa e inclusiva.

Nessa esteira de pensamento, Cattani (2009) defende que uma nova realidade econômica abarcaria os princípios da inclusão, da justiça estabelecida na distribuição das riquezas e da participação nos processos decisórios como centrais para a construção de uma emancipação viável. No mesmo sentido, Singer (2002) argumenta que o modelo econômico solidário, por basear-se na produção coletiva e

por ter a necessidade da livre associação dos indivíduos, encontraria na igualdade sua condição de construção.

Assim, a Economia Solidária apresenta-se como uma alternativa emancipatória, pois prima pela livre participação, pela inclusão, pela democracia condicionada ao acesso à informação e ao poder de decisão igualitário entre os membros associados e pela distribuição equitativa dos resultados do processo de trabalho.

Discorrendo sobre o assunto, o autor aprofunda a discussão ao considerar que o modelo seria viável sob a perspectiva alternativa a partir do momento em que iniciativas solidárias espalhadas pudessem sustentar-se entre si sem que fosse estabelecida uma condição de contratação e troca de valores entre os produtos ou serviços que pudesse explorar o trabalho, como ocorre na sociedade capitalista.

Assim, segundo Mance (2002), essa realidade seria possível se existisse uma rede de Economia Solidária em que os empreendimentos solidários, embasados na lógica de oferta e demanda, tivessem condições de suprir uns aos outros sem que houvesse a necessidade de qualquer tipo de transação entre eles e as unidades organizacionais do mercado convencional.

Todavia, esta é uma visão considerada ingênua até mesmo pelos defensores deste modelo, pois existem fragilidades que impedem a formação destas redes. No entanto, contrariando essa premissa, Singer (2002) sugere que o modelo solidário cresça paulatinamente de maneira que, em longo prazo, possa configurar-se como uma alternativa concreta ao sistema capitalista. Com base nessa visão, Coelho (2009) defende que as iniciativas solidárias tenham uma orientação familiar, ainda que não estejam necessariamente organizadas apenas em família(s). Seu argumento é endossado pelo fato de que o senso de preservação familiar criaria condições para que as iniciativas pudessem desenvolver-se.

Nesse contexto, Singer (2002) aponta que, diferentemente de empresas do setor público ou privado inserido na lógica do mercado, uma iniciativa de Economia Solidária teria condições de prosperar apenas a partir do livre esforço dos trabalhadores organizados dentro da mesma. Assim sendo, o resultado do trabalho não seria medido pela condição ou posição social, cargo ou nível salarial, mas sim pela sobrevivência do grupo.

Para Chaniel e Laville (2009), no setor da Economia Solidária existe um princípio básico emancipatório. Este reside no fato de que os atores sociais que trabalharão em favor do sucesso da iniciativa têm a plena noção de que são livres associados ou sócios que empreendem sua força de trabalho em favor do crescimento conjunto.

Contudo, nesta altura é fundamental entender como são constituídas as iniciativas solidárias. Especialmente no caso brasileiro, é importante colocar que esta pesquisa tomou como base a perspectiva defendida por Singer (2002), que contribui para a elucidação desta questão ao apontar como exemplos de iniciativas de Economia Solidária, as cooperativas, as associações de trabalho formal, os empreendimentos comunitários e sociais, os empreendimentos sociais e, por fim, as iniciativas amparadas pela igreja, as ONGs e as incubadoras.

Conforme Singer (2002) defende, as iniciativas solidárias têm como inspiração os modelos de **cooperativas** que nasceram na Inglaterra em meio à crise de desempregos e subempregos gerada pela Revolução Industrial. Este modelo, difundido por Robert Owen, estaria embasado no trabalho associativo sob um espírito de colaboração. Para que tal modelo seja viável na sociedade contemporânea, Singer (1999) defende que no modelo solidário as iniciativas estabeleçam um **termo de solidariedade** no qual esteja presente a real democracia pelo conhecimento e pelo esclarecimento. Neste termo, os atores associados teriam não apenas o conhecimento acerca de suas responsabilidades, mas também participariam do estabelecimento dos marcos que iriam compor a vida da iniciativa e as escolhas a serem feitas.

Tal preocupação acontece pelo fato de que qualquer iniciativa solidária pode ser facilmente cooptada ou ter seus membros assim “levados” pelo mercado, justamente pelo fato de que as iniciativas não estão dentro de uma configuração de redes. Soma-se a isso a natureza agressiva do mercado em suprimir as condições de sobrevivência das iniciativas.

Como as iniciativas não se sustentam entre si, elas devem subsistir com o modelo de mercado convencional adquirindo insumos de empresas convencionais e, por fim, vendendo seus produtos excedentes para o mercado. Nesse sentido, nota-se um grande risco de que as cooperativas, as associações e os empreendimentos solidários sejam transformados em unidades de mercado, a exemplo do que ocorre com inúmeras cooperativas agrícolas.

A grande questão, segundo Singer (2002), é que estes exemplos foram construídos sob a sombra de discursos distorcidos e em sua gênese não se nota a característica realmente solidária, em particular no caso das **cooperativas agrícolas**. Estas, mesmo que sob uma orientação original das cooperativas de Owen, não assumem seus princípios na plenitude dos discursos, configurando-se como unidades de mercado “disfarçadas” que não dividem igualmente as riquezas, nem observam as premissas de participação e igualdade de poder de decisão.

Assim sendo, para que haja uma fuga da condição de cooptação ou mesmo repressão exercida pelo mercado, Borinelli e Santos (2010) apontam que as iniciativas solidárias precisam assumir contornos de pluralidade com uma atuação que possa abranger diferentes áreas. Esta seria uma forma de sobrevivência das iniciativas mesmo na ausência de uma rede de cooperação solidária.

Esse argumento se torna pertinente quando analisado o leque de atuação das iniciativas solidárias. Nota-se, aqui, que as iniciativas mais fortes seriam as de natureza agrícola em que existe um grande volume de iniciativas que iniciam e terminam atividades por não terem relativa importância na convivência com o mercado, ou por não preencherem as lacunas do mercado convencional. Nestes casos, a grande dificuldade é que a formação destas iniciativas ainda carece de maior estruturação para que possam atingir o status de necessárias à sociedade. Isto porque as competências dos atores e dos grupos são muitas vezes limitadas e pouco organizadas no sentido da viabilidade, tornando-as “presas fáceis” na selva capitalista.

A Economia Solidária atingiria, assim, uma condição de alternativa por meio de uma estruturação norteada pelos princípios da **equidade, da participação, do esclarecimento, da justiça e da distribuição das riquezas ou resultados**, porém sob uma perspectiva de relevância para a sociedade e a realidade hegemônica. Um exemplo pertinente como resposta para este clamor é o de Mondragón, uma cidade na região basca da Espanha, que, de acordo com Singer (2002), constitui-se sobre a existência de iniciativas solidárias que passaram a sustentar-se entre si observando a coexistência com o mercado convencional.

O autor prossegue com este exemplo pontuando que, para manter-se fiel aos princípios da Economia Solidária, Mondragón busca que as iniciativas solidárias possam suprir as necessidades umas das outras sem abrir mão da realização de trocas com unidades privadas do mercado comum. Além disso,

também se empregam atores sob a égide da remuneração, observando que existe a necessidade de incorporar competências não existentes no corpo associado.

No entanto, é necessário considerar que este complexo de iniciativas solidárias somente tornou-se viável pelo fato de o Estado ter observado a importância de que as iniciativas não apenas surgissem, mas contassem com o apoio, em especial financeiro, no início da experiência. O Estado, por meio do financiamento público das atividades das iniciativas que formariam a hoje desenvolvida Cooperativa de Mondragón, sustentou tais iniciativas até que pudessem caminhar com suas próprias pernas.

Segundo as premissas de Singer (1999), isso aconteceu quando as iniciativas atingiram aquilo que ele defende ser uma autogestão, ou seja, a capacidade de as iniciativas solidárias caminharem sem o auxílio público, aferindo resultados que proporcionem a seus membros a condição de atingir a sobrevivência em vias consideradas adequadas e, ao mesmo tempo, definindo de maneira democrática os rumos das iniciativas.

Por meio dessa condição e com base no exemplo de Mondragón é possível inferir que sem o apoio do Estado ou o auxílio de alguma iniciativa privada que financiasse inicialmente os passos de agrupamentos solidários, estes não teriam como desenvolver-se e atingir uma condição de sobrevivência. Mesmo tomando o caso de Mondragón como um exemplo exponencialmente isolado, o fato de o Estado ter sido decisório no processo de incubação e desenvolvimento do complexo cooperado, demonstra que a Economia Solidária apresenta-se como um modelo alternativo, mas que não poderia ser concretizado apenas por meio em seus ideais.

Nesse sentido, é pertinente considerar como o sistema social contemporâneo e o Estado moderno vislumbra na Economia Solidária uma alternativa oportuna para suprir as lacunas que o próprio sistema não consegue tratarão mesmo tempo, soa oportuno aos opositoristas do modelo capitalista apostar na Economia Solidária como uma alternativa viável para o desenvolvimento de uma emancipação, ainda que econômica, dos atores marginalizados.

Enquanto observa-se, por um lado, os argumentos de Singer (1999), que crê ser limitado ou inviável o desenvolvimento do modelo solidário sem a participação do Estado, por outro lado outros teóricos, como Mance (2002),

defendem o desenvolvimento de um modelo solidário puro e genuíno, independente do Estado e fortalecido pela interdependência das iniciativas solidárias.

Como o peso e o desenvolvimento histórico recente no Brasil acerca da Economia Solidária recai sobre uma presença do Estado por meio dos últimos três governos, é por este caminho que esta pesquisa segue para analisar o modelo solidário hoje existente e sua condição emancipatória.

2.2.3 A Política Pública da Economia Solidária e a Emancipação Econômica.

Em uma primeira perspectiva, afirmar que o Estado orientado pela lógica capitalista observa a necessidade de financiar o surgimento de um movimento oposicionista ao próprio sistema é uma afirmação um tanto quanto enviesada, pois na verdade isso não acontece em termos literais. Segundo Singer (2002), a Economia Solidária é encarada pelo Estado como um modelo alternativo gerador de emancipação, seja em casos muito específicos como o de Mondragón, onde uma experiência realizada deu certo, seja em países terceiro-mundistas com notório atraso em seu desenvolvimento.

Nesse contexto, o Estado, por meio de sua constituição de poder político e econômico, observaria no modelo solidário a oportunidade de gerar condições aos grupos marginalizados que, por meio do auxílio estatal, poderiam melhorar suas condições de vida e atingir um tipo particular de emancipação econômica. É importante salientar que o caso brasileiro não pode passar por um julgamento que o coloque nem como sucesso, nem como fracasso, mesmo porque não existem estudos aprofundados ao ponto de retratar a amplitude do efeito do modelo solidário pelas iniciativas perpassadas.

Até mesmo Singer (2013) pontua que discutir a Economia Solidária no Brasil é discutir uma experiência em construção, pois ainda há incipiência de várias frentes em que o modelo é aplicado, e uma grande lacuna de diagnósticos, tornando os estudos e mapeamentos generalistas e dispersos em razão das proporções territoriais acentuadas pelo regionalismo distinto brasileiro. Por sua vez, Barbosa (2007) defende que alguns fatores contribuíram para que hoje houvesse uma política pública de Economia Solidária.

Assim, o primeiro fator refere-se à conjuntura de transição do governo brasileiro à época em que grandes crises sociais marcavam o fim da década de noventa.

O segundo fator tem relação direta com as discussões sobre alternativas que permeavam a década de noventa. Neste contexto, encontram-se intelectuais de diferentes áreas e defensores de modelos cooperados e solidários em que estariam incluídos Singer, Mance, Cattani, entre outros que já discutiam a Economia Solidária nas instituições de ensino superior e também no meio acadêmico das ciências sociais, sociologia e economia.

O terceiro fator está vinculado às bandeiras políticas de movimentos populares oposicionistas, que se posicionavam como fortes e aliadas, e da sociedade organizada civil que cobrava do Estado políticas públicas de caráter assistencial e voltadas aos atores marginalizados pelo sistema.

O quarto fator encontra-se alicerçado nos movimentos oposicionistas ou de resistência, tais como o MST (Movimento Sem Terra), o movimento operário, o movimento sindicalista, configurados como formadores de opinião e defensores de uma justiça social, inseridos no partido que assumiria o governo.

Diante desse modelo, a Economia Solidária passou a integrar uma plataforma de discussões que aponta para um oportunismo político em que a atuação de um governo com inclinação social resulta na popularidade, na aprovação e na aceitação do governo por parte da massa oriunda de classes sociais de baixa renda ou renda média baixa.

A respeito da formação de Políticas de Estado, Poulantzas (1983) aponta que são constituídas em face dos objetivos do governo que está no poder e em razão de condições oportunas aos tomadores de decisão. Tal condição explica que as políticas corretas não são necessariamente as políticas certas para uma população.

O exemplo do Brasil, em que a colonização, a formação da república e as contradições de décadas de um capitalismo de mercado equivocados, desenvolvido em meio a governos equivocados, geraram profundas mazelas sociais, tornou oportuno à oposição, quando da assunção ao poder, realizar políticas públicas sociais que o tornassem reconhecido e aceito, pela maioria da população que viveu oprimida por décadas.

Conforme afirma Carnoy (1988), para países com democracias transitórias existe um agravante que são as diferentes instâncias de poder, geradoras de heterogeneidade política no percurso histórico. No mesmo sentido, o autor pontua que a formação de políticas por diferentes governos com suas respectivas plataformas, causa descontinuidade de programas de governo e políticas de real interesse da população.

No que concerne à Economia Solidária no Brasil, pode-se assegurar que a inconsistência da democracia reflete diretamente no tipo de modelo que hoje é adotado como política pública. A explicação para este cenário está fato de que, mesmo existindo há pelos menos dois séculos (considerando as primeiras ideias de Robert Owen), e mesmo com premissas distintas entre seus defensores, a Economia Solidária no Brasil foi incorporada à política pública social apenas quando houve a assunção no governo do Partido dos Trabalhadores.

Neste contexto, é preciso considerar que o modelo adotado também pode ser acusado de constituir um discurso hegemônico, pois prioriza a autogestão defendida por Paul Singer, contrariando outros teóricos, como Armando de Melo Lisboa e Euclides Mance. Todavia, por ser uma corrente da bandeira social de um governo com desejo de ser “popular”, aliada ao interesse social, a política pública de Economia Solidária é uma política aplicada no contexto do programa social que emergiu no Brasil no início da década passada.

A este respeito, coloco que uma política de afirmação, ou uma bandeira, é necessária para que um governo tenha reconhecimento e seja validado no pleito democrático e, em longo prazo, por seus seguidores. No entanto, toda e qualquer política pode demonstrar-se fraca se estiver embasada apenas nos princípios políticos de determinado grupo que por ventura deixe o poder.

Nesse sentido, pode-se notar que existem falhas na construção da política pública de Economia Solidária brasileira que, segundo Barbosa (2007), decorrem da grande dispersão nas esferas de discussão, planejamento e execução da política. Diante desse argumento, é possível afirmar que o Estado executa uma política pública sem que sejam mensuradas as reais necessidades e os problemas que seriam enfrentados pela Economia Solidária, da mesma forma como as ações dispersas pelo território brasileiro não são planejadas em face dos fatores que a limitam.

Contudo, para Frey (2000) uma solução para esta limitação estaria na redução da distância entre as dimensões da política em que as ações fossem debatidas, formatadas e executadas na instância mais próxima do problema que uma ação da política desejasse enfrentar. Todavia, isso acarretaria na redução da capacidade de amplitude dos resultados da política que, por sua vez, poderia atingir seus propósitos em uma conjuntura específica e não no todo, o que segundo o autor aconteceria pela independência das variáveis, dos processos e, por fim, da execução da política.

No contexto brasileiro, a Economia Solidária como parte de uma política estabeleceu-se quando a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva moldou um conjunto de ações políticas de cunho social-populista. Neste contexto, nota-se que haveria a promoção da inclusão social e o apoio às iniciativas alternativas em que estariam inseridas as orientadas pelo modelo solidário. De acordo com Barbosa (2008), o governo federal, mesmo inconsciente dos limites entre a discussão e a execução da política, procurou “*fazer seu dever de casa*” de maneira coerente, instaurando um modelo para esta política que fosse assistido por um órgão de governo tecnicamente viável.

Nesta altura, é viável considerar que esta pesquisa não pretendeu discutir os meandros de criação da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), nem tampouco as origens dos movimentos que culminaram por constituir a secretaria.

Fato posto é que, segundo Barbosa (2008), a SENAES tinha como propósito gerenciar como a política pública de Economia Solidária cumpriria seu papel no programa social do governo em questão. A autora prossegue em seu argumento colocando que a SENAES teve um impacto positivo no tratamento da Economia Solidária no Brasil, especialmente pelo fato de a secretaria estar sob o comando de Paul Singer, pesquisador referenciado na área.

Referente a isso, Barbosa (2007) cita como objetivos dessa política: 1) reduzir reflexos de um desemprego estrutural; 2) gerar renda entre camadas pobres da população; 3) promover a autogestão de cooperativas ou associações de trabalhadores que estavam na informalidade; 4) criar bolsões de renda na proximidade das iniciativas; 5) criar uma agenda social como alternativa de geração de postos de trabalho.

Para essa autora, tais objetivos explicitam os aspectos de distanciamento entre os objetivos essenciais da Economia Solidária (em especial o de promover a emancipação), e o objetivo final do governo que seria o de combater apenas parte dos problemas que vias formais sistêmicas não seriam sanados, como o desemprego. Dessa maneira, pode-se inferir que a Economia Solidária fora reduzida a uma política informal de emprego, ainda que, de acordo com a própria autora e com Singer (2002), devamos considerar o potencial de seus resultados no longo prazo, especialmente entre as camadas mais carentes atingidas pela política.

Conforme aponta Barbosa (2008), essa política procura restabelecer a relação entre o Estado e o ator marginalizado ao aproximá-lo da sociedade que o excluía. Embora seja equivocado concluir que a Economia Solidária, que deveria ser um modelo alternativo ao hegemônico, acaba por servir como um “*trampolim*” para o acesso ao mercado e consumo, na esfera econômica, ao menos, ela promoveria um tipo de emancipação.

No entanto, diante deste conflito, é preciso compreender como a Economia Solidária, enquanto uma política pública promove emancipação e de que tipo seria esta no contexto das crises sociais já elencadas. Outra aresta a ser aparada está no fato de que a Economia Solidária, ainda que pregue a emancipação, acaba por afastar-se tanto dos preceitos de Cattani (2003) que coloca a emancipação como um processo de despertar, quanto das premissas marxianas de libertação.

Assim sendo, é importante pontuar que, devido ao fato de esta pesquisa buscar uma compreensão sobre a emancipação em um dado caso, considerou-se um conjunto de aspectos abordados por Singer (1999) que contribuem para assumir a existência das categorias de base para identificarmos os traços emancipatórios no modelo solidário. Sob a perspectiva da subjetividade, Singer (2001) aponta que emanam categorias ligadas à condição de emancipação dos indivíduos presentes nas iniciativas solidárias, conforme explicitado no quadro a seguir:

Quadro 1 – Categorias e Características Emancipatórias.

CATEGORIAS EMANCIPATÓRIAS	CARACTERÍSTICAS EMANCIPATÓRIAS
1 – Aspecto de Liberdade	Discute-se que a participação dos indivíduos marginalizados em uma iniciativa solidária resultaria não apenas na condição de reinserção social, mas também despertaria nos indivíduos a condição de liberdade, uma vez poderiam decidir acerca de sua atividade laboral de modo autônomo, bem como teria o conhecimento acerca de quais aspectos consideraria para tomar esta decisão.
2 – Aspectos de Sociabilidade	A participação em um grupo nascituro de uma iniciativa solidária tornaria os membros pertencentes sensíveis a isso, passando a integrar um contexto que para eles tenha significado. Isso despertaria a interação, o estreitamento dos laços, a amizade e a cooperação.
3 – Aspectos de Satisfação Pessoal	A participação em uma iniciativa solidária daria aos atores marginalizados a condição de desenvolvimento de competências profissionais, bem como o tornaria um indivíduo com iniciativa. Isso despertaria a satisfação pessoal, por fazer parte de algo autonomamente e por contribuir para o desenvolvimento da iniciativa.
4 – Aspectos Psicológicos	A participação de indivíduos em uma iniciativa solidária teria a condição de reverter aspectos de degradação psicológica a que os atores marginalizados outrora foram submetidos. Sintomas relacionados à depressão, tristeza, ostracismo e mesmo a vilania seriam suprimidos pela alegria, pelo orgulho, pelo apreço a si e aos demais.
5 – Aspectos Econômicos	A participação de indivíduos marginalizados pelo sistema social em uma iniciativa solidária teria a condição de gerar dividendos econômicos a estes e a seus entes próximos, uma vez que a atividade laboral dos grupos cooperados ou associados teria resultados financeiros. Isso proporcionaria aos envolvidos o atingimento da segurança financeira, a autonomia de decisão e a condição de melhoria de vida.

Fonte: Do autor (2013).

Diante disso, os críticos defensores da ordem hegemônica e os céticos que desconfiam ou desacreditam do potencial da Economia Solidária, apegam-se ao fato de que vários aspectos que a moldam são subjetivos, e o principal aspecto prático, a condição da **emancipação econômica**, seria fragilmente debatida no que tange à sua operacionalização. Nesse sentido, Eid (2004) aponta que a emancipação econômica seria o ponto de fragilidade da Economia Solidária, uma vez que muitas iniciativas solidárias atingem, em certa medida, parte dos pontos debatidos, mas sem dar uma condição de emancipação econômica real ou sustentada aos atores ou grupos na maioria dos casos.

Analisando as ponderações de Cattani (2009) a respeito das possibilidades e dos limites inerentes ao processo de despertar de um indivíduo, pode-se inferir que nesses discursos existiriam fragilidades que demonstrariam a utopia da emancipação. Essa relação se acentua diante do fato de que, no limite da prática solidária, um indivíduo ou grupo buscaria apenas e tão somente a emancipação econômica. Se essa emancipação econômica é um pilar frágil deve-se, portanto, argumentar como seria viável torná-la um caminho no despertar das demais esferas da libertação.

Seguindo essa linha, Cattani (2009) defende a construção do que ele chama de **outra economia**, construída sob pilares de sustentação solidária que seriam aspectos subjetivos do ser, mas com base na realização de uma transformação que envolvesse totalmente a atividade produtiva dos indivíduos, onde o trabalho passasse da esfera opressora, para a esfera libertadora dos indivíduos associados.

Essa proposta encontra respaldo naquilo que Martins (2009) aponta como a forma pela qual a emancipação econômica passaria de um elemento periférico do modelo solidário, para o elemento de sustentação. Nesse sentido, Schwengber (2005) argumenta que ao centrar-se na condição potencial de emancipação dos indivíduos a partir do pilar econômico, seria viável para a iniciativa atingir o objetivo central de dar aos atores a sustentação financeira destes e de suas famílias.

Prosseguindo nisso, Gaiger (2008) reafirma o argumento de que toda iniciativa ou empreendimento solidário necessita, em primeiro lugar, ser viável e garantir a sustentação de seus membros, para somente assim tornar os demais

aspectos subjetivos da emancipação viáveis. Como quem figura entre os atores marginalizados é justamente o estrato pobre ou miserável da população, Gaiger (2009) aprofunda que a nova condição cidadã precisaria estar alicerçada no fato de que os atores pudessem mudar suas vidas através da autonomia financeira, não atrelados à lógica competitiva da sociedade capitalista, mas sim à lógica de independência do grupo associado.

Estes argumentos apontam que a emancipação no sentido de sua proposta passaria, necessariamente, por uma condição de transformação a partir da emancipação econômica dos atores envolvidos em uma iniciativa solidária, independente de a iniciativa ser apoiada por uma política pública ou por movimentos de resistência. Para Jesus e Tiriba (2009), se os indivíduos saem da marginalização econômica passam a cooperar entre si a partir de interesses a fim de buscarem outros tipos de mudança de vida.

Uma iniciativa solidária tem requer que os indivíduos envolvidos encontrem essa condição de engajamento para que, então, seja possível atingir a autogestão defendida por Singer (1999). Todavia, ainda que existam correntes contrárias e críticas na busca pela autogestão, e considerando que existem teóricos que colocam que ela nunca será atingida, Mothé (2009) pondera que a autogestão não se refere exclusivamente à condição de sustentação econômica e democrática de uma iniciativa solidária.

O autor considera que a autogestão teria como alicerces a livre condição de pensar ou o esclarecimento dos atores que compõem uma iniciativa, as condições individuais de sustento econômico oriundas da atividade, a condição de sustentação econômica da iniciativa, a participação democrática e esclarecida dos indivíduos nos processos de decisão na iniciativa. Assim, Mothé (2009) prossegue e conclui que a autogestão considerada bem sucedida em uma iniciativa solidária teria como base a melhoria das condições de vida dos indivíduos envolvidos. Elucidando esta questão, o autor define as melhorias de vida como algo subjetivo, mas perceptível a partir da alegria, da realização pessoal, da liberdade e da sociabilidade, além de viabilizar o acesso à renda.

Por outro lado, o pensamento de Lisboa (1999) é mais crítico ao colocar que uma iniciativa orientada pelo modelo solidário não deveria apenas incluir os excluídos, como também deveria ter o potencial de atrair os inseridos do sistema, ou seja, uma iniciativa solidária deveria ser realmente uma alternativa ao modelo de

mercado convencional. Para o autor, a Economia Solidária somente seria um modelo emancipatório se os colaboradores de empresas privadas, assim como os atores marginalizados, pudessem vê-la como uma alternativa que melhora suas vidas e também serviria como ruptura com a realidade.

Novamente discutindo a partir Lisboa (2005), nota-se que priorizar a democracia econômica e de participação dos indivíduos sob a égide exclusiva da autogestão seria um equívoco. Neste sentido, o autor não coloca que a autogestão seria uma característica desqualificada para definir o que seria a Economia Solidária e como a emancipação poderia ser compreendida a partir dela. De fato, nesse contexto, o autor procura apontar para direções que extrapolam a autogestão, primando pelo aspecto social e pelos atores envolvidos não sob uma perspectiva individualista e meramente econômica, mas em função do coletivo e da mudança de vida.

Prosseguindo nos argumentos de Lisboa (2005) evidencia-se que a mudança de vida e a ruptura com o capitalismo são coisas distintas. Mudar de vida significaria que os indivíduos que compõem uma iniciativa solidária seriam pessoas felizes com o que fizessem pessoas que trabalhariam livremente, decidiriam livremente, participariam das decisões de maneira livre e igualitária, da mesma forma como viveriam para si mesmos e não apenas para a iniciativa que compõem.

Nessa crítica, pode-se aludir que a autogestão não seria suficiente para romper com o comportamento capitalista dos indivíduos, nem com a dependência de uma iniciativa solidária do mercado e das relações econômicas nele presentes. Tampouco se pode dizer que o trabalho emancipado de um homem estaria presente apenas se houver algum tipo de trabalho associado, pois para o autor citado não é possível limitar a emancipação humana e mesmo econômica à percepção de cooperação, livre escolha e decisão coletiva.

Caso esse tipo de limite seja imposto, então a Economia Solidária não seria emancipatória, pois excluiria quem eventualmente fosse uma pessoa com seu trabalho autônomo, ou mesmo o colaborador de uma empresa, ou mesmo o diretor de uma organização.

Da mesma maneira, e considerando a perspectiva da política pública de Economia Solidária brasileira que tem uma orientação claramente *singeriana*, ainda que uma iniciativa solidária, seja ela uma cooperativa, seja uma livre associação de profissionais autônomos, o fato de os indivíduos aferirem renda ou

participarem de alguma deliberação, não os torna emancipados, não no sentido da palavra ou na visão da emancipação construída nesta pesquisa.

Também é preciso distinguir que por não compor um modelo de revolta ou luta revolucionária, mas um modelo pacífico de transformação pelo trabalho, este poderia crescer até tornar-se potencialmente um modelo substituto. Todavia, Lisboa (2005) colabora com a discussão ao colocar que, para ser um modelo substituto, a Economia Solidária precisaria ultrapassar o limite da técnica, atingindo o substantivo de uma nova Socioeconomia Solidária. Esses argumentos se aproximam de Cattani (2009) e de seu modelo de nova economia, uma economia popular ou social que pudesse servir aos interesses dos grupos e elevá-los sem que isso significasse apenas um retorno econômico aos indivíduos, como acontece na economia normal.

Novamente abordando Souza Santos (2002) acerca da emergência por alternativas que poderiam promover um modelo que tornasse o mundo melhor e mais justo, passa-se a questionar os motivos que tornam a Economia Solidária limitada enquanto modelo que poderia configurar-se dessa forma. Como uma reflexão necessária, construiu-se uma crítica da Economia Solidária, com objetivo de demonstrar aspectos que a tornam frágil enquanto alternativa e geradora das condições de emancipação dos indivíduos.

2.3 A VISÃO CRÍTICA ACERCA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

Considerando que a Economia Solidária se apresenta como um modelo alternativo responsável por levar os atores marginalizados à emancipação plena, é preciso dizer que existem críticas que podem ser feitas ao modelo no sentido de contestá-lo quanto ao cumprimento de seu papel. Apegando-se à construção da emancipação e aos ideais de liberdade inerentes a ela, uma crítica que nasce a partir das concepções marxianas acerca da Economia Solidária fundamenta-se no fato de que esta não leva os atores sociais que integram as iniciativas a participar de uma emancipação plena.

A construção dessa crítica foi necessária para evidenciar os princípios solidários em relação aos pontos que enfraquecem o modelo. Visando tal efeito, tomou-se como ponto de partida a discussão embasada na defesa da emancipação plena que Marx (1844) propõe e que é reafirmada pelos autores

contemporâneos da área, a saber: Souza Santos (2002) e sua defesa de alternativas, Dowbor (2006) e a defesa da democracia econômica, Cattani (2009) e a proposta de uma nova economia, Gaiger (2008) e a alusão à sociabilidade, Mance (2002) e a defesa das redes solidárias e Singer (1999) com a proposta de um modelo de emancipação econômica com base na autogestão.

Antes que sejam colocados entraves dialógicos teóricos pela inviabilidade de que o “*Jovem Marx*” possa conversar com estes autores, deve-se apontar que a veemência presente nos argumentos de emancipação defendidos no modelo solidário em certo momento por cada um destes autores dialoga com a defesa crítica da emancipação plena de Marx. Também é relevante reafirmar que mesmo o “*Marx maduro*”, apenas em suas últimas obras e somente após seu encontro com Engels, passa a defender não mais uma emancipação pela organização do trabalho, mas sim pela revolução.

Neste contexto, é relevante ressaltar que esta pesquisa, desde sua concepção, tomou os preceitos de construção da emancipação embasados no jovem Marx, pois apenas estes serviriam para embasar uma emancipação que pudesse ser defendida na contemporaneidade, conforme empreendido por Cattani (2003). Dessa maneira, a crítica à Economia Solidária aqui construída está centrada em contradições presentes no modelo que dão base para a construção de:

- 1 – Uma Crítica da Contradição dos Discursos;**
- 2 – Uma Crítica da Contradição das Práticas Assistencialistas;**
- 3 – Uma Crítica da Associação Política;**
- 4 – Uma Crítica da Ausência Colaborativa;**
- 5 – Uma Crítica da Submissão ao Mercado.**

Diante disso, faz-se necessário afirmar que estas contradições partem da percepção de que a Economia Solidária é limitada em cada uma destas instâncias considerando-se os argumentos de emancipação plena. Nesse sentido, a **contradição dos discursos** ocorre, pois a Economia Solidária apregoa um modelo alternativo emancipatório, que poderia se opor ao modelo econômico capitalista. Todavia, sob o olhar marxiano os discursos de emancipação revelam a necessidade de uma ruptura plena com o sistema, enquanto os discursos solidários no limite

apregoam uma convivência pacífica com o modelo capitalista, assumindo que não seria viável a ruptura concreta de forma radical.

Note-se, aqui, que mesmo com os argumentos apresentados em *O Manifesto Comunista*, Marx e Engels (1848) não pregavam que a ruptura radical fosse realizada através da revolução armada, algo de que comumente são acusados os discursos marxistas. Este esclarecimento é fundamental para esta discussão, pois, embora a revolução estivesse presente na perspectiva da ruptura radical de Marx e Engels, o centro da revolução está na organização social do trabalho, onde o trabalhador consciente tomaria as decisões e o controle acerca de sua força de trabalho em favor de uma organização mais justa da produção e da distribuição das riquezas.

Embora o modelo solidário divulgue uma nova forma de organização do trabalho, seu discurso não é de ruptura nem tampouco postula que os trabalhadores e os atores marginalizados apropriem-se de sua força de trabalho compondo uma nova organização social contrária ou resistente ao modelo capitalista. Conforme defendem Souza Santos (2001) e Singer (1999), os argumentos da nova organização social do trabalho ou do modelo de uma nova economia devem ser disseminados de maneira gradativa, constituindo uma perspectiva ideológica socialista na qual os pequenos implantes poderiam, futuramente, fazer frente ao modelo vigente.

A contradição presente nesse discurso abre espaço para uma crítica do enfraquecimento dos ideais e do potencial que a Economia Solidária teria para levar os atores à emancipação plena, uma vez que as iniciativas isoladas em si e o modelo observado de forma reduzida acabam sufocados pelo sistema hegemônico.

Sobre a **contradição das práticas assistencialistas** que o modelo solidário propõe, compreende-se que as associações ou agrupamentos solidários, muitas vezes fomentados por incubadoras tecnológicas, por centros públicos de Economia Solidária, por ONGs ou por outro tipo de promoção de atividades laborais de grupos de atores marginalizados, acabam por confundir-se sob um viés assistencialista.

Isso se deve ao fato de que, diferentemente de uma perspectiva marxiana defensora de práticas independentes dos grupos com orientação apolítica, o modelo contemporâneo está vinculado à política pública de inclusão social, em particular em países emergentes (incluindo o Brasil). Assim, facilmente é confundido

o teor da Economia Solidária com o de discursos de uma política assistencial oriunda da política pública de um programa social transitório do governo.

Nesse contexto, a crítica consolida-se pelo distanciamento entre os discursos de emancipação da Economia Solidária que poderiam promover a emancipação dos atores vinculados às iniciativas, e os discursos de assistência que o modelo acaba por receber na perspectiva “*apenas*” amenizadora de um programa de geração de renda e emprego resultante dessa perspectiva. Critica-se também, nesse ponto, o fato de que muitas iniciativas solidárias acabam isoladas em sua pouca representatividade econômica e ideológica, ganhando contornos que as distanciam da emancipação dos atores.

Essa situação resulta em vieses de atuação nas iniciativas que acabam por confundir seus objetivos com os de apoio psicossocial e comportamental, ou mesmo com práticas de pouca relevância que tornam as iniciativas insignificantes.

A ***contradição acerca da associação política*** ganha força quando os discursos e as práticas do modelo solidário se associam aos discursos políticos da esfera decisória do poder capitalista. Sob uma perspectiva marxiana, portanto, são inviáveis ao sistema modelos ou discursos contrários à lógica de dominação e submissão à perspectiva econômica, da mesma forma que, para Marx (1998), torna-se inviável discutir um modelo de oposição ao sistema que esteja associado aos discursos hegemônicos.

Nessa perspectiva, o modelo contemporâneo da Economia Solidária associado à ação política fugiria de sua essência emancipatória para responder aos interesses do modelo político atrelado à perspectiva econômica do mundo ocidental. Ainda que este modelo esteja presente no mundo oriental, é preciso esclarecer que suas perspectivas são únicas, independente da região do globo, uma vez que o capitalismo venceu como modelo de força, e nesse caso a associação da Economia Solidária ao modelo político a emanciparia de suas reais condições de fazer-se oposta ao capitalismo.

Outra perspectiva que pode ser discutida acerca dessa contradição é a presença de implantes corruptos nas instâncias políticas que podem contaminar as instâncias de promoção da Economia Solidária uma vez que, diante de um processo de penetração dos interesses pessoais de políticos ou grupos políticos, e mesmo de grupos organizacionais poderia, segundo Marx (1998), prevalecer uma

lógica dos interesses subalternos em relação aos interesses reais sociais que uma conjuntura de libertação defenderia.

Acerca da **contradição da ausência colaborativa** pôde-se dizer que quando Marx e Engels (1848) defendiam a associação dos trabalhadores em favor de uma organização social do trabalho eram nutridos pela expectativa de que um dia, se os trabalhadores pudessem dirigir seu próprio trabalho, então poderiam decidir acerca de si mesmos. A crítica, nesse caso, acontece através da ausência real de colaboração dentro das iniciativas solidárias e entre estas visto que, pelo viés político e de práticas assistencialistas, chega-se a uma instância em que muitas vezes não há a democracia plena pressuposta na iniciativa solidária.

Nesse âmbito, prevalece a lógica do poder em que, seja na representação de um ator central presente em qualquer iniciativa, ou em líderes destas iniciativas (coordenadores, secretários ou responsáveis pela incubação de iniciativas solidárias), não se alcança a emancipação individual dos atores, sendo esta colocada em segundo plano em favor de uma centralização dos poderes nas mãos de poucos.

Da mesma forma ao invés de haver um enriquecimento da sociabilidade entre os membros da iniciativa, observa-se o crescimento da ganância e da ambição onde parte dos membros pretende alçar-se à condição de líder ou representante da iniciativa, pois, assim, desfrutaria de um status de poder perante seus pares. Soma-se a isso o fato de que entre as iniciativas não prevalece um espírito de cooperação real, havendo isolamento das iniciativas e das pessoas dentro destas. Isso facilita as condições de cooptação de tais iniciativas e dos indivíduos pelo mercado, pela marginalidade ou pela obscuridade da corrupção.

No tocante à **contradição da submissão ao mercado**, fora dito que no modelo convencional existe uma coexistência pacífica entre as iniciativas solidárias e as empresas de capital público ou privado, assim como ocorre entre as relações de subsistência e de mercado. No entanto, os princípios de emancipação plena defendidos por Marx (1844) não previam esta associação entre a organização do trabalho formada pelos trabalhadores e a organização econômica de mercado capitalista.

Ainda que Marx seja acusado por seus “*perseguidores teóricos*” de certa miopia e de uma falácia utópica em seus discursos, e que os tempos históricos sejam distintos, a associação ao mercado convencional somada à ausência de

cooperação, e a associação aos discursos políticos hegemônicos, tornam possível que as iniciativas solidárias sejam enfraquecidas ao ponto de tornarem-se parte do sistema de mercado.

Esta condição abre espaço para a crítica de um modelo que não seria emancipatório, mas que, no fim, serviria como um instrumento de afirmação do poder econômico das grandes organizações. Também é importante um olhar sobre o fato de a Economia Solidária ser um esforço sem reflexos profundos na sociedade, e que este esforço não seria potencialmente ameaçador ao modelo hegemônico.

Diante dessas premissas críticas, é possível afirmar que as contradições existentes na Economia Solidária tal qual é trabalhada na conjuntura contemporânea, e em particular no contexto brasileiro, a tornam fraca enquanto modelo alternativo emancipatório.

Sendo assim, é possível aludir à existência de uma lacuna de consciência dos atores sociais presentes nas iniciativas solidárias, pois estes, mesmo que em um despertar latente para sua condição social, acabam por assumir-se como submetidos aos interesses de ascensão, poder e participação no sistema econômico. Dessa forma, seria possível concluir que, no limite, os indivíduos que compõem uma iniciativa solidária não estariam interessados na emancipação plena, mas em um tipo de emancipação, ou em tipos de emancipação vinculados à lógica de participação no sistema social comum.

Para Cattani (2003), isso acontece pois os atores marginalizados, alienados ou dominados muitas vezes preferem permanecer na inércia de suas vidas do que mudar seus caminhos em busca da emancipação. O autor também argumenta que é comum a ilusão de emancipação ser confundida com a ilusão das promessas que uma melhor condição de vida proporcionaria na lógica capitalista.

Aprofundando esta tese, Singer (2012) pontua que seria genial se houvesse um remédio ou um tipo de intervenção cerebral que tornasse o mundo idealista, ativista e honesto, no qual os atores pudessem constituir-se como militantes de causas como a solidariedade e a inclusão social. Nesse contexto tornou-se possível aludir que uma última crítica ainda pode ser construída partindo do princípio de que, mesmo entre os atores marginalizados e excluídos, a emancipação pode não ser um objetivo importante, ou pode não ser um objetivo compreensível.

3 REVISÃO EMPÍRICA: ESTUDOS AFINS E QUADRO CONCEITUAL INERENTE À EMANCIPAÇÃO

Devido ao fato de esta pesquisa ansiar por resultados que pudessem extrapolar as informações no campo, de maneira a encontrar-se a compreensão sobre a emancipação na vida dos integrantes de uma iniciativa solidária, tornou-se um esforço de revisão e análise empírica centrada na compreensão de fenômenos similares. Tal processo mostrou-se necessário para a contextualização da temática e também para que houvesse um direcionamento para a prática da investigação na unidade de análise.

As escolhas assumidas para esta pesquisa no tocante à revisão empírica tomaram como base Godoi et. al. (2006) em razão do interesse de aproximar o pesquisador das conjunturas já investigadas em relação ao objeto e à temática que a circundaria com um olhar mais profundo. Para isso, Demo (1994) fora consultado e seus argumentos colocaram que a revisão empírica também orienta outros estudos que poderão seguir na mesma área de estudos, uma vez que, quando o pesquisador ciente de suas escolhas deixa-se guiar por determinado caminho, demais pesquisadores podem buscar uma maior profundidade ou compreensão em áreas afins, ou na mesma área da presente pesquisa.

Assim, esta pesquisa guiou-se em suas decisões por uma revisão que contextualizou os estudos realizados em uma perspectiva inerente à temática da emancipação, da emancipação econômica e da Economia Solidária, sendo observados estudos revisados nas bases de dados já citadas. Como critérios para a contemplação dos estudos visitados, foram elencados os seguintes para fins de análise:

1 – Contextualização dos estudos em relação aos temas desta pesquisa;

2 – Aproximação entre a presente pesquisa e os estudos realizados no período marcado pelo corte temporal que data do fim da década de noventa até os dias atuais;

3 – Análise dos casos de desenvolvimento de Cooperativas de Reciclagem enquadradas no modelo solidário;

4 – Contextualização dos casos em relação à política pública de Economia Solidária.

A partir deste processo decisório e partindo dos interesses desta pesquisa, construiu-se um cenário sob orientação do supervisor de campo em que se considerou o seguinte quadro de estudos:

Quadro 2 – Contextualização ou Enquadramento Empírico.

Autor	Linha de análise	Contribuições
Culti (2002).	Revisão teórica e análise de campo de estudos temático à Incubação de empreendimentos solidários.	Análise acerca do processo educativo e dos limites de atuação das incubadoras.
Soares et. al. (2002).	Análise e relato de Caso de Incubação de Cooperativas Populares.	Perspectivas práticas, discussão e resultados do caso.
Silva et. al.(2011).	Revisão teórica e empírica acerca do processo de desenvolvimento de cooperativas solidárias de reciclagem.	Contribuições no campo teórico com e acerca do relato de parceria entre instituições públicas e cooperativas de reciclagem.
Zanin (2008).	Análise acerca do desenvolvimento de cooperativas de reciclagem de resíduos.	Contribuições em relação ao mapeamento das iniciativas, parcerias públicas e privadas e do processo de desenvolvimento.
Brant (2005).	Relato qualitativo de análise de caso.	Perspectivas, limites e resultados em caso prático em desenvolvimento.
Silva e Damascena (2008).	Revisão teórica e empírica acerca da atuação da Rede UNITRABALHO em parceria com a UEM para incubação e desenvolvimento de cooperativas populares de reciclagem.	Perspectivas alternativas e contextualização acerca do processo de incubação de cooperativas de reciclagem.
Heiden (2007).	Relato de caso inerente à experiência qualitativa ampla em âmbito municipal.	Perspectivas críticas, limites e resultados.
Singer (2001).	Relatos de casos inerentes a redutos de empreendimentos solidários.	Perspectivas críticas, modelos e discussões.
AVINA (2012)	Relato histórico acerca das cooperativas de recicladores em Londrina e do caso COOPER REGIÃO.	Perspectivas críticas, limites, resultados e desafios futuros.
Bazo et. al. (2011)	Análise e discussão acerca da posição do reciclador em Londrina.	Perfil do reciclador, expectativas, crenças e desafios enfrentados no trato destes indivíduos.

Fonte: Do autor (2013).

O processo de argumentação que deriva da revisão e análise destes estudos desenvolveu-se no sentido de permitir a visualização **do contexto dos estudos temáticos; os limites inerentes ao desenvolvimento das cooperativas de reciclagem; a contextualização da emancipação no relato de resultados; o surgimento de discussões críticas.**

Analisando Culti (2002), encontra-se que o processo de desenvolvimento ou incubação de iniciativas nos moldes da Economia Solidária é um processo de educação, de formação cultural, de constituição de bases para a construção de um arcabouço teórico e prático que possa adentrar as perspectivas solidárias e resultar na formação dos grupos com atividades associativas que se desprendem da realidade econômica do mercado. Segundo a autora, no Brasil isso está em construção, sendo que os pilares iniciais foram construídos na década de noventa, concomitantemente ao renascimento das pesquisas sobre a Economia Solidária, e não como muitos pensam, com a criação da SENAES na década seguinte.

Muito embora a autora não situe a fase ou os motivos que colocaram a Economia Solidária em um processo de adormecimento até seu renascimento na década de noventa, por outro lado define que houve um processo de construção do modelo solidário com viés político ao longo da década vinculada à esquerda sindicalista dos anos oitenta. Este movimento juntou-se a movimentos sociais, grupos cooperados, e movimentos sociais rurais, sendo citado o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) que acabou por ganhar notoriedade e força na luta por inclusão social dos atores abalados pela crise sistêmica de desemprego que se desenvolveu ao longo das décadas de oitenta e noventa.

Nesse contexto, Singer (2001) relata que, por tratar-se de um movimento surgido do povo, este teria maior receptividade entre os atores sociais marginalizados pelo sistema e pelas políticas públicas convencionais. O motivo seria que os movimentos alternativos ganhariam força em face das soluções transitórias ou programas de governo. Nesse sentido, e por conta da transição já citada na fase democrática brasileira do governo de direita para o governo de esquerda, os movimentos fortaleceram-se e o programa político apropriou-se deles.

Segundo Culti et. al. (2010) as iniciativas solidárias concentraram-se em zonas marginais do Brasil que seriam caracterizadas pelas evidências sociais da exclusão do sistema econômico convencional. Acerca disso, os autores mapearam

que em todas as regiões do País seria possível identificar tais redutos, porém existem aspectos mais evidentes quando consideramos as distinções de desenvolvimento entre as regiões brasileiras.

Partindo dessa premissa, Culti et. al. (2010) apontam para uma grande concentração de empreendimentos solidários nas regiões Norte e Nordeste, bem como nas zonas menos assistidas pelos programas governamentais. Por outro lado, Heiden (2007) e Zanin (2008) apontam que pela condição marginal destas regiões menos assistidas, existe certa facilidade na promoção de modelos alternativos, em que está incluída a Economia Solidária, em face da carência de assistência e de acesso naturais do modelo capitalista ou da economia neoliberal.

Se em certos lugares é mais fácil promover alternativas, segundo Culti (2002) existem entraves culturais para a criação e o desenvolvimento das iniciativas por haver menos carência. Nesse contexto, todos os autores aproximam-se do mesmo ponto, a necessidade da construção de uma cultura de desenvolvimento do modelo da Economia Solidária. Pelas diferenças e pelas dificuldades em relação à heterogeneidade da política pública de Economia Solidária, os autores categorizaram os diferentes tipos de iniciativas solidárias no Brasil conforme o quadro abaixo apropriado por este autor para maior compreensão:

Quadro 3 – Tipologias de Iniciativas ou Empreendimentos Solidários.

TIPOLOGIAS	DESCRIÇÃO
1 – Iniciativas Econômico-Solidárias Jovens	Compõem um grupo que nasceu junto ou a partir da criação da SENAES, contextualizadas entre 2003 e 2007, formadas por grupos de atividades informais da área urbana em geral com até dez sócios.
2 – Iniciativas Econômico-Solidárias Mistas	Envolvem grupos de iniciativas jovens do período citado anteriormente e grupos cooperados e associativos que antecedem 2003, envolvendo atividades rurais, porém com pouco mais de dez sócios.
3 – Iniciativas Econômico-Solidárias Antigas	Grupos de iniciativas mais antigas, constituídas antes de 1999, no formato associado, como atividades predominantemente rurais, e com número de sócios que varia de trinta até cinquenta.

Fonte: Do autor (2013). A partir de Culti et. al. (2010).

A leitura que se fez a partir dessa categorização revelou alguns pontos relevantes. Primeiramente, nota-se que existe um grande número de iniciativas emergentes, e também que antes da SENAES havia um tipo de empreendimento solidário atrelado a um modelo de produção agrícola para subsistência. Além disso, percebe-se que esse modelo disseminou-se para as cidades ou zonas urbanas caracterizadas pelos diferentes modos de produção capitalista e, por fim, que esse processo não significa que a tipologia mais antiga atingiu seus objetivos de emancipação, nem tampouco que a disseminação do modelo solidário que constituiu as duas primeiras e mais recentes tipologias representa reais avanços da Economia Solidária ou do alcance da emancipação por meio desta.

Considerando Heiden (2007) e Culti et. al. (2010), afirma-se que, embora o modelo de Economia Solidária praticado no Brasil tenha suas origens a partir de um modelo europeu, este mudou quando apropriado pela política. Assim sendo, a Economia Solidária ganhou tons de assistência social ou de promoção de riqueza alternativa que viria a inserir os excluídos nas relações de mercado. Isso seria uma contradição que segundo Nunes (2008) torna o modelo solidário brasileiro gerencialista de crises em detrimento de sua natureza originalmente emancipatória.

Reforçando o argumento, Nunes (2008) amplia a discussão acerca do modelo latino-americano apontando que experiências ricas como a de Mondragón ou de outros países como Argentina, Chile e Uruguai são muito distantes da experiência brasileira, novamente considerada em processo de construção. Essa construção, segundo Culti et. al. (2010), tem um desenho que remete à concentração de iniciativas em cada uma das tipologias elencadas em seu estudo.

A proporção de iniciativas solidárias é de 40,4% para a tipologia 1 (Iniciativas Econômico-Solidárias Jovens); 25,8% para a tipologia 2 (Iniciativas Econômico-Solidárias Mistas); e 33,8% para a tipologia 3 (Iniciativas Econômico-Solidárias Antigas). Para os autores, os índices caracterizam uma relativa proximidade entre o volume de iniciativas jovens e antigas sem que isso signifique, todavia, uma relação evolutiva, servindo apenas para que seja analisado que praticamente metade das iniciativas ou empreendimentos solidários estaria localizada na zona urbana e teria características informais com menor número de atores marginalizados envolvidos.

Por outro lado, a análise apontou que há um grande volume de iniciativas antigas já consolidadas e orientadas por uma produção rural, o que é superficial demais para que seja inferido que tais grupos atingiram a emancipação ou a promoveram entre os envolvidos. Para uma melhor condição perceptiva e também afim de uma maior tangibilidade na interpretação destes apontamentos, observou-se o quadro abaixo, livremente adaptado, cujo interesse era retratar a concentração de iniciativas por tipologia nas distintas regiões ou unidades federativas brasileiras:

Quadro 4 – Mapeamento da Economia Solidária por Tipologias no Brasil.

UNIDADES FEDERATIVAS	TIPOLOGIAS
Amazonas, Roraima, Amapá, Piauí, Alagoas, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal.	Predomina Tipologia 1, com associações e iniciativas informais urbanas, de diferentes naturezas.
Amazonas, Amapá e Rio Grande do Sul.	Há grande incidência de associações rurais e um volume considerável de cooperativas gaúchas dentro da Tipologia 2.
Piauí.	Uma quase equiparação entre Tipologia 1 e 3, com iniciativas informais das zonas emergentes urbanas e um grande volume de associações rurais antigas que tangem os grandes latifúndios.
São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul.	Predomina Tipologia 1 em razão da natureza urbana destes centros, muito embora se possa esperar distinção acerca do Mato Grosso do Sul, que não aparece.
Santa Catarina, Pará, Sergipe e Goiás.	Predomina Tipologia 2 pelo grande número de associações rurais e urbanas, e com destaque para as cooperativas de Santa Catarina.
Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Paraná.	Maior volume de cooperativas solidárias no Brasil (843).
Acre, Rondônia, Espírito Santo, Tocantins, Mato Grosso, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia, Paraíba e Pernambuco.	Predominam associações rurais de Tipologia 3, remetendo ao modelo de desenvolvimento destes estados, predominantemente rurais.

Fonte: Do autor (2013). A partir de Cultí. et. al. (2010)

Com base nesse contexto, pode-se considerar que existem casos espalhados, porém sem homogeneidade no tocante à maturidade dos empreendimentos solidários. Desse modo, Singer (2001) e Nunes (2008) colocam que pela existência da política pública e pela interferência de agentes externos ao governo, como incubadoras e ONGs, são possíveis que as iniciativas prosperem, ainda que isso não represente a emancipação das mesmas.

Neste contexto, Singer (2001) coloca que o movimento de incubadoras de cooperativas populares é um exemplo que surgiu em 1996 e desenvolveu-se dentro da COPPE (Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação) com o apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sua tarefa estava no atendimento e incubação de iniciativas em zonas marginais como as favelas dos morros cariocas. O processo de incubação das iniciativas deu continuidade a um trabalho desenvolvido pelo Caritas e contou com o apoio da FINEP (Agência Brasileira da Inovação).

Singer (2007) prossegue apontando que o sucesso da iniciativa de incubação na COPPE-UFRJ surtiu tantos resultados que a Fundação de Apoio do Banco do Brasil decidiu financiar o desenvolvimento da incubadora, bem como de um projeto de disseminação do modelo carioca por outros estados, culminando, em 1998, com o lançamento do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas.

Note-se que ainda era cedo em relação à criação da SENAES, e que o movimento de incubadoras de cooperativas ainda não era encarado como um braço da política pública, que ainda nem existia. Muitas cooperativas, segundo Heiden (2007), atuavam justamente onde havia grande marginalização em atividades que estariam vinculadas, por exemplo, à coleta, separação e destinação de resíduos (reciclagem de lixo), e outras, segundo Culti et. al. (2010), vinculavam-se à agricultura familiar.

Singer (2001) destaca que no centro do desenvolvimento destas atividades, as instituições de ensino superior, em particular as públicas, tiveram um papel fundamental por acompanharem estas cooperativas através da incubação ou de projetos de extensão.

A este respeito, destacam-se a Universidade Federal do Paraná (UFPR), a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade do Amazonas (UNAMA), a Fundação Universidade de Blumenau (FURB), a Universidade Vale dos Sinos (UNISINOS), a Universidade Católica de Pelotas (UCPEL), a Universidade

Estadual de Londrina (UEL), a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e por fim a Universidade Estadual de Maringá (UEM).

De igual importância é citar que até o início do ano 2000 a sedimentação da Economia Solidária dentro da perspectiva de desenvolvimento de cooperativas já contava com o apoio da UNITRABALHO, uma Rede Nacional de Universidades do Trabalho que, em formas literais, apoia iniciativas alicerçadas no trabalho e na inclusão através do trabalho dos atores marginalizados, algo que estaria bem próximo do ideário emancipatório original.

Segundo Culti et. al. (2010), estas bases serviram como fonte de conhecimento para que o modelo solidário fosse incorporado pela política pública, assim como em certa medida é possível afirmar que a rede de incubadoras tecnológicas universitárias inspirou a criação, anos mais tarde, da SENAES e dos centros públicos de Economia Solidária. Acerca disso, pode-se inferir que a SENAES passou a atuar no sentido de regulamentar, monitorar e apoiar financeiramente, através de parcerias do Estado com os governos estaduais e municipais, assim como apoiando as universidades, o trabalho de cooperativas de variadas espécies e empreendimentos solidários nascituros.

Neste contexto, pode-se aludir à parceria da SENAES com a Universidade Estadual de Londrina (UEL), entre os anos de 2002 e 2003, em que foi desenvolvido um projeto de extensão chamado Administrando Recursos para o Futuro. O projeto envolvia alunos de graduação do curso de Administração, com as jovens cooperativas de recicladores da cidade, culminando no desenvolvimento de um material educacional que serviria para orientar o projeto piloto de coleta seletiva da cidade de Londrina em parceria com a prefeitura municipal.

O processo de desenvolvimento das iniciativas cooperadas na cidade de Londrina, conforme publicação da Fundación AVINA, Série Cata-Ação (2012), que para fins normativos citar-se-á “AVINA (2012)”, nasceu de um movimento que procurou organizar as atividades dos antigos “catadores de lixo” com apoio da prefeitura municipal de Londrina, de ONGs, da Universidade Estadual de Londrina, e depois com o apoio da SENAES.

Esse processo começou em meados de 1996 com grupos de catadores de lixo e resultou no modelo de cooperativas que seguiria seu curso até a contemporaneidade. À época do surgimento destes movimentos, os grupos trabalhavam com o apoio da prefeitura que realizava a coleta nos bairros e levava os

resíduos para um centro de triagem onde os catadores recebiam valores de remuneração fixa por produtividade. Em 2001, os catadores receberam incentivos do município e de órgãos públicos para iniciarem um processo de trabalho organizado no formato de ONGs.

Com o apoio de assistentes sociais, da universidade e de outros profissionais, foram criadas as primeiras cooperativas dentro desse modelo, a CEPEVE (Central de Prensagem e Vendas) e a COMAREL (Conselho das Organizações dos Profissionais da Reciclagem de Resíduos Sólidos de Londrina).

Conforme Bazo et. al. (2011) relata, o projeto inicial contou com o apoio de a ONG Reciclar Reciclando Vidas, e o objetivo do projeto, da ONG e das outras partes envolvidas era o de elevar os indivíduos que viviam em condições de risco e que atuavam de maneira sub-humana à profissionalização por meio da atividade inerente à reciclagem. Os benefícios, além da profissionalização, seria o acesso à renda, o distanciamento da marginalidade, a recuperação de viciados em álcool e drogas, além da recuperação da autoestima e o atingimento da realização pessoal por estes sentirem-se novamente cidadãos.

Também é importante citar que a ONG procurava investigar as condições de saúde e as condições sociais a que estavam submetidos os grupos envolvidos na atividade de catação de lixo, sendo importante evidenciar que a partir da atuação da ONG e por ação do Ministério Público, tanto as cooperativas recém-criadas, quanto a prefeitura municipal, precisaram mudar a forma de atuação, uma vez que identificaram uma série de irregularidades, de insalubridade onde agíamos catadores atuando no lixão da cidade.

O processo de desenvolvimento das cooperativas na cidade de Londrina, após os ajustamentos de conduta, culminou com a criação de várias pequenas cooperativas, sendo que a COOPERSIL apresentou-se como a mais estruturada e que depois deu origem à COOPER REGIÃO. No cenário presente, a COOPER REGIÃO atua com entrepostos de atendimento em todas as regiões da cidade com cerca de trezentos e cinquenta cooperados em um regime solidário de participação nos resultados.

Tanto a questão do apoio, quanto o financiamento das cooperativas por meio de contratos públicos de prestação de serviços, é realizada pela prefeitura municipal de Londrina e supervisionada pela autarquia municipal CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanismo). O processo histórico de desenvolvimento da

COOPER REGIÃO que será aprofundado na análise da unidade de estudos e nos resultados, conta comum período de doze anos desde a formação das primeiras associações e ONGs de reciclagem na cidade, quando ainda não existiam as cooperativas, e de cinco anos considerando a transição da COOPERSIL à COOPER REGIÃO.

Nesta altura, é interessante notar que a associação entre o setor público por meio da SENAES ou por políticas públicas que partem dos estados federados ou dos municípios, deixa claro que a cooperativa de reciclagem poderia até existir de maneira autônoma, mas somente torna-se profissional quando das parcerias. Sendo assim, Brant (2005) relata a importância ambiental da atuação das cooperativas, pois o trabalho do catador de lixo reflete no processo de profissionalização da coleta seletiva, como também na extinção dos lixões urbanos.

Tanto Brant (2005), como Zanin (2008) pontuam que o processo de gestão dos resíduos nas unidades urbanas torna-se mais eficiente na medida em que crescem as cooperativas de reciclagem e seu nível de profissionalização. Observando a condição evolutiva das iniciativas cooperadas, alguns aspectos sociais e econômicos são evidenciados pelos autores como positivos no que tange ao modelo solidário.

Brant (2005) aponta para a questão econômica que os catadores, a partir da atividade cooperada, ampliaram o acesso à renda, possibilitando melhores condições de vida aos grupos sociais envolvidos (o equivalente a mais pessoas além dos catadores, ou unidades familiares). Já para Zanin (2008), o aspecto de cidadania que a renda e a profissionalização garantiram aos catadores e suas famílias, tirando-os de uma condição marginalizada e levando-os a uma condição de responsabilidade civil, tanto no que concerne ao papel social da cooperativa, quanto ambiental.

A este respeito, Silva e Damascena (2008) colocam e reforçam a questão da cidadania e da geração de renda observadas pela UNITRABALHO no processo de acompanhamento das cooperativas na região de Maringá (PR) pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Os autores prosseguem afirmando que a existência das cooperativas não apenas melhorou o processo de gestão dos resíduos e promoção de renda, como também possibilitou que os grupos sociais atingidos pudessem desenvolver uma percepção da realidade social e da democracia, em particular no que concerne à participação social e aos

questionamentos acerca dos rumos que seriam dados às questões políticas que cercariam as cooperativas.

Por sua vez, Heiden (2007) coloca acerca dessa condição de desenvolvimento do senso crítico e do espírito de questionamento, que os cooperados também atingem uma condição de análise de si mesmos e de sua condição de vida. De igual importância, é ressaltar que os catadores são perfeitamente capazes de identificar que mesmo sofrendo certo preconceito, hoje são pessoas imprescindíveis para o ciclo social, pois sua atividade gera bem estar social que não seria suprido pelo poder público.

Importante citar, segundo Heiden (2007), que as cooperativas de recicladores promovem também melhorias no processo de transição de catador para cooperado, uma vez que a percepção de trabalho individual, antes da profissionalização, é substituída pela percepção do trabalho coletivo e solidário que teria objetivos muito maiores que apenas o econômico. Novamente em alusão à COOPER REGIÃO, a AVINA (2012) afirma que existe uma condição de maturidade em que a cooperativa estaria próxima dos objetivos que uma iniciativa solidária teria no tocante à promoção de condições de vida digna a seus integrantes.

Isso não significa que a COOPER REGIÃO promova a emancipação plena, ou algum tipo de emancipação baseada em determinado modelo ou mesmo alguma caracterização de emancipação que possa particularmente ser dita a mais complexa, profunda ou adequada. Considerando a construção do conceito de emancipação plena a partir de Marx (1844) e a escolha pelo conceito contemporâneo de emancipação defendido por Cattani (2003), segue um quadro teórico construído por conveniência livremente adaptado a partir das correntes que tangem o conceito de emancipação e justificam as escolhas feitas para esta pesquisa:

Quadro 5 – Quadro Conceitual Inerente à Emancipação.

CORRENTE TEÓRICA	PREMISSA
1 – Emancipação Plena de Marx (1844).	Libertação por meio da apropriação e organização das forças de trabalho e meios de produção pelos atores marginalizados contra o sistema hegemônico.
2 – Emancipação pelo Conhecimento de Kant (2009).	O homem seria liberto pelo conhecimento das coisas, pela educação e pelo domínio da razão.
3 – Emancipação pelo Esclarecimento de Adorno e Horckheimer (1947).	O homem seria liberto pela busca da superação, dos medos e da subordinação, ao sistema e aos demais, reagindo pela tomada da consciência, das coisas e pelo discernimento de que a mudança seria necessária.
4 – Emancipação Econômica de Cattani (2009), Furtado (2002) e Dowbor (2006).	O homem seria liberto quando pudesse participar por meio de sua atividade laboral do compartilhamento das riquezas advindas do trabalho de suas mãos.
5 – Emancipação de Cattani (2003).	A libertação é um processo inacabado que toma como base a necessidade de uma mudança cultural, o acesso ao conhecimento e ao discernimento, bem como eleva o homem à condição de tomador de decisões acerca de si e dos demais, com a livre apropriação de suas forças de trabalho.

Fonte: Do autor (2013).

Tomada como ponto de partida para esta pesquisa a construção feita a partir de Marx (1844) e a chegada aos delineamentos de Cattani (2003), foi possível desenvolver uma visão sobre a emancipação que a teoria coloca como sendo a esperada. Por outro lado, mostrou-se necessário provar se no campo esta caracterização da emancipação proveniente da Economia Solidária seria encontrada. Assim, na próxima etapa da pesquisa são apontados os procedimentos metodológicos adotados para a análise na unidade de estudos que teve por objetivo provar tais condições.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 DEFINIÇÕES DA NATUREZA DA PESQUISA

Os aspectos metodológicos que guiaram esta pesquisa partiram, em primeiro lugar, da classificação da mesma, sendo qualitativa de acordo com os pressupostos de Godoi et. al. (2006).

Dessa maneira, partiu-se da análise do problema que emanou dos questionamentos e das inquietações deste pesquisador com o compromisso de buscar a profundidade que pudesse tornar compreensível a causa do mesmo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa teve condições de aproximar o pesquisador do objeto e do problema, tornando-os íntimos e capazes de compreender um ao outro.

4.2 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E DEFINIÇÃO DA TÉCNICA DE INVESTIGAÇÃO

Seguindo pressupostos de Godoi et. al. (2006) e de Demo (1994), observou-se o chamamento que o problema fazia, sendo que a escolha estratégica para a realização da pesquisa deu-se por meio de um estudo de caso único em que fosse possível uma aproximação do pesquisador com o objeto de análise, a COOPER REGIÃO. Para Godoi et. al. (2006), o estudo de caso apresenta-se como uma estratégia específica vinculada às pesquisas qualitativas e atende aos interesses de busca por informações que sejam profundas com uma naturalidade maior, uma vez que o pesquisador estaria compromissado com um entendimento ou compreensão.

Nesse sentido, Demo (1994) corroborou a validade desta escolha estratégica ao apontar que em um estudo de caso de natureza qualitativa há a possibilidade de o pesquisador desvendar e compreender aspectos maiores que aqueles planejados inicialmente em relação ao problema e aos objetivos, pois ao longo do processo de investigação detalhes obscuros ou implícitos, bem como questões antes não consideradas, podem emergir extrapolando os limites originais da pesquisa e desvelando ao pesquisador um horizonte de descobertas.

Por estes motivos, assumiu-se para a investigação a realização de entrevistas abertas e orientadas por um roteiro parcialmente estruturado, aliando a estratégia e a técnica para trazer a compreensão objetivada no início da pesquisa.

4.3 JUSTIFICATIVA E ESCOLHA DOS ATORES

Para a sustentação da pesquisa e busca pela compreensão necessária ao atendimento dos objetivos, definiu-se como ponto de partida para a abordagem de campo a aproximação do pesquisador e dos atores que compõem o problema e que estão inseridos no objeto de análise. Acerca disso, a escolha dos atores foi estratégica e amparada nos pressupostos de Demo (1994), que enuncia o fato de que definir quais atores serão abordados para a análise e ter a ciência de que estes estejam inseridos no contexto do problema, torna possível o atingimento dos objetivos estabelecidos.

Devido ao fato de a unidade de estudos revelarem-se como um complexo cooperado que une um grande número de indivíduos, havia uma clara necessidade de não apenas escolher os indivíduos corretos para a pesquisa, como também de ter a sensibilidade metodológica para guiar-se na abordagem dos mesmos. Observando Godoi et. al. (2006), também foi importante considerar que não havia total segurança em afirmar que a escolha dos indivíduos seria a mais correta, isso por si só já descaracterizaria a natureza de busca por compreensão qualitativa da pesquisa.

Ainda no tocante ao número de indivíduos envolvidos nos processos e ações desenvolvidos na cooperativa COOPER REGIÃO, há de ser dito que amparado pela política pública de Economia Solidária por meio da parceria com a prefeitura do município de Londrina, naturalmente este pesquisador e seu orientador de campo esperavam que a cooperativa atingisse o objetivo de guiar os cooperados no caminho à emancipação.

Quanto a isso, tinha-se, desde o início, a ciência que não era uma certeza, sendo que para a busca por respostas que levariam ao atingimento do objetivo de compreensão proposto acerca da emancipação na cooperativa, fez-se o seguinte questionamento: ***“quais seriam os atores relevantes relacionados à COOPER REGIÃO para a compreensão dos problemas e o atingimento dos objetivos propostos nesta pesquisa?”***.

Assim, considerando a acessibilidade aos indivíduos, a disponibilidade destes em participarem da pesquisa e o aceite pleno destes, ficaram definidos os seguintes atores que foram entrevistados:

- 1 – A Diretoria por meio de um ou mais representantes;
- 2 – Dois catadores que participam da cooperativa há mais de três anos;
- 3 – Um catador que participa da cooperativa há pelo menos um ano;
- 4 – Um catador que participa da iniciativa há menos de um ano.

As escolhas mudaram no processo de desenvolvimento da pesquisa em razão da disponibilidade dos atores em participar da pesquisa, assim como por questões de regimento interno.

4.4 DESENVOLVIMENTO DO ROTEIRO E PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

O plano de análise e o roteiro, parcialmente estruturados, que serviram ao intento da investigação estavam relacionados ao problema e aos objetivos da pesquisa de maneira que fosse possível uma melhor interpretação das informações colhidas no campo. Entendeu-se que por se tratar de uma abordagem qualitativa, por haver a premissa técnica e processual e pela escolha de utilizar-se de entrevistas diretas e abertas com os atores escolhidos, as categorias de análise de acordo com Godoi et. al. (2006) surgiram no campo e durante a abordagem.

Todavia, para que fosse viável uma compreensão do próprio pesquisador, bem como a gestão adequada do processo de investigação, adotou-se um guia de campo para a realização das entrevistas. Este guia serviu ao intento de que, mesmo abertas, as entrevistas tivessem como cerne os pontos inerentes aos objetivos e marcos da pesquisa. Nesse sentido, propôs-se que tanto as entrevistas quanto a análise estivessem vinculadas entre si em forma de categorias de análise diretamente vinculadas aos objetivos da pesquisa conforme quadro abaixo:

Quadro 6 – Categorias de Análise.

CATEGORIAS	OBJETIVOS
1 – Avanços e vivência em Economia Solidária.	Esta categoria vinculava-se à análise da experiência em Economia Solidária vivenciada na COOPER REGIÃO, de acordo com o primeiro objetivo específico da pesquisa: <i>“Identificar a vivência dos princípios da Economia Solidária trabalhados na COOPER REGIÃO”</i> .
2 – A participação na tomada de decisões.	Esta categoria vinculava-se à análise do processo decisório da COOPER REGIÃO no sentido da compreensão de como os cooperados participam das decisões e como estes compreendem esse processo na cooperativa de acordo com o segundo objetivo específico: <i>“Entender como se dá o processo de participação nas decisões da cooperativa”</i> .
3 – Emancipação coletiva e individual.	Esta categoria vinculava-se à análise da vivência dos atores presentes na cooperativa dos princípios da Economia Solidária e do atingimento destes da emancipação do ponto de vista da participação, autonomia, livre pensar, e emancipação econômica, de acordo com o terceiro objetivo específico: <i>“Compreender o processo de emancipação analisando os avanços e desafios a partir da cooperativa”</i> .

Fonte: Do autor (2013).

Para contemplar estas categorias, pontuais dentro de uma cronologia de entendimento, foram estabelecidos questões ou fatos que seriam investigados, conforme enquadramento nas categorias.

Quadro 7 – Questões ou Fatos que seriam Investigados

1 – Histórias de vida antes da situação de cooperados;
2 – Percepções de capacitação técnica, autonomia e sociabilidade, desenvolvidas na cooperativa;
3 - Percepções de melhoria na qualidade de vida e autoestima dos indivíduos;
4 – Percepções de potencial atingimento da emancipação econômica ou melhorias nas condições de acesso à renda a partir da atividade desenvolvida na iniciativa;
5 – Despertar do senso crítico e da percepção de participação nos processos de decisão cível e do grupo;
6 – Expectativas em relação ao futuro e entendimento sobre a emancipação.

Fonte: Do autor (2013).

Ainda, deve-se acrescentar que à **diretoria** também foram questionados aspectos que pudessem proporcionar a compreensão sobre os norteadores de fundação da cooperativa e sobre a gestão da mesma, para então ser possível ter a visão confrontada de certos pontos expostos pelos cooperados e pela diretoria. Para a leitura e interpretação de todas estas informações, adotou-se como procedimento inerente ao plano de análise a tomada de notas no campo, o registro de percepções em diário de campo e a gravação das entrevistas em áudio. As informações colhidas foram analisadas em rodadas de transcrições e audição dos arquivos gravados.

Há de ser dito que sempre houve consciência dos limites enfrentados pela eventual utilização de gravações, sendo que as notas de campo durante as entrevistas foram imprescindíveis para o registro de fatos relevantes. Registra-se que para a devida formalização das abordagens e realização das entrevistas, os atores envolvidos deram anuência em documento claro e objetivo que os deixasse cientes da natureza da pesquisa, dos seus objetivos e por fim da utilização de seus resultados para fins acadêmicos.

5 O CASO DA COOPER REGIÃO

Tendo como objetivo uma maior clareza no tocante à análise do caso e também para que ficasse clara a demonstração dos resultados que compõem essa etapa da pesquisa, optou-se pela divisão em subseções, a saber: *apresentação do cenário e da cooperativa analisada; os relatos e experiências; a análise dos resultados.*

Todas as informações utilizadas para a exposição do caso da COOPER REGIÃO foram obtidas a partir das entrevistas com os cooperados realizadas entre os meses de novembro e dezembro de 2013, e da entrevista realizada com a diretoria da cooperativa, representada por um de seus diretores e pela assistente social da cooperativa, bem como em bibliografias que remetem ao processo histórico da reciclagem na cidade de Londrina e à própria cooperativa.

5.1 O CENÁRIO E A UNIDADE DE ANÁLISE

A denominação legal da COOPER REGIÃO é Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina, sendo o nome abreviado uma alusão, que segundo a diretora entrevistada, surgiu pelo fato de a cooperativa estar presente em todas as regiões da cidade de Londrina.

Embora tenha nascido formalmente no ano de 2008, suas origens remontam à década de noventa. Para um maior entendimento, foram estabelecidas passagens que ilustram o período em que o cenário tornou-se propício para o surgimento da atividade dos recicladores que hoje compõem a cooperativa.

O Início no Lixão.

No relatório da Fundação AVINA (20012) que descreve o caso da COOPER REGIÃO, o ano de 1996 foi o marco histórico da coleta seletiva na cidade de Londrina, tendo significado um primeiro olhar para a situação do lixo reciclável e também para as condições de trabalho do antigo catador de lixo na cidade. Entre o ano de 1996 e o ano de 2001, a atividade relacionada à coleta seletiva na cidade

aconteciam por meio de caminhões da prefeitura que faziam a coleta do material reciclável nas portas das residências.

Nesse período, de acordo com Bazo et. Al. (2011), os catadores de lixo continuavam a exercer seu trabalho de maneira marginal nos lixões, em condições precárias, onde existia proliferação de doenças e uma série de outros riscos. Segundo o autor, além dos riscos físicos, existia também a presença de crianças que acompanhavam seus pais, catadores de lixo, na atividade diária de busca de materiais que poderiam ser aproveitados, bem como de restos de alimento para consumo próprio.

A presença dos catadores de lixo no lixão era reforçada, segundo AVINA (2012), pelo fato de o material coletado pela prefeitura ser direcionado ao próprio lixão, uma vez que o primeiro barracão de armazenamento dos materiais recicláveis foi um anexo presente no aterro sanitário da cidade. Posteriormente, segundo o relatório, foi construído um barracão na Chácara São Miguel na zona sul da cidade de Londrina.

A construção desse barracão foi um importante passo para tirar os catadores do aterro, pois os caminhões da prefeitura coletavam os materiais que eram levados para o barracão onde, então, eram separados, pesados e armazenados pelos catadores. Para dar uma estrutura mais humana a este trabalho, a prefeitura instalou no barracão banheiros, balança de pesagem do material, prensas e até mesmo um pequeno escritório.

Como uma estratégia para a retirada dos catadores do lixão, a prefeitura estabeleceu uma parceria em que, por meio de frentes de trabalho, repassava um valor fixo mensal para os catadores. De acordo com Lima (2007), essa oportunidade oferecida aos catadores fora inicialmente interessante e significou geração de renda fixa e melhores condições de trabalho.

Todavia, Bazo et. Al. (2011) reporta que ainda existia um grande número de “*carrinheiros*” que seriam os catadores de lixo que circulavam pela cidade em busca de materiais recicláveis, também de porta em porta, além de um grande número de pessoas que, mesmo atuando sob a parceria com a prefeitura, continuavam a frequentar o aterro sanitário.

Segundo AVINA (2012), essa situação persistia pelo fato de que, como os cofres públicos destinavam uma pequena quantia para cada reciclador, com o passar do tempo a renda fixa tornou-se desinteressante, pois sozinhos, ou na

condição de trabalho anterior, alguns catadores obtinham renda maior, mesmo que em condições de precariedade do trabalho.

A diretora entrevistada na cooperativa relatou que entre os anos de 1996 e 1999 a prefeitura repassava a cada catador que trabalhasse no barracão um valor fixo de cerca de R\$50,00 e que muitos catadores achavam que sozinhos poderiam ganhar mais, sendo que alguns saíam do barracão ou conciliavam o trabalho no barracão com a catação de rua ou no aterro. Considerando o relatório de 2004 da PROAF (Pró Reitoria de Administração e Finanças da UEL), o valor do salário mínimo variou de R\$110,00 até R\$130,00, salientando que, diante do valor repassado pela prefeitura, este estaria bem abaixo do valor de um salário mínimo.

Para AVINA (2012) esta situação de permanência dos catadores na atividade marginal no aterro sanitário foi fruto de uma necessária reformulação do projeto que inicialmente supria as necessidades de que fosse estabelecida a coleta seletiva na cidade e de que fossem retirados os catadores do lixão, mas que padecia pelas necessidades emergentes do próprio projeto e dos próprios catadores.

O Fim da Atividade no Lixão.

No ano de 2001, em razão de muitas pressões de ONGs e de outras esferas representativas da sociedade civil, houve grande cobrança sobre a prefeitura para que o programa de coleta seletiva fosse modificado no sentido de dar melhores condições de trabalho aos catadores de lixo, retirando-os definitivamente do aterro sanitário e ao mesmo tempo atendendo a cidade de uma forma mais ampla.

Segundo Lima (2007), além da coleta feita nas portas das residências, a prefeitura conseguiu estabelecer PEVS (Postos de Entrega Voluntária de Materiais Recicláveis), sendo que nessa etapa do processo a cidade chegou a ter 35 postos dessa natureza. O autor coloca que no ano de 2001 já existiam na cidade de Londrina a CEPEVE (Central de Prensagem e Vendas) e a COMAREL (Conselho das Organizações de Profissionais de Resíduos Sólidos de Londrina), entidades que tinham o objetivo de apoiar a organização dos catadores, capacitá-los e conscientizá-los quanto a seu trabalho e à necessidade de saírem do lixão.

A este respeito, Bazo et. al. (2011) acresce que a população já observava que o catador de lixo precisava sair da situação em que vivia da mesma forma como o lixão deveria deixar de existir sob o antigo modelo. O aterro a céu

aberto ao qual eram destinados todos os tipos de resíduos já não era tolerado nas grandes cidades e no ano de 2001 passou a ser desativado gradativamente.

Sobre isso, o relatório público de 2011 que consta no website da CMTU-LD (Companhia de Trânsito e Urbanização de Londrina) coloca vários fatores que impulsionavam a desativação gradativa do aterro sanitário, sendo os principais relacionados à estrutura da área. Como o aterro recebia todos os tipos de lixo desde a década de setenta, não existia mais espaço para o depósito do lixo, além do fato de inexistirem as áreas de deposição do lixo e troca de solo, impedindo, assim, o tratamento necessário para a promoção da degradação dos resíduos.

O mesmo relatório coloca que também existia o problema relacionado à presença do aterro em área urbana e sem a devida observação das necessárias adequações ambientais, inclusive pela época em que fora constituído. Somava-se a isso a presença dos catadores de lixo no local que era fonte de grandes pressões da sociedade no tocante ao fim do aterro.

Diante disso, Lima (2007) acresce que, não apenas a extinção do aterro, como também a movimentação dos catadores para fora do mesmo, fora impulsionada por uma ação do Ministério Público que, em 2001, obrigou a prefeitura a retirar cerca de sessenta catadores que permaneciam em atividade no lixão. A prefeitura, neste contexto, assinou um TAC (Termo de Ajuste de Conduta) comprometendo-se a extinguir a ação de pessoas no lixão em razão das condições precárias a que estas eram submetidas.

Este foi o último marco da transição para que os catadores saíssem do lixão e passassem a atuar como catadores de materiais recicláveis, sendo que a prefeitura precisou revisar o programa municipal de coleta seletiva e a forma como atuaria em parceria com os catadores para viabilizar a nova etapa do projeto.

O Surgimento das ONGs de Reciclagem.

Diante disso, de acordo com Bazo et. al. (2011), surgiram as ONGs de reciclagem que na verdade eram pequenos grupos de catadores remanescentes do lixão que passaram a organizar-se sob a supervisão da prefeitura de Londrina que, por sua vez, estabelecera um programa denominado Reciclar Reciclando Vidas. Este chegou a ser reconhecido nacionalmente como um programa de coleta seletiva que incluía os catadores de lixo no projeto de coleta desde que passassem

a organizar-se em grupos de associações ou ONGs com o objetivo de realizar a coleta porta a porta, bem como separar e executar a triagem dos resíduos, dando destino aos mesmos.

Sobre essa fase, Besen (2004) coloca que exigiu que certas medidas fossem tomadas em razão de a prefeitura atuar como parceira, mas que não oferecia a estrutura aos catadores, sendo que estes deviam organizar-se e realizar o trabalho de maneira autônoma. A autora prossegue colocando que muitos catadores autônomos que insistiam em atuar fora das associações ou ONGs passaram a cobrar das autoridades que algo fosse feito uma vez que o programa municipal tinha inviabilizado seus rendimentos.

Segundo AVINA (2012), entre 2001 e 2002 o Programa Reciclar Reciclando Vidas e a ONG de mesmo nome passou a atender cerca de 480 catadores, sendo eles os que já atuavam na parceria anterior com a prefeitura, além dos que eram remanescentes do lixão e de outros que eram autônomos e passaram obrigatoriamente a ter de atuar segundo as regras do programa.

Essa obrigatoriedade ocorreu pelo fato de que alguns destes catadores autônomos que chegavam a ter uma renda mensal de cerca de R\$300,00 passaram a ter seus rendimentos cada vez menores chegando a quantias abaixo dos R\$100,00. Novamente considerando o salário mínimo que na época, segundo o relatório da PROAF (2004), situava-se na faixa dos R\$200,00, tornou-se indiretamente obrigatório fazer parte do programa.

O programa era gerenciado pela secretaria de ação social da prefeitura da cidade de Londrina, tinha o braço da ONG Reciclar Reciclando Vidas no apoio e acompanhamento dos catadores durante o processo de transição da situação de catadores de lixo a catadores de materiais recicláveis, além de contar com o apoio da SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL) que, respectivamente, davam assessoria ambiental e assessoria social e em gestão, buscando capacitar os indivíduos e identificar as demandas sociais dos grupos envolvidos.

Segundo AVINA (2012) inicialmente o programa obteve sucesso, pois as ONGs passaram a cobrir uma área de 25% dos domicílios da cidade de Londrina em poucos meses, o que significava o atendimento da esfera da coleta seletiva. Todavia, o programa fracassava no tocante à organização dos catadores, pois estes careciam de capacitação e de entendimento em relação às questões

básicas administrativas e de gestão, tornando a presença do catador meramente operacional.

Diante disso Lima (2007) aponta que a prefeitura e a ONG Reciclar Reciclando Vidas eram presentes e davam capacitação e subsídios, tais como: uniformes, os sacos verdes de reciclagem e também monitoravam a vida dos catadores. Além disso, existia a presença de outras ONGs de caráter social e até mesmo da atuação entre 2001 e 2002 da universidade e da SANEPAR com o intuito da capacitação ambiental e em gestão. Mesmo assim, os catadores continuavam de certa forma atuando em condições precárias e sem uma melhoria significativa de renda.

O relatório da AVINA (2012) coloca que a prefeitura oferecia espaços em barracões por ela alugados, bem como realizava a coleta em seus próprios caminhões, todavia isso não extinguiu o problema inerente às associações e ONGs de reciclagem que permaneciam em áreas de fundos de vale e mesmo em residências, denunciando que o programa estava deixando a desejar.

O mesmo relatório ainda aponta que, ainda que buscasse atuar de maneira a sistematizar e organizar o trabalho do catador, a prefeitura falhava pelo fato de não estar presente em todas as ONGs e também pela natureza do trabalho não ser propriamente dita uma prestação de serviço público, mas sim uma parceria. Essa parceria resolveu alguns problemas para a prefeitura, como a extinção das frentes de trabalho e a retirada dos catadores do lixão, porém não proporcionava melhorias de vida expressivas aos indivíduos, sendo que muitos apenas tinham saído do lixão, transformando os quintais de suas casas em ONGs que acabavam por levar para dentro das casas as condições similares as anteriores vivenciadas no aterro.

Entre 2004 e 2005, Bazo (2011) argumenta que as ONGs passaram a enfrentar problemas de estrutura e, ao mesmo tempo, de aumento da demanda com mudanças na regulamentação de destinação dos resíduos. O relatório da AVINA (2012) acresce que, com a aprovação da resolução que regulamentava e tornava obrigatória a separação do lixo doméstico em orgânicos e recicláveis, em 2006, além da proibição do depósito de resíduos recicláveis no aterro, as ONGs passaram a não ter estrutura para atender a demanda do município.

Contribuindo para a discussão, Luzio dos Santos, Lima e Ferreira (2011) apontam uma falha na questão dos resultados econômicos. Em pesquisa

realizada pelos autores em quinze associações, eles apuraram que a renda média dos catadores era de R\$270,00, sendo que apenas uma das associações analisadas destacava-se com renda média de R\$500,00 por catador. Os autores evidenciaram que essa diferença acontecia pelo fato de a associação em destaque ter recebido aporte financeiro de uma instituição internacional.

Um fator que explicaria os baixos rendimentos foi apontado por Lanza, Bettioli, Luzio dos Santos e Morais (2012). Segundo afirmam, por serem associações civis, essas ONGs eram impedidas de comercializar diretamente com as indústrias de reciclagem. Consequentemente, as associações ou ONGs de catadores acabavam reféns dos atravessadores que exploravam o trabalho dos catadores por meio de pagamentos mínimos sobre a produção, para depois realizarem a revenda à indústria por valores maiores.

Somavam-se a isso problemas estruturais, de organização e de gestão, sendo que Lima (2007) coloca que essa situação nas associações e ONGs, tornou-se alvo de observação do Ministério Público, pois além das precariedades observadas e problemas observados, surgia ainda o problema da propagação de doenças em área urbana, o grande volume de residências que serviam como barracões com focos do mosquito *Aedes Aegypti*, além do trânsito irregular de veículos sem condições de segurança que serviam para a coleta seletiva porta a porta.

Novamente, as pressões da sociedade civil e do poder público colocaram o programa municipal de coleta seletiva da cidade de Londrina sob questionamento, da mesma forma como a atuação e as condições de trabalho dos catadores. Segundo AVINA (2012), questões como a inadequação ambiental, a falta de estrutura nos barracões, os riscos à saúde pública, a presença de crianças em barracões com condições inadequadas e, por fim, a exploração exercida por atravessadores tornou a existência das ONGs insustentável.

Luzio dos Santos, Lima e Ferreira (2011) acrescentam que também os associados ou integrantes de ONGs estavam desmotivados com a baixa remuneração e que isso contribuiu para que aqueles que antes atuavam de forma individualista entre as associações e ONGs organizassem seus esforços em uma alternativa colaborativa. Por meio da integralização de suas forças, os catadores começaram a acreditar que poderiam melhorar suas condições de trabalho e renda, e esse foi um passo crucial para a criação das cooperativas.

A Criação das Cooperativas

O contexto de criação das cooperativas, segundo o relatório da AVINA (2012), divulga que até o ano de 2008 as ONGs atuavam sob o Programa Reciclando Vidas de Coleta Seletiva da cidade de Londrina, mas que a função da prefeitura nos casos já expostos dava-se apenas através do fornecimento dos sacos verdes, no aluguel de alguns poucos barracões e na disponibilização de veículos que, muitas vezes, eram retirados desse serviço pouco tempo depois de oferecidos às ONGs por outras demandas do município.

Nesse sentido, além das fragilidades apontadas anteriormente e destas condições, cita-se pela AVINA (2012) que até 2008 nenhum contrato, convênio ou termo formal de parceria fora firmado pelo poder público com os catadores, até mesmo com a CEPEVE que aglomerava de maneira mais organizada cerca de vinte ONGs presentes na cidade. Esses fatores contribuíram para o enfraquecimento de parte das associações e em contrapartida para o fortalecimento de atravessadores.

Sobre o momento específico que as associações e ONGs deixaram de existir e surgiram as cooperativas de reciclagem, Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012) apontam que a crise de 2008 tornou insustentável a existência das ONGs. Segundo os autores, houve uma queda nos preços dos materiais recicláveis que fez com que os catadores tivessem uma diminuição na renda gerada pelo comércio realizado por meio dos atravessadores às indústrias. Essa condição reforçou a união dos catadores, como já apontado, e os moveu a reivindicar junto ao poder público um contrato de parceria para a formalização da prestação de serviços ao município.

Outro fator decorrente dessa união entre os catadores foi, segundo Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), a organização dos catadores em grupos com integração de interesses dos catadores. Esse processo marcou o início de um reconhecimento da identidade coletiva dos catadores no qual passaram a valorizar suas afinidades e a organizar-se em lideranças que iniciaram um trabalho de busca conjunta por soluções para seus problemas.

No ano de 2009, conforme Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), por orientação jurídica do Conselho Municipal do Meio Ambiente, fora criada

a COOPERSIL (Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e Resíduos Sólidos da Região Metropolitana de Londrina). Segundo os autores, quando criada, a cooperativa contava com apenas vinte integrantes remanescentes das associações e ONGs de reciclagem.

Ainda no ano de 2009, os autores colocam que a prefeitura de Londrina, por meio do decreto 829/2009, instituiu o Programa Londrina Recicla que seria gerenciado pela CMTU-LD e firmaria parceria com as cooperativas formalizadas e que estivessem integradas ao Programa Municipal de Economia Solidária. Os autores prosseguem descrevendo que, em março de 2010, a CMTU-LD e a COOPERSIL fecharam a primeira parceria pública de prestação de serviços de coleta seletiva por meio de contrato e que, em abril do mesmo ano, começaram as atividades comerciais da cooperativa.

Sobre o Programa Londrina Recicla de acordo com o website institucional da CMTU-LD (2013), o serviço de coleta de resíduos recicláveis ocorreria sob a responsabilidade das cooperativas de catadores, que recolheríamos resíduos recicláveis separados pela população no sistema porta a porta, tendo estas cooperativas que dar o seu encaminhamento a barracões de triagem onde, após esse processo, passariam à indústria retornando, finalmente, à cadeia produtiva.

Conforme apurado no relatório AVINA (2012), os catadores tinham a expectativa de que a parceria encerrasse o problema dos atravessadores. Da mesma forma, esperava-se que a partir do estabelecimento do contrato com o município, seria possível aos cooperados não apenas melhorar a estrutura do trabalho, como também melhorar os rendimentos mensais dos catadores.

O funcionamento da parceria e a formação das cooperativas, dentre as quais se encontra a COOPERSIL, deu-se não somente pela assinatura dos contratos com o município. Entre 2009 e 2010, conforme aponta Soto (2011), o programa municipal de coleta seletiva tinha pressupostos de resolução do problema do material reciclável e da inclusão dos catadores no processo como uma forma de fortalecê-los e também descentralizar da prefeitura o serviço. Neste âmbito, Soto (2011) prossegue colocando que a gestora do projeto, a assistente social Marilys Garani, intermediou diretamente a formação das cooperativas na cidade de Londrina.

A parceria entre a prefeitura e as cooperativas previa obrigatoriamente que estas fossem integradas ao Programa Municipal de Economia Solidária e as cooperativas então passariam por treinamento, orientação em gestão e acompanhamento social. Soto (2011) prossegue e elenca os marcos regulatórios da parceria firmados nos contratos públicos: a) a separação dos resíduos na fonte geradora; b) a inclusão social dos catadores; c) a gestão compartilhada dos resíduos (por meio de um comitê executivo gestor que vai desde a educação e a formação ambiental à saúde e à assistência social); d) a universalização dos serviços atingindo 100% dos domicílios; e) a humanização das relações com os catadores por meio da capacitação em Economia Solidária e autonomia na gestão dos entrepostos.

A autora também aponta que a integração das cooperativas ao Programa Municipal de Economia Solidária tinha caráter pedagógico, pois além das questões relacionadas à formação dos gestores nas cooperativas, havia ainda o interesse em dar a eles as condições e os entendimentos necessários para que as cooperativas entendessem quem era e como deveria ser o processo de inclusão, humanização e tomada de decisões.

Segundo Bazo (2011), nesse contexto foram criadas outras duas cooperativas à época, segundo a COOCEPEVE e a COOPRELON, e mais tarde, já no ano de 2011, surgiu a COOPEROESTE. Juntas, as cooperativas reuniram cerca de 400 cooperados que, desde então, passaram a atuar sob o monitoramento da CMTU-LD para que os serviços prestados acontecessem em conformidade com os contratos estabelecidos.

Esses contratos firmados estabeleciam com antecedente prévio a formação dos cooperadores líderes de maneira que pudessem repassar as percepções e os conceitos de atuação da cooperativa aos demais cooperados e aos futuros ingressantes. Conforme Soto (2011) coloca, isso aconteceu por cerca de seis meses em um trabalho que envolveu o Centro Público de Economia Solidária (CEPES) e o Centro Regional de Assistência Social (CRAS) que, juntos, versavam sobre: a) a capacitação dos catadores em oficinas específicas; b) o autoconhecimento dos indivíduos como catadores; c) o reconhecimento de seu trabalho no tocante à geração de renda, inclusão e importância ambiental; d) a

formação das cooperativas; e) a legislação ambiental; f) a Economia Solidária e a gestão das cooperativas.

Nesse sentido, Soto (2011) acresce que os contratos previam como contrapartida do município o fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPI), veículos para coleta e transporte, prensas, empilhadeiras, mesas de triagem e outras melhorias para a realização do trabalho diário. Segundo a autora, a CMTU-LD observava as condutas e a gestão dos recursos repassados pela prefeitura às cooperativas, bem como a execução dos serviços em conformidade com os contratos assinados.

No website da CMTU-LD (2013), consta a distribuição das regiões de atuação das cooperativas, bem como outras informações sobre a execução da coleta, triagem dos materiais e armazenamento dos resíduos recicláveis. Soto (2011) também salienta que a forma de remuneração prevista nos contratos, sendo que no ano de 2011 a distribuição dos recursos, por exemplo, para a COOPERSIL, era estabelecida da seguinte forma:

- a) Repasse mensal de R\$79.900,00 às cooperativas;
- b) Pagamento de R\$74,78 por tonelada comercializada;
- c) Pagamento de R\$0,22 por domicílio atendido na área coberta pela cooperativa.

Desse modo, ficava condicionado, segundo a autora, que o valor mensal de R\$79.900,00 deveria ser gerenciado da seguinte forma: R\$22.000,00 para INSS; R\$23.000,00 para aluguel dos barracões que serviriam como entrepostos; R\$15.000,00 para gestão e processos administrativos; R\$5.000,00 para equipamentos e proteção individual e de operações; R\$5.000,00 para manutenção e despesas gerais.

As demais cooperativas recebiam valores distintos de acordo com os contratos firmados e o número de regiões e domicílios atendidos, sendo que esta fonte não fora analisada nesta pesquisa em razão de as demais cooperativas não serem unidades de análise do estudo.

De COOPERSIL à COOPER REGIÃO.

Com o primeiro nome de COOPERSIL, a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Sólidos de Londrina iniciou suas atividades pouco antes da entrada em vigor do Programa Londrina Recicla. É importante reafirmar que, segundo Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), foi o estabelecimento da cooperativa que tornou viável a parceria entre o município e os catadores nos moldes dos contratos de serviço.

A este respeito, Soto (2011) destaca que o isolamento era um problema de todas as associações no período anterior ao estabelecimento das cooperativas, pois conforme a autora, Marilyns Garani, gestora do Programa Londrina Recicla, os associados trabalhavam sob o regime de ONGs o que as impedia de prestar serviços públicos previstos em editais ou contratos temporários.

Neste íterim, é fundamental a compreensão de que, quando a COOPERSIL surgiu eram apenas vinte catadores, lideranças oriundas as associações e ONGs que estavam fora da organização da CEPEVE (Central de Prensagem e Vendas), sendo que estes atuavam segundo o relatório AVINA (2012) de forma dispersa em diferentes regiões da cidade, em pequenos grupos, muitas vezes com apenas duas pessoas. De acordo com Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), em pouco mais de um ano de atividades a cooperativa tinha cerca de cento e duas pessoas cooperadas.

Os autores prosseguem e apontam que o volume de material reciclável triado e comercializado chegou rapidamente a quatrocentas e cinquenta toneladas por mês, sendo que já no ano de 2011 a cooperativa contava com duzentos e quarenta e nove cooperados. Luzio dos Santos, Lima e Ferreira (2011) demonstram que em meio a estes cooperados predominam as mulheres, chegando a 84% do número de cooperados, contra apenas 16% de homens. Os autores ainda evidenciam que existem 60% de cooperados na faixa etária que vai dos trinta aos quarenta anos e que o grau de escolaridade dos cooperados é muito baixo, com cerca de 15% de analfabetos e outros 37% que estudaram apenas até a quarta série primária.

Considerando ainda as estatísticas, é possível, a partir de Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), observar que dos trezentos e sessenta

trabalhadores do segmento da reciclagem na cidade de Londrina cadastrados no Sistema de Informatização da Rede de Serviços de Assistência Social do Município de Londrina (IRSAS), 87% são catadores cooperados da COOPERSIL. Todavia, esse retrato, segundo os autores, ainda questiona a existência de cooperados não cadastrados no sistema e que não são acompanhados pela secretaria de ação social da prefeitura.

Tal fato fica evidente diante dos dados levantados pelos autores de que, segundo Marilyns Garani, existem ainda cerca de duzentos cooperados em outras cooperativas da cidade, além de um grande número de catadores que atuam de maneira autônoma e sem vínculo com as cooperativas, gerando uma lacuna entre os dados que a prefeitura teria sobre a situação de vida destes cooperados e indivíduos não cadastrados e a realidade destes.

De acordo com o relatório AVINA (2012), a COOPERSIL passou já em 2012, a integrar o Programa Cata Ação, um modelo de intervenção socioeconômico de redes locais de Economia Solidária que envolve cooperativas de catadores de recicláveis. Esse programa conta com parceiros do setor privado e instituições internacionais que procuram incentivar e financiar iniciativas locais que promovem a integração social e a organização produtiva local.

O Programa Cata Ação visa contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade econômica e da cidadania plena dos catadores, de forma que estes possam desenvolver a cooperação, as relações humanas e as competências que tornem as cooperativas capazes de gerar trabalho e renda aos catadores.

Conforme o relatório AVINA (2012), quando passou a integrar o Cata Ação, a COOPERSIL recebeu um aporte de capital que possibilitou a aquisição de dois caminhões que serviriam no transporte dos materiais recicláveis coletados porta a porta e depois daquele material que seria vendido para a indústria. Nessa época a COOPERSIL passou a ser reconhecida por sua alcunha atual, COOPER REGIÃO, fato relacionado à característica de a cooperativa atuar em todas as regiões da cidade com entrepostos formais de armazenamento e triagem e por originalmente aglutinar as associações presentes e dispersas pelas diferentes regiões da cidade.

Já conhecida como COOPER REGIÃO no início do ano de 2012, a cooperativa reportava grandes conquistas que, segundo o relatório AVINA (2012),

serviam como inspiração e ao mesmo tempo atraíam novos cooperados, não apenas oriundos da catação de resíduos recicláveis anterior à sua criação, mas também desempregados, pessoas em situações de risco, ex-presidiários, além de mulheres que nunca haviam trabalhado antes. Dentre as conquistas elencadas no relatório estão:

- a) Licenciamento ambiental para operação nos entrepostos;
- b) Carrinhos elétricos ao custo de cerca de R\$7.000,00 cada para operação de transporte interno dos materiais nos entrepostos;
- c) INSS a todos os cooperados;
- d) Aumento e estabilidade de renda;
- e) Capacitação e profissionalização;
- f) Formação para a autogestão e o cooperativismo;
- g) Inclusão digital por meio de cursos oriundos de parcerias;
- h) Abertura de crédito para os cooperados.

Do ponto de vista institucional, o relatório AVINA (2012) considera que a COOPER REGIÃO atua sob o regime de cooperativas, personificada na forma jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, sob a premissa dos seguintes objetivos:

- a) Gerar renda para os cooperados promovendo a inclusão social e o bem estar dos mesmos;
- b) Proteger o meio ambiente e os recursos naturais;
- c) Incentivar a educação ambiental;
- d) Prestar serviços a estabelecimentos privado e público;
- e) Realizar parcerias e convênios;
- f) Fornecer assistência aos cooperados no que for necessário para melhor executarem o trabalho;

- g) Organizar o trabalho de modo à bem aproveitar a capacidade do cooperado, distribuindo-os conforme suas aptidões e interesses coletivos;
- h) Contribuir para recuperar a cidadania dos trabalhadores e trabalhadoras da coleta, comercialização, reciclagem de materiais, com ênfase na conscientização de seus direitos;
- i) Criar mecanismos de organização de trabalho garantindo a democracia na gestão da empresa coletiva e a justiça na distribuição dos resultados do trabalho.

Importante salientar que estes princípios estariam ligados aos princípios gerais da Economia Solidária, enunciados da seguinte forma de acordo com a Carta de Princípios da Economia Solidária (FBES, 2014), a partir da Terceira Plenária Nacional da Economia Solidária de 2003:

- a) A valorização social do trabalho humano;
- b) A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica,
- c) O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade;
- d) A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza;
- e) Os valores da cooperação e da solidariedade.

O relatório AVINA (2012) também aponta que, nesse cenário, o modelo de gestão é participativo e o processo de tomada de decisões é direto, realizado por meio de assembleias gerais semestrais, sendo que as decisões de âmbito emergencial são tomadas de maneira indireta pela diretoria e pelos conselhos (fiscal e administrativo), e as decisões de menor impacto em reuniões realizadas em assembleias extraordinárias nos entrepostos. A estrutura de gestão da cooperativa ocorre conforme quadro abaixo:

Quadro 8 – Gestão da COOPER REGIÃO

ESFERA DECISÓRIA	REPRESENTATIVIDADE
Assembleia Geral	Nível máximo de tomada de decisões, conta com a representação dos cooperados e dos entes executivos da cooperativa. Realiza encontros semestrais e extraordinários.
Conselho Administrativo	Órgão superior de representação dos cooperados, formado pela diretoria eleita de maneira direta na cooperativa, representa as decisões econômicas e estratégicas no dia a dia da cooperativa.
Conselho Fiscal	Órgão fiscalizador que representa os cooperados, formado por escolhidos de forma direta pelos cooperados, observa e fiscaliza as decisões tomadas na esfera administrativa e aplicadas na esfera executiva.
Direção Executiva	Composta pelas diretorias de operações, administrativa, projetos e finanças, basicamente aplica as decisões na esfera prática.
Entrepósitos	Compostos pelos cooperados organizados no âmbito das operações. Possui uma coordenação que gerencia os processos e faz o relacionamento dos cooperados com a diretoria e os conselhos.

Fonte: Do autor (2013) a partir de AVINA (2012).

Sobre a remuneração dos cooperados, o relatório AVINA (2012) considera dados do ano de 2011 que apontavam para uma produção de média à alta de duzentas e cinquenta toneladas por mês de materiais recicláveis por catador. O relatório apresenta de forma bem detalhada a política e os critérios adotados pela COOPER REGIÃO para aquilo que é chamado na cooperativa de “*remuneração justa*”. Em primeiro lugar, considera-se a produtividade linear da cooperativa e as receitas mensais; depois, aplica-se um intrincado sistema de cálculo para que os resultados sejam divididos entre os cooperados conforme descrição seguinte:

- a) É controlada a frequência mensal e a produção individual dos cooperados por entreposto;
- b) São identificadas as três maiores produções dos cooperados que realizam a triagem dos materiais na mesa de triagem e, posteriormente, é realizado um cálculo da média de produção destes que tem valor de mercado de R\$0,067 por tonelada produzida;
- c) A produção média é calculada por sacos verdes, sendo que a cada saco verde cheio é pago o valor de mercado de R\$0,32 para o catador;
- d) Aplica-se um percentual sobre esta produção média para as funções exercidas nos entrepostos, sendo o valor adicional à média para a coordenação de 30%, para o motorista do entreposto de 20%, para os cooperados da equipe de rua, do pátio e prensa percentuais de 5% até 10%, de acordo com a assiduidade do cooperado;
- e) Depois, em proporção à venda do entreposto, é feito o rateio observando o pagamento para as maiores produções em relação às menores;
- f) O valor médio de renda de um catador, utilizando esse cálculo, é de R\$1.230,00, o valor menor é de R\$400,02 e o valor mais alto é de R\$1.382,39.

A esta altura, é prudente salientar que, embora seja detalhada a política, não é demonstrado o cálculo que representaria a remuneração básica de um catador de rua. Para isso, realiza-se uma simulação considerando o valor pago pela tonelada produzida e os percentuais aplicados para ilustrar a remuneração deste indivíduo conforme quadro abaixo:

Quadro 9 – Simulação de Remuneração do Catador de Rua**CATADOR X PRODUÇÃO = 250 toneladas / mês****REMUNERAÇÃO POR TONELADA = 250 x R\$0,067 = R\$16,75****NÚMERO DE SACOS MÉDIO POR TONELADA = 3700****REMUNERAÇÃO POR SACOS = 3700 x R\$0,32 = R\$1.184,00****PERCENTUAL APLICADO PELA FUNÇÃO DO CATADOR = 10% (considerando o teto de assiduidade).****REMUNERAÇÃO + PERCENTUAL = R\$1.184 + R\$16,75 + R\$120,07 = R\$1.320,82****REMUNERAÇÃO x INSS = R\$1.320,82 x 7% = R\$1.320,82 – R\$92,45 = R\$1.228,37****REMUNERAÇÃO FINAL MÉDIA DE UM CATADOR DE RUA = R\$1.228,37**

Fonte: Do autor (2013)

Considerando a simulação realizada, chega-se próximo do valor médio que o relatório aponta por catador com produtividade variável de média até alta. Nesse sentido, caberia identificar quais seria a faixa de baixa produtividade que poderiam remunerar com valores próximos aos R\$400,00 pretendidos.

Todavia, uma informação que o relatório AVINA (2012) e os demais autores não expõem é a remuneração dos colaboradores contratados. Sabe-se, de acordo com o relatório, que a cooperativa conta com assessoria jurídica e contábil, além de ter uma assistente social e uma secretária executiva contratada. De acordo com Luzio dos Santos, Lima e Ferreira (2011), os avanços da cooperativa são muitos e podem ser vistos a olhos vivos, todavia a mesma enfrenta, e enfrentará muitos desafios que, não raras às vezes, são inerentes a seu próprio crescimento.

5.2 OS RELATOS E EXPERIÊNCIAS: COOPERADOS

Nesta subseção estão elencados os relatos das experiências vivenciadas pelos atores sociais cooperados em suas entrevistas. A metodologia de exposição e análise destas informações buscou um diálogo entre as pessoas, ainda que as entrevistas tenham sido realizadas de maneiras distintas, em períodos e lugares distintos.

Preservou-se o princípio de que não houvesse interferência da diretoria nas entrevistas realizadas com os cooperados, sendo estas realizadas no campo de trabalho, durante sua jornada de trabalho. Houve, para isso, anuência do orientador sobre a forma e as escolhas relacionadas à abordagem das entrevistas.

Todavia, vivenciou-se, neste instante, um temor de que os atores pudessem negar-se a conversar, ou mesmo que isso pudesse gerar algum impedimento para a abordagem posteriormente realizada com os representantes da cooperativa.

As entrevistas aconteceram entre os meses de novembro e dezembro e os indivíduos entrevistados fora da cooperativa pediram para não serem identificados na pesquisa. Dessa maneira, adotou-se como padrão para exposição que a cada um fosse atribuído um nome comum como ilustração e tratamento, sendo assim elencados abaixo os sujeitos e suas características gerais:

- a) Indivíduo 1: Nome de tratamento – João; Idade – 34 anos; Tempo em que atua como catador – 6 anos; Tempo de atuação na cooperativa – 3 anos e meio; Casado e pai de três filhos.
- b) Indivíduo 2: Nome de tratamento – José; Idade – 35 anos; Tempo em que atua como catador – 3 anos; Tempo de atuação na cooperativa – 3 anos; Vive em união estável e é pai de quatro filhos.
- c) Indivíduo 3: Nome de tratamento – Maria; Idade – 28 anos; Tempo em que atua como catadora – 2 anos; Tempo de atuação na cooperativa – 1 ano; Vive em união estável e é mãe de três filhos.
- d) Indivíduo 4: Nome de tratamento – Ana; Idade – 22 anos; Tempo em que atua como catadora – 1 ano; Tempo de atuação na cooperativa – pouco mais de seis meses; É mãe solteira de um filho.

Os questionamentos abertos procuraram observar os limites de conhecimento dos indivíduos sobre os conceitos envolvidos na cooperativa, sendo que foram esclarecidos aspectos sobre os conceitos centrais da pesquisa como, por exemplo, a emancipação. Tal fato aconteceu em virtude da percepção por parte do pesquisador de que os atores entrevistados não teriam conhecimentos específicos ou técnicos sobre tal conceito ou outros, além de prerrogativas sobre a Economia Solidária.

Observando as categorias de análise definidas anteriormente para esta pesquisa, *“Avanços e Vivência em Economia Solidária, A Participação na*

Tomada de Decisões, e Emancipação Coletiva e Individual”, neste ponto da pesquisa utilizam-se as questões ou os fatos investigados para então contemplar tais categorias em um sistema de tópicos.

Histórias de Vida dos Cooperados.

Todos os entrevistados relataram histórias de vida bastante sofridas no período que antecedeu à entrada na cooperativa, histórias em que o descaso e a exclusão, bem como as mazelas sociais como a fome e a mendigação, apresentaram-se evidentes. Estes cenários observados remetem às crises da sociedade moderna nos moldes do que é abordado por Souza Santos (2002) em que os indivíduos permanecem em condições que os apartam da sociedade.

Neste contexto, situações como abandono familiar, vício no álcool e em drogas, miséria e marginalização social foram identificadas em todos os relatos. Da mesma forma como a depressão também fora identificada como um sintoma presente. Neste sentido, Bazo (2011) já colocara que estas condições de vida a que os indivíduos das classes sociais excluídas são submetidos agrava-se quando se tratam de indivíduos que compõem as cooperativas de reciclagem, pois estes carregam traumas e problemas familiares mais complexos em virtude da pobreza, do desemprego e das condições vividas antes do ingresso em cooperativas.

O autor em seu estudo cita a depressão como um fator pontual relacionado à baixa autoestima e também aos abusos de diferentes instâncias sofridos por estas pessoas. Considerando, por exemplo, a situação do entrevistado João que em seu relato expôs ter frequentado o lixão com sua esposa até que esta ficasse doente, essa condição de baixa autoestima fica evidente:

“Eu era catador de lixo dos que iam com a mulher no lixão... Depois teve um tempo que fiquei sem fazer nada porque minha mulher ficou doente... Daí ela parou de trabalhar...”. (Entrevistado João).

No caso de João, nota-se a ausência de alternativas, uma vez que, como apurado, não havia outra coisa que ele e sua esposa soubessem fazer, sendo o lixão a única opção. Essa ausência de alternativas, segundo Brant (2005), seria

um dos principais motivadores do trabalho marginal e um dos fatos que marcam a maneira como os indivíduos posicionam-se diante de suas limitações.

Estas limitações segregam esses indivíduos do restante da sociedade e somam-se a outros problemas como a fragmentação familiar e também ao sentimento de peso quando a responsabilidade sobre outras pessoas incide sobre um desses indivíduos. Para reforçar esta condição, na fala de João encontra-se um sintoma desse sentimento de peso: *“Sempre fomos eu, minha esposa, as crianças, minha mãe, irmão e sua esposa e nunca foi fácil”*.

Observando a organização familiar dos demais entrevistados, e não apenas na fala de João, é possível observar um conjunto de fragilidades que, conforme Bazo (2011) insere os indivíduos em uma condição de inferioridade em razão das dificuldades sofridas. A exemplo disso, o entrevistado José relata que as condições de sua vida eram extremas sendo basicamente inexistente uma estrutura, como podemos observar em sua fala:

“Minha vida era um lixo literalmente...hahaha... Eu era um desempregado que mal sabia ler e escrever o nome, tava com uma muié doente em casa que tinha um guri pequeno... Era um bêbado que não sabia fazer nada e tava ficando doente também”.(Entrevistado José)

O relato de José expõe a situação a que muitos destes indivíduos chegam e em que permanecem se não encontram uma alternativa. O entrevistado que também relatou ter vivido de esmolas e morado nas ruas com um filho pequeno, expôs que com o problema de saúde de sua companheira e o vício em bebidas, não existiam alternativas ou portas abertas para eles.

Sobre isso, Cattani (2009) e Jesus e Tiriba (2009), reforçam que indivíduos nessas condições não conseguem vislumbrar a solidariedade, tampouco percebem que podem buscar uma mudança de vida. Considerando a condição imposta pela exclusão social, podemos resgatar a exposição de Marx (1844) sobre os princípios da alienação, em que os atores excluídos tornariam natural o processo de exclusão a que seriam submetidos.

No entanto, essa naturalização percebida nas falas dos entrevistados João e José não se repetiu nas entrevistas com as mulheres, Maria e Ana, sendo notório que as tragédias familiares e o sofrimento de suas histórias de

vida as colocaram de uma maneira distinta, mais forte e disposta a buscarem uma mudança.

A entrevistada Maria nos contou que, quando completou dezesseis anos, se apaixonou por um vizinho e que ambos moravam na cidade de Sorocaba; eles frequentavam a mesma escola e iniciaram um relacionamento secreto. Após mais de um ano, as famílias descobriram o relacionamento por conta de uma gravidez inesperada que fora interrompida devido ao fato de o pai de Maria não concordar em ter a filha “*mal falada*” no bairro e na escola. A tragédia familiar de Maria fica mais evidente por meio de sua fala:

“Meu pai era do tipo militar que não participava da vida dos filhos a não ser que fosse para gritar e bater... Quando ele descobriu que eu estava grávida me deu uma surra e me trancou no quarto por uma semana... Depois já surgiu com a novidade quando abriu a porta com uma mulher que ajudaria a resolver o problema que estava com dois meses”. (Entrevistada Maria)

Questionada sobre como a mãe agiu, Maria apenas disse que a mãe era submissa e que o namorado não estava sabendo de nada do que estava acontecendo, apenas que estava proibido de vê-la, pois o pai tinha feito um escândalo na residência do mesmo. A entrevistada contou que, passado um tempo, e estando já recuperada do aborto, voltou à escola e juntamente com seu companheiro fugiu para São Paulo com a ajuda de uma professora.

A busca por uma oportunidade de recomeço retrata uma expectativa por algo melhor nos moldes do que seria a procura por uma libertação. Esse sentimento, quase revoltoso, é marcante sendo possível aludir aos aspectos delineados por Bazo (2011), bem como por Cattani (2009), em que os indivíduos, após passarem por um grande sofrimento, buscam novas saídas em uma tentativa de reação às condições que lhes foram impostas.

Além desses fatos, a entrevistada Maria contou que ela e seu companheiro vieram para Londrina em busca de uma condição melhor de vida, uma vez que, mesmo sendo bastante esforçado, seu companheiro não tinha muitas oportunidades em São Paulo, tendo ouvido dizer que em Londrina, além de um custo de vida menor, haveria uma chance maior de conseguir um emprego estável.

Essa história de vida marca o fato de que muitos atores excluídos nutrem o desejo e a esperança de uma mudança de vida, todavia como o sistema os

impele a condições de vida inferiores, tal sentimento torna-se diminuto a cada dia, até que exista a conformação. Considerando Singer (1999), a emergência por uma mudança não estaria apenas no coletivo, uma vez que cada ator marginalizado mesmo sem condições de resistir, em algum momento buscou uma mudança.

Essa procura por mudança envolve outros aspectos como o desejo de lutar por um futuro melhor em razão da existência de um familiar doente, da necessidade de sustentar-se e aos demais membros da família, ou pela existência de um filho. Nesse ponto, devemos analisar sob as perspectivas da emancipação apregoada pela Economia Solidária que observa serem múltiplas as premissas emancipatórias perseguidas por um indivíduo e não apenas econômicas, conforme aponta Cattani (2003).

Por sua vez, a entrevistada Ana reforça essa condição visto que sua história de vida remete à busca pela emancipação em razão da superação do vício em drogas, do abandono, da violência e da miséria. Considerando Souza Santos (2002), bem como Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), as pessoas que sofrem sob vários aspectos, com a exclusão social, tornam-se fortalecidas na busca por uma mudança, algo que ficou refletido nos cooperados entrevistados, e que é reforçado na fala de Ana, quando o assunto tratou de sua tragédia pessoal e de como encontrou a esperança:

“Eu num ia tirar meu filho e num podia volta pra casa da minha vó... Então fiquei na rua até que um dia uma mulher me viu largada perto do estádio e me disse que tinha o remédio que ia me curar... Daí eu quis sabe o que era”. (Entrevistada Ana)

Em uma síntese relacionada à história de vida dos entrevistados cooperados, é possível aludir à visualização, conforme quadro abaixo, que permite uma visualização dos pontos mais relevantes e demonstra as situações extremas a que os indivíduos foram submetidos antes de ingressarem na cooperativa:

Quadro 10 – Síntese das Condições de Vida dos Indivíduos antes da Cooperativa

João: Desempregado, ex-catador de lixo no lixão com sua esposa, pai de três filhos. Sustentava junto com a esposa o restante da família, bastante grande, e ainda passou por dificuldades relacionadas à saúde de sua esposa.
José: Desempregado, morava nas ruas com sua companheira e um de seus filhos, viciado em álcool. Viu sua esposa adoecer e ainda chegou a esmolar.
Maria: Vítima de abuso familiar, foi obrigada a abortar uma gravidez, depois a abandonar sua família, viveu uma vida miserável em razão da instabilidade de emprego dela e de seu companheiro.
Ana: Vítima de abuso familiar, viciada em drogas, foi também vítima de violência física e psicológica, chegou a morar nas ruas ou em abrigos de igreja.

Fonte: Do Autor (2014).

Todas essas histórias aconteceram no estrato mais frágil da sociedade onde existem inúmeras condições que aprofundam os sintomas da grande crise social. Para Souza Santos (2002), a fragilidade destes indivíduos se dá justamente pelo grande número de problemas a que são submetidos os atores inferiorizados pelas classes dominantes. Se analisarmos a perspectiva exposta por Cattani (2003), essas classes excluídas teriam no modelo solidário uma condição de encontrarem forças para mudar suas vidas e assim saírem das condições de subserviência.

Nesse sentido, a emancipação pela libertação seria contextualmente vívida, e aludindo a Marx (1844), segundo o referencial desta pesquisa, isso somente seria possível pela apropriação das forças de trabalho em que os indivíduos excluídos e marginalizados despertariam para o fato de que são donos de si e buscariam por seu trabalho uma nova organização de vida.

Essa condição fora encontrada por meio da Economia Solidária em que a cooperativa os aceitou, tornando-os capazes de entenderem que poderiam mudar de vida através de seu trabalho. Esse entendimento, segundo Singer (1999), é demorado e se faz presente primeiramente em razão da condição de melhoria econômica, todavia sendo percebido em outras instâncias, como segue no próximo ponto abordado.

Percepções de Capacitação Técnica, Autonomia e Sociabilidade, desenvolvidas na Cooperativa.

A mudança percebida na vida dos entrevistados aconteceu em várias frentes, tanto individualmente quanto, e principalmente, coletivamente. Referente a isso, Brant (2005) e Bazo (2011) afirmam que o membro de uma cooperativa de recicladores, em um primeiro momento, percebe o resgate da cidadania em razão de estarem todos juntos em uma mesma condição social, para então reconhecerem-se como indivíduos que, por meio de seu trabalho, podem não apenas mudarem suas vidas, como contribuir para a sociedade.

Essa transformação ocorre sob as vias do conhecimento adquirido, da descoberta ou redescoberta das relações sociais em razão dos princípios de cooperação vivenciados, da mesma forma em que há aumento da autoestima, esses indivíduos passam a ter autonomia para entender e decidir sobre si. Tais condições ficam evidentes quando pensamos na fala de João, quando este foi questionado sobre a mudança em sua percepção do mundo e mesmo na condição profissional, uma vez que o entrevistado frequentou e trabalhou no lixão antes de integrar a cooperativa:

“Ninguém sabia como devia trabalhar com isso, a gente só pegava o lixo e separava do reciclável, mas não tinha essa de proteção e cuidado com limpeza, nem esse negócio de equipamento, roupa ou que eu era de uma cooperativa... O negócio era pegar o maior peso de reciclável e dar um jeito de vender”. (Entrevistado João)

No caso de João, que viveu e trabalhou no lixão, a evolução das capacidades técnicas é percebida especialmente em comparação à fala anterior quando o mesmo reporta como as coisas funcionam corretamente na cooperativa em relação ao desempenho do trabalho:

“As coisas começaram a melhorar tem uns anos, mas eu só peguei de um tempo pra cá depois da cooperativa... Hoje é tudo certinho e se não fazer do jeito certo não fica na cooperativa... Tem de usar os equipamentos de proteção tipo luva, bota, boné... Tem que saber o que pegar, tem que cuidar dos colegas na rua, tem de respeitar os outros e saber que é todo mundo igual, não pode beber em serviço, nem trabalhar bêbado, não pode arrumar briga... Nós aprende que tem a questão do meio ambiente, quais materiais são usados novamente e no que porque tem que vender pra indústria”. (Entrevistado João)

Da mesma forma como a percepção de João de melhoria técnica está alinhada à forma como o trabalho é conduzido na cooperativa, o entrevistado José coloca que sua percepção de como trabalhava um catador de lixo era a de que estes indivíduos “*pegavam latinhas*”, mas que isso mudou na medida em que ele entendeu como era complexo o trabalho e que qualquer descuido poderia prejudicar a produção.

Essa questão da produção e da cooperação remete novamente a Singer (1999) em seus argumentos sobre os empreendimentos solidários que preveem a necessidade de cooperação para que as coisas funcionem adequadamente, o que não seria diferente na COOPER REGIÃO, exigindo além da vivência dos princípios, a prática da cooperação e o estreitamento dos laços humanos, algo evidenciado na passagem abaixo do entrevistado José:

“Olha, o pessoal é bastante parceiro entre si... Tem uns ou outros que não gostam nem de muita conversa pra não perder produção... Todo mundo se ajuda!” (Entrevistado José).

Essa situação é reforçada pela fala da entrevistada Maria quando relembra a maneira como foi acolhida e como aprendeu a trabalhar:

“Fui muito bem recebida, o pessoal é gente fina e aprendemos uns com os outros tanto a triagem quanto os demais serviços... O mais legal é que ninguém fica te olhando com cara feia e quando você faz algo errado vem um te ajudar porque é interesse dele que você aprenda certo... A coordenadora do entreposto é minha amiga e me deu muita força quando eu estava aprendendo.” (Entrevistada Maria).

Nesse sentido, somando-se os fatores que tangem a cooperação e a socialização, pôde-se observar, conforme assinala Brant (2005), que a cooperativa privilegia o compartilhamento de conhecimentos como uma maneira de crescimento em que as pessoas envolvidas, ao alcançarem um nível de habilidades, repassam aos demais para tornarem a cooperativa mais produtiva. Essa condição é um requisito para o desenvolvimento das iniciativas solidárias, conforme Singer (2002), e estaria em consonância com aquilo que é esperado de um empreendimento solidário para que tenha condições de sobreviver.

De acordo com Namorado (2009), a cooperação torna não apenas a iniciativa melhor e autônoma, mas também proporciona que os atores envolvidos atinjam essa condição e tornem-se pessoas melhores, tanto nas habilidades, quanto no estreitamento dos laços de amizade, ao reconhecimento que se tem uns dos outros e à consideração em relação uns aos outros. Isso pode ser percebido na fala do entrevistado José:

“Olha, o pessoal se ajuda e ajuda quem chega para que ninguém perca e também porque ninguém chegou sabendo. Somos tudo amigo mesmo quando o negócio é só trabalhar... Para você ter uma ideia tem muito mais mulher que homem e elas ajudam muito marmanjo que chega achando que é só pegar os reciclável na rua... Se não ajudar uns aos outro não funciona”. (Entrevistado José).

A entrevistada Ana também citou durante sua fala uma passagem que marca essa condição de colaboração e socialização:

“Na cooperativa todo mundo é dono e as coisa são justas e nosso trabalho é bom pra nós, cidade e pro meio ambiente... Trocamos uma ideia umas com as outras... Quando perguntam alguma coisa e eu não sei eu peço ajuda e alguém ajuda... Quando alguém precisa de ajuda e eu sei... Eu ajudo... O pessoal é legal e explicam sempre tudo bem certinho para o bem de todo mundo”. (Entrevistada Ana).

Conforme se nota, se antes existia o isolamento, as condições de abandono e tragédia pessoal e coletiva, nessa nova perspectiva percebeu-se o surgimento da autonomia coletiva em que os indivíduos, ao ajudarem-se e ao entenderem a necessidade da cooperação, também conseguem, além de melhorar a si tecnicamente, também melhoram o desempenho da cooperativa. Cattani (2009) defende que o fruto da melhoria de uma iniciativa solidária surge para todos na medida em que todos compartilham das melhorias coletivas desenvolvidas.

Nessa perspectiva, Mothé (2009) afirma que este processo é gradativo e torna os indivíduos autônomos, resultando na autonomia e na condição de desenvolvimento da iniciativa solidária em que os benefícios tornam-se visíveis. Considerando Cattani (2003), a autonomia seria um dos passos para a emancipação tanto da iniciativa quanto dos atores envolvidos por tratar-se de um processo em

que, através do aprendizado e da cooperação, todos conseguem perceber sua importância e também passam a ser reconhecidos entre si.

Percepções de Melhoria na Qualidade de Vida Pessoal e Autoestima dos Indivíduos

Na medida em que os entrevistados relataram suas histórias de vida e as condições que poderiam ser consideradas trágicas, ficou notória a mudança e a melhoria na maneira como estes passaram a viver depois de terem ingressado na cooperativa. Não fora apenas o ingresso na cooperativa que mudou a forma como passaram a viver, mas também a soma de fatores como a redescoberta das relações sociais, o reconhecimento destes enquanto catadores e o respeito entre si, além do fato de que por meio de seu trabalho passaram a ser capazes de dar novos rumos à suas vidas.

Considerando Lanza, Bettioli, Luzio dos Santos e Moraes (2012) no que tange à questão do reconhecimento entre si e de si mesmo, a mudança nas condições de vida dos cooperados os tornaria capazes de atingir um entendimento sobre o fato de que não seriam mais indivíduos excluídos da sociedade, sendo este um primeiro passo para a melhoria da autoestima.

Para cada entrevistado, essa percepção de melhoria de vida e autoestima estaria ligada aos aspectos financeiros, em primeiro lugar. Todavia, outras questões demonstraram-se relevantes entre estes, principalmente considerando as mulheres entrevistadas. Segundo AVINA (2012), como já retratado, a cooperativa é composta em sua grande maioria por mulheres, o que tornaria evidentes traços relacionados ao comportamento destas mais latentes do que nos homens.

Para fins didáticos, faremos uso do quadro abaixo para evidenciar a forma como a autoestima e a melhoria de vida na perspectiva dos entrevistados são percebidas e as falas que evidenciaram de maneira mais marcante essa condição:

Quadro 11 – Percepção de Melhoria de Vida e Autoestima

João: Para este entrevistado, a percepção de melhoria na qualidade de vida e na autoestima se dá em razão de, em seu âmagô, este ter reconhecido a si mesmo como um indivíduo importante que mudou de uma vida inferiorizada para uma condição de vida melhor. Esta percepção passou da aceitação pessoal para a noção de aceitação social, culminando no fato de que se tornou possível levar o sustento para a família a partir de seu trabalho.

Falas de João que evidenciam essa percepção:

Fala 1: *“Eu era um Zé Ninguém que pegava lixo, hoje eu sou um cooperado!”*

Fala 2: *“Você entende professor que ninguém queria a gente e hoje todo mundo não vive sem nós... Sem o reciclador a coisa fica feia nessa cidade”.*

Fala 3: *“Hoje eu cuido da minha esposa e filhos sozinho... Eu sustento eles”.*

José: Para José a melhoria na qualidade de vida aconteceu pela superação de sua condição de vida anterior.

Fala 1: *“Minha vida era um lixo literalmente...hahaha... Eu era um desempregado que mal sabia ler e escrever o nome, tava com uma muié doente em casa que tinha um guri pequeno... Era um bêbado que não sabia fazer nada e tava ficando doente também”.*

Fala dois: *“Hoje eu como, bebo e durmo com a família numa boa, pago as contas, vou a loja e compro roupa, vou compra uma moto no ano que vem e ainda pago a casa que peguei no programa do governo.”*

Fala 3: *“Eu não bebo mais, pago minhas contas em dia...Tamo com quatro filhos bem... Ganho o quanto trabalho e ainda posso pensar que as coisas vão miorar”.*

Maria: A entrevistada Maria tem uma percepção distinta da melhoria na qualidade de vida e da autoestima, sendo que tais condições estão ligadas ao sentimento de superação, todavia não necessariamente refletidas pela questão econômica, sendo uma percepção mais relacionada às conquistas pessoais. Percebeu-se também que esta entrevistada tem um esclarecimento maior quanto ao que é uma cooperativa e o sentido da cooperação.

Fala 1: *“Aqui eu aprendi porque o pessoal ensina a gente o que é uma cooperativa... Sem falar que não tem mais gente trabalhando em lixão e porque somos reconhecidos e respeitados na rua... Eu separava reciclável em casa e as pessoas achavam que eu era lixeira, hoje eu sou cooperada”.*

Fala 2: *“Eu passei a me valorizar e a ser valorizada em casa e entre os colega... Aqui todo mundo é igual e todo mundo se respeita... todo mundo é dono, todo mundo ajuda e se ajuda... Quem produz mais ganha mais, mas quando todo mundo produz mais todo mundo ganha mais”.*

Fala 3: *“Estou feliz com tudo que tá acontecendo em casa depois que comecei a trabalhar na cooperativa e tirei um pouco do peso das costas do meu homem”.*

Ana: Para esta entrevistada, a mudança de vida, ainda que em processo de construção, acontece na medida em que ela deixa seu passado para trás e consegue vislumbrar um futuro para ela e seu filho. As conquistas pessoais e a percepção de ser aceita no grupo dão a condição para que a entrevistada relacione sua melhora de vida com sua liberdade.

Fala 1: *“Hoje eu me sinto mais feliz, sou nova na cooperativa mas as pessoas gostam de mim e me ajudam... Eu não estou mais sozinha como antes.”*

Fala 2: *“Eu saí das drogas e depois descobri que aqui eu posso trabalhar e ser reconhecida pelos meus colega... Posso cuidar do meu filho e deixar ele orgulhoso um dia”.*

Fala 3: *“Eu trabalho alegre e sou feliz porque aqui eu tenho liberdade de escolha entre trabalhar e viver uma vida digna ou voltar pra vida que eu tinha... Então minha escolha já tá feita”.*

Fonte: Do Autor (2014).

Sendo assim, o reconhecimento diante dos colegas e a forma como a colaboração acontece na cooperativa tornam os indivíduos mais fortes e isso resulta no crescimento da iniciativa. Conforme apontam Jesus e Tiriba (2009) ao abordarem a cooperação, a melhoria da autoestima entre os indivíduos acontece quando estes percebem que podem ajudar-se e que o isolamento social fora reduzido por poderem contar uns com os outros.

Essa melhoria na qualidade de vida ainda estaria longe do que se pode perceber como a emancipação plena nos moldes marxianos, assim como sob as premissas de Cattani (2003), porém nos guiou à necessidade de entendermos também as melhorias de vida sob a perspectiva econômica uma vez que estes atores viviam em condições de miserabilidade antes de serem cooperados.

Percepções de Potencial de Atingimento da Emancipação Econômica e Melhorias nas Condições de Acesso à Renda a partir da Atividade Desenvolvida na Iniciativa.

A emancipação econômica, segundo Cattani (2009), acontece quando os atores passam a ter acesso ao fruto dos resultados dentro de uma iniciativa solidária de maneira justa e consonante aos princípios de cooperação de uma nova ordem econômica estabelecida. Ademais, Cattani (2009) também defende que os atores excluídos somente terão essa condição de participação em uma nova economia, pois a conjuntura econômica de mercado os excluiu.

Por sua vez, Gaiger (2008) argumenta que os valores sociais de indivíduos excluídos pelo sistema social convencional tornam-se evidentes e os laços vinculantes são sólidos uma vez que estes percebem que nos demais podem alcançar objetivos pessoais. Ou seja, segundo a premissa desse autor, quando um indivíduo excluído percebe que o trabalho coletivo proporciona o atingimento de resultados e mesmo o acesso à renda que antes não existia, os vínculos tornam-se sólidos.

Sobre a percepção de melhoria na qualidade de vida em razão de um atingimento da emancipação econômica, todos os entrevistados afirmaram categoricamente que a cooperativa mudou a vida de cada um ao proporcionar, por meio do trabalho, a condição de acesso. Esse acesso, segundo Dowbor (2006), fora negado aos indivíduos das classes inferiorizadas pela sociedade, sendo premissa de uma nova ordem social em que existam condições para que os excluídos tornem-se parte da grande massa social.

A emancipação social por meio da Economia Solidária, para Singer (1999) e Cattani (2009), assim como para Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), acontece por meio de vários aspectos, sendo um dos pilares a emancipação

econômica. Particularmente no caso dos atores recicladores cooperados, existem faces a esta emancipação econômica apresentada por diferentes autores.

Para Borinelli e Luzio dos Santos (2010), a emancipação econômica é possível pelo acesso propiciado na medida em que acontece a inclusão social dos indivíduos outrora excluídos pelo sistema. Para Gaiger (2009), a emancipação econômica é uma questão de justiça entre os membros de uma iniciativa solidária em que estes se sustentam por meio de seu trabalho e pela cooperação.

Considerando Singer (1999), a emancipação econômica acontece quando os atores conseguem reunidos e em favor de um objetivo comum, tornar a iniciativa solidária sustentável de forma que ela possa proporcionar aos indivíduos uma alternativa ao modelo convencional. Já Cattani (2009) defende a emancipação econômica como outra ordem econômica gerada a partir da emancipação das pessoas.

Em cada uma das entrevistas foi possível perceber como a emancipação econômica ocorreu por meio de seu ingresso na cooperativa. Considerando a apatia social e a marginalização a que cada um era submetido nas condições anteriores à vida como cooperados, os relatos corroboraram para a percepção de mudança e emancipação econômica de diferentes formas.

No relato do entrevistado João, por exemplo, ficou evidente a importância da cooperativa, pois este e sua família hoje têm sua renda gerada pelo trabalho na cooperativa, somando a quantia de R\$3.500,00 mensais. Só a renda do entrevistado já seria suficiente para que pudesse, segundo suas palavras, sustentar sua esposa e filhos. Em outra passagem, fica clara a mudança pela via econômica e parte de sua satisfação pessoal:

“Depois que comecei na cooperativa eu consegui fazer planos...” Posso dar pra os meus filhos aquilo que nunca ninguém me deu...

Posso comprar material escolar e roupas, posso dar boa comida pra eles, posso até mesmo fazer o que as pessoas normais fazem como ir num shopping...

Deu até pra comprar um vídeo game parcelado em doze vezes no dia das crianças. “(Entrevistado João)”.

Essa percepção do entrevistado e o orgulho de si referem-se à recuperação da cidadania que a exclusão social impeliu um dia tanto a ele quanto à

sua família. Essa mesma condição é evidenciada pelo entrevistado José que se orgulha de ser um dos cooperados mais produtivos e bem remunerados da cooperativa, conforme percebemos em seu depoimento:

“Hoje eu como, bebo e durmo com a família numa boa, pago as contas, vou em loja e compro roupa, vou compra uma moto no ano que vem e ainda pago a casa que peguei no programa do governo..

Ganho o quanto trabalho e sou uma máquina de trabalhar, intão ainda vai miorar...

Minha muié não pode trabaia, mas hoje eu do orgulho para ela porque as criança não passa fome e ainda faço uns agrados pra ela... Gosto de levar ela na churrascaria ou de levar ela pra passear.” (Entrevistado José).

É interessante notar, através dos relatos pessoais, que para os homens entrevistados a sensação de sucesso está intimamente ligada à condição de levar o sustento às companheiras e aos filhos. Do mesmo modo, ainda se nota que existe uma distância entre eles e as pessoas tidas como normais, conforme as palavras dos entrevistados. Isso ficou evidente nas passagens acima em que os depoimentos dão a entender que os cooperados acham que somente agora têm direito de fazer aquilo que as demais pessoas fazem. Exemplarmente, Bazo (2011) cita a ONG Reciclar Reciclando Vidas e faz menção a esse fato ao colocar que os recicladores demoram um tempo para perceber que a renda gerada lhes coloca em condições de igualdade com a sociedade.

Na visão das mulheres, em contrapartida, a percepção de emancipação econômica é mais prática, ou seja, diz respeito àquilo que estas mulheres conquistaram a partir de seu trabalho. É importante citar, neste contexto, que para as mulheres entrevistadas essa realidade também se confunde com um novo tipo de emancipação feminina a partir da renda auferida por seu trabalho.

Sobre essa nova condição, Marens (2009) reforça que os movimentos feministas hoje são distintos dos movimentos feministas das décadas de trinta, quarenta e cinquenta. Diferentemente daquela época em que a emancipação feminina advinha de direitos e da luta por estes, hoje a emancipação acontece por meio da independência que se refere à mudança na vida destas mulheres de uma situação inferior para outra melhor. Na fala da entrevistada Maria tanto a objetividade quanto a percepção de conquista e mudança pela via econômica são evidentes:

“Aqui eu consigo ganhar uns R\$800,00 por mês, tem cesta básica e ainda cesta de Natal... E eu sou dona...”

“Todo mundo ajuda e se ajuda... Quem produz mais ganha mais, se eu quiser ganhar mais e poder fazer minhas coisas, vou trabalhar mais e daí eu posso fazer mais planos do que os que já tenho feito...”

“Compro o que meu dinheiro deixa eu comprar, ajudo meu homem e já sonho com um monte de coisas que nunca dava pra sonhar.” (Entrevistada Maria).

Nas palavras da entrevistada Ana a renda aferida lhe proporcionou uma autonomia que ela não tinha antes da participação na cooperativa. É fundamental ressaltar, aqui, que fora identificado na fala da referida entrevistada que as mudanças mais perceptíveis aconteceram pela estabilidade de renda:

“Hoje eu sou independente e isso me deixa feliz, meus seiscentos reais por mês ainda vão melhorar e com isso eu pago minhas contas e cuido do meu filho...”

“Ganho cesta básica quando não tenho falta, vou ter um dinheiro no Natal que a gente junta o ano inteiro numa conta poupança... Sem falar que hoje eu não tenho mais ninguém me desmerecendo ou dando ordem.” (Entrevistada Ana).

A autoestima da entrevistada também lhe confere autoconfiança conforme ficou evidente em seu depoimento. A soma da autoconfiança e do aumento da autoestima, conforme apontam Jesus e Tiriba (2009), conferem aos indivíduos uma condição de força para superarem as adversidades. Nesse contexto, fora questionado o impacto da renda na vida de um indivíduo que passou por situação de miserabilidade sem que a pesquisa desse conta de que qualquer mudança nessa condição já é percebida como emancipação econômica. O trecho seguinte da fala da entrevistada Ana reporta a isso:

“Minha vida vai melhorar... Já melhorou muito... Já to pensando em compra uma TV dessas grandes e uma bicicleta pra ir trabalhar... Sem falar que antes eu não tinha geladeira nem micro-ondas e agora já tenho porque tenho crédito e conta bancária.” (Entrevistada Ana).

A emancipação econômica, portanto, tornou estes indivíduos pessoas realizadas, mas também pessoas independentes e capazes de decidir sobre suas vidas e, igualmente, sobre os rumos da cooperativa como poderemos observar adiante.

Despertar do Senso Crítico e da Percepção de Participação nos Processos de Decisão no Grupo

O senso crítico e a participação nos processos de decisão e escolha na cooperativa é uma das prerrogativas da Economia Solidária, segundo esclarece Singer (1999). No caso dos empreendimentos solidários, a participação dos atores nos processos de decisão é parte daquilo que se espera atingir quando o grupo identifica que mais do que a cooperação nos processos de trabalho, torna-se necessário compartilhar as decisões e as escolhas.

Na esteirado pensamento de Kant (2009), a iluminação levaria os indivíduos à condição de entendimento de que suas decisões seriam maiores e mais impactantes quando tomadas coletivamente. Essa seria uma emancipação de pensamento que, todavia, seria possível apenas e tão somente por meio do esclarecimento. No caso da COOPER REGIÃO, o esclarecimento acontece conforme os cooperados atingem outras instâncias de emancipação, como a econômica, por exemplo.

Mas, também para isso, torna-se necessário aos indivíduos que tenham passado da esfera apática de suas vidas, tendo reconhecido a si mesmos como cooperados, com dignidade e capacidade de decidir sobre si e seus futuros, da mesma maneira como sobre o futuro de suas famílias e nesse caso pelo futuro da cooperativa.

Sobre a tomada de decisões e sua participação dentro desse processo na cooperativa, os entrevistados colocaram ser essa uma condição da qual participam de maneira limitada, pois as decisões são indiretas e não consideram a participação de todos os cooperados. As decisões são tomadas por representação através dos conselhos e da diretoria, sendo reportadas em assembleias aos cooperados ou em reuniões nos entrepostos.

Em algumas passagens das entrevistas foi possível perceber que essa não é uma condição da qual se agradam. Para a entrevistada Maria, em particular, a participação indireta parece não ser a mais adequada. Justamente essa entrevistada foi identificada como uma líder em potencial que poderá surgir na cooperativa.

Para sintetizar as percepções relacionadas ao processo de decisão e de sua participação, e como estes processos acontecem na cooperativa, o quadro

abaixo procura relacionar as perguntas e respostas, bem como uma análise das mesmas:

Quadro 12 – Percepções e Participação nos Processos de Decisão da Cooperativa.

Entrevistado João:

Questionado sobre como ocorrem os processos de decisão e gestão da cooperativa, ele reportou: *“Todo mundo participa, mas você sabe como é... As decisões são tomadas por nossos representantes e aquilo que é importante é levado pra assembleia”*.

Questionado sobre a transparência e a democracia das decisões na cooperativa, o entrevistado João demonstrou desconforto e colocou: *“A gente sabe das coisas e o pessoal fala tudo, mas quem decide não sou eu...”*.

Questionado sobre concordar com o fato de não ser ele quem decide, ele respondeu de maneira inquietada: *“Não dá pra todo mundo decidir porque o pessoal não concorda com tudo... Tem gente melhor pra decidir”*.

Síntese das passagens: Percebeu-se nas falas de João que existia certa inquietação quando o assunto era a participação e a democracia na tomada de decisões da cooperativa e que este não estaria totalmente certo quanto a este ser o caminho, ou mesmo quanto a seu papel no tocante a isso.

Entrevistado José:

Questionado sobre como enxergava os processos de decisão e como participava ele reportou: *“Eu falo bastante e gosto de trocar ideia e dar opinião, mas pra decidir eu não sei não... Eu dou muita opinião e troco ideia com os colegas e com a chefe do entreposto, mas quem decide mesmo é a diretoria que tá lá desde o começo”*.

Questionado sobre a democracia e a transparência nos processos de decisão ele reportou: *“O pessoal decide as coisas, mas fala tudo pra nós e daí fica tudo certo porque ninguém é enganado, é tudo explicadinho”*.

Questionado sobre concordar com isso e se acha que deveria ser diferente ele colocou: *“Ah... Nem sempre eu concordo não, mas tem o conselho pra ver e decidir por nós quando a coisa é muito importante... Quem sabe um dia eu participo”*.

Síntese das passagens: Percebeu-se que José tem uma posição mais resignada em relação ao fato de participar de maneira indireta dos processos de tomada de decisões na cooperativa, em que mesmo colocando que nem sempre concorda com tudo, outras pessoas estão lá para decidir.

Entrevistada Maria:

Quando questionada sobre o processo de decisão na cooperativa e sua participação neste, de forma objetiva colocou: *“Eu não decido nada, pois tem duas reuniões de lavagem de roupa suja no ano e para dar notícias importantes e decisões mais importantes”*.

Questionada se somente nesses momentos havia participação dos cooperados nos processos de decisão ela colocou: *“Fora as reuniões gerais, tem umas no entreposto e umas outras especiais fora de época... Sempre que quiser falar tem de ir no entreposto falar com a coordenadora ou marcar hora no escritório central”*.

Questionada sobre concordar com isso e sobre sua participação e dos demais, ela colocou: *“Sempre que quero eu falo com as colegas e vamos falar com a coordenadora, perguntar as coisas... Eu nunca faltei e trabalho certinho... Teve uma vez que meu filho pequeninho ficou doente e a creche mandou buscar... Eu fui e voltei pra o barracão com ele... Então eu acho que quando quiser eu posso dar opinião porque sou dona... Então eu não concordo com os outros tomando decisão sozinhos”*.

Questionada sobre o fato de um dia poder decidir e ser líder na cooperativa: *“Acho que seria bom, acho que mais pra frente dá pra eu ajudar mais, fazer mais e quem sabe participar de outro jeito... O pessoal gosta de mim e confia em mim... Os mais velhos me escutam e as colegas acham que eu dou boas ideias”*.

Questionada sobre o que mudaria e com o que não concorda no processo de tomada de decisões, colocou: sendo respondido: *“Ah, sei lá... Eu acho que podia ter mais assembleias e que dava pra votar em mais coisas ao invés de simplesmente decidirem”*.

Síntese das passagens: Maria deixou claro que não estaria satisfeita com a forma de decidir indiretamente as coisas que a cooperativa adotou por meio dos conselhos e da diretoria. De maneira bastante irritadiça, deixou claro que julga ser dona e

capaz de tomar decisões que envolvem o futuro da cooperativa, não concordando com a participação apenas como ouvinte nas reuniões.

Entrevistada Ana:

Questionada sobre como percebia os processos de decisão e se todos participavam, colocou: *“Olha, eu sou novata e num do muita opinião... Troco uma ideia com umas colega, quando tem reunião eu vo... Quando perguntam alguma coisa eu fico meio na minha e vo com a maioria... Mas o pessoal é legal e explicam sempre tudo bem certinho”*.

Questionada sobre quem decide as coisas na cooperativa e se ela conhece as pessoas que decidem, ela colocou: *“Seu Zaqueu é o presidente, tem a Érika e a Verônica que eu conheço e que fazem parte da diretoria... Mas os conselheiro eu num sei muito bem...num conheço muito bem”*.

Questionada sobre concordar com esse processo e como acha que poderia participar melhor, respondeu: *“Sou muito nova na cooperativa então acho que não posso ficar achando ruim de outros decidirem... Mas tem jeito de dar opinião sim e quem sabe né um dia eu possa dar mais opiniões... Sempre tem gente conversando e ninguém é proibido de falar... Mas quem decide são os diretores”*.

Síntese das passagens: Mesmo sem demonstrar tanto desconforto quanto apresentaram o João e a Maria, Ana também acha que poderia colaborar mais e que no futuro poderá auxiliar ou expressar mais suas opiniões e considera a possibilidade de participar mais ativamente dos processos decisórios.

Fonte: Do Autor (2014).

Ao mesmo tempo em que os entrevistados relataram certa insatisfação ou desconforto com o fato de não participarem de maneira efetiva dos processos de decisão da cooperativa, subentende-se que seria difícil para os diretores e conselheiros manter uma coerência na articulação das decisões mais relevantes se estivesse prevista a participação de todos os cooperadores.

Dentro de uma perspectiva marxiana, a decisão deve ser tomada e compartilhada de maneira direta e comunal, porém na Economia Solidária o princípio da participação democrática não exige em especial no modelo singeriano, que seja efetiva a participação de todos nas escolhas e decisões. Considerando que

parte da emancipação defendida por Cattani (2003) passa pelo despertar do senso crítico, e que isso aconteceu na cooperativa com estes indivíduos, é natural que exista esse incômodo.

Expectativas em Relação ao Futuro e Entendimento sobre a Emancipação.

Quando a abordagem da entrevista questionou os envolvidos sobre seus futuros, notou-se que os envolvidos têm esperança e expectativas, e que existe entre eles o sentimento de atingimento dos objetivos pessoais. Essa percepção advém da soma dos aspectos que remetem à emancipação econômica e também no modo como estes indivíduos percebem que hoje são pessoas diferentes daquelas que entraram na cooperativa. Souza Santos (2002) retrata isso como uma sensação de humanidade que somente após um longo caminho pode ser percebida pelos indivíduos que um dia experimentaram as mazelas sociais.

Nesse sentido, o entendimento da emancipação para os entrevistados é o resultado de sua mudança de vida, bem como de seu aprendizado enquanto pessoas e depois enquanto grupo, para depois somar-se à condição de acesso à renda e à cidadania por meio do trabalho. Essas premissas fogem do conceito de emancipação plena defendido por Marx (1844), todavia remetem à apropriação das forças de trabalho como um caminho para a libertação, tese defendida pelo mesmo autor.

O relato da entrevistada Ana dá uma visão sobre essa condição de sentir-se dona de si e de seu trabalho, e com isso sentir-se liberta:

“Hoje eu sou mais dona de mim sim porque ninguém mais manda em mim no meu trabalho... O trabalho é meu, os calos são meus, a canseira é minha e o dinheiro é meu... E eu acho que sem mim e sem a cooperativa a cidade ia ver o que é bom pra tosse por ficar sem quem pegue o reciclável”. (Entrevistada Ana).

Da mesma maneira com que Ana fala do dinheiro ser dela e da importância que sente existir acerca de si e da cooperativa, podemos aludir que a entrevistada tem plena noção de sua importância para a sociedade. O mesmo acontece com Maria quando relata sentir-se dona da cooperativa assim como os demais:

“Sou dona de um pedacinho da cooperativa, dona do meu tempo, do dinheiro que ganho, e com ele eu ajudo meu homem, daí o futuro a gente planeja junto...”

A cooperativa virou uma família pra mim e pra um monte de gente... Cada um se acha dono de um pouco porque é o nosso trabalho que faz a cooperativa...

Se não tivesse cooperativa ia ter muita gente na rua... Aqui somos todos livres e iguais...E cada um faz o que bem entende da sua vida.”(Entrevistada Maria).

Novamente nesse aspecto, os homens revelam uma percepção diferente e remetem à questão econômica como sendo central para sua percepção de autonomia e felicidade. Nesse sentido, não há como aludir senão a Bazo (2011) que coloca serem os homens mais suscetíveis à fragilidade inerente ao desemprego e às condições inferiores de vida, pois estes carregariam em si o sentimento de serem os provedores no núcleo familiar.

Ilustrando esta ideia, José relatou, conforme se nota nas passagens abaixo, suas percepções a esse respeito:

“Bom, eu trabalho bastante mas sou dono de mim e hoje posso dizer que sou chefe de família, pois chego a ganhar bem o suficiente pra poder fazer algumas vontade da muié e dos guri...”

Hoje eu como, bebo e durmo com a família numa boa, pago as contas, vou em loja e compro roupa, vou compra uma moto no ano que vem e ainda pago a casa que peguei no programa do governo...

O meu futuro a cooperativa que deu... E ele é só meu... Ganho meu dinheiro e me esforço para ganhar mais pra pode viver bem...Pago minhas contas em dia e ainda vejo a família feliz.”(Entrevistado José).

Os mesmos traços foram observados nas falas do entrevistado João:

“Eu não era nada e hoje tenho uma vida boa graças ao trabalho que a cooperativa me deu...”

Hoje eu tenho renda mensal, coisa que achei que nunca ia ter...

Minha renda me fez sentir melhor diante da família...

Posso pensar no futuro e dar coisas boas pra meus filhos e quem sabe até formar um.” (Entrevistado João).

A ênfase na condição de sustento da família deixa clara novamente a distinção entre os homens e as mulheres entrevistados, todavia não descaracteriza que existe uma percepção geral de que a emancipação é um sentimento de liberdade que se mistura com as conquistas de cada um dos indivíduos. Quando questionados diretamente sobre o que seria emancipação para eles por meio do questionamento final da entrevista *“Para você o que é emancipação? Seu trabalho na cooperativa te proporciona isso?”* os entrevistados responderam conforme no quadro abaixo:

Quadro 13 – A Emancipação para os Atores Entrevistados

A Emancipação para João: *“Pra mim emancipação é poder ser feliz e isso eu sou por causa do meu trabalho... Hoje eu posso fazer planos e me sentir um homem de verdade que pode dar o que comer pra os filhos e mulher, sabe... Ser pai de família”.*

A Emancipação para José: *“Professor eu sou feliz porque hoje sou melhor, porque hoje posso comprar minha comida, porque mesmo doente, minha muié é mais feliz hoje, porque a gurizada é feliz e porque mesmo que os outro pense que eu sou catador de lixo, eu que decido o que faço da minha vida... Se eu tiver certo isso é emancipação!”.*

A Emancipação para Maria: *“Pelo que eu acho essa emancipação é eu ser alguém feliz e que pode ser mais feliz... E lá na cooperativa eu consegui isso, consegui meu dinheiro... Consegui fazer coisas... E acho que conseguirei mais”.*

A Emancipação para Ana: *“Olha, se ser assim como eu sou hoje é ser mais livre então esse negócio de emancipação acontece e eu acho que foi na cooperativa que eu encontrei essa coisa de ser mais feliz e dona de mim”.*

Fonte: Do Autor (2014).

Este quadro retrata um tipo de emancipação que é identificado pelos atores cooperados da COOPER REGIÃO e que discutiremos adiante na análise e nas considerações sobre esta pesquisa. Todavia, podemos assumir, no momento, que a emancipação para estes tem bases sólidas no fator econômico em que a felicidade e a liberdade são associadas à condição de acesso na chamada sociedade convencional.

5.3 OS RELATOS E EXPERIÊNCIAS: DIRETORIA

Em relação à diretoria, foram necessários cerca de quarenta dias de contato entre o pesquisador e o escritório central para tornar possível o encontro. Os motivos elencados para a demora na realização da entrevista com a diretoria foram os compromissos previamente estabelecidos pela diretoria, as eleições internas da cooperativa e a iminência dos novos contratos com o município. Por fim, a entrevista fora realizada nas dependências do escritório central da COOPER REGIÃO, localizado na região central da cidade de Londrina, em um tradicional edifício comercial.

No que tange à abordagem no escritório da cooperativa, diferentemente de quando foram realizadas as entrevistas com os cooperados, fora possível perceber certa apreensão e desconforto por parte da diretoria com a presença de um pesquisador no escritório no dia em que ficou agendada a entrevista, sendo o contato mediado pela diretora Érika (diretora executiva) que fez as apresentações prévias do senhor Zaqueu (diretor presidente), da senhora Verônica (diretora financeira), da senhora Mariana (assistente social contratada pela cooperativa) e de Simone (secretária executiva).

Percebendo a existência desta tensão, optou-se por uma estratégia de aproximação citando fatos e acontecimentos recentes, televisionados e mesmo referenciados em jornais e revistas que envolviam a cooperativa. Nesse momento, houve certa abertura e pela qual se identificou que a tensão referia-se ao possível incêndio criminoso ocorrido na cidade com um barracão de reciclagem de outra cooperativa, fato que gerou preocupação e solidariedade de todos em razão de não ser algo do qual as demais cooperativas estão livres.

Passado esse momento de tensão inicial, fora colocado pela senhora Érika que dos diretores apenas ela participaria da entrevista e que seria acompanhada da assistente social da cooperativa, a senhora Mariana, que auxiliaria caso fosse necessário. No início da entrevista, foram apresentados novamente os propósitos da pesquisa, sua relevância e enquadramento, bem como os motivos que levaram o pesquisador e seu orientador de campo à investigação da cooperativa. Também fora questionado se ambas concordavam com o pleno uso das informações para finalidade acadêmica, e se davam anuência para o uso do gravador, havendo o consentimento destas e assim iniciando-se o processo.

Para um maior entendimento e fins didáticos, nesta etapa, conforme será observado, a apresentação dos relatos e experiências obtidos a partir da diretoria foi dividida em tópicos, com o que se buscou evidenciar, de forma lógica, a maneira como a entrevista fora conduzida. Para isso, nos apegamos a Godoy et. al. (2006) e à passagem em que em seu livro parte da análise dos relatos acontece de forma subdividida para tornar tangível o entendimento das informações. Tal cuidado fora tomado, pois segundo a autora, em diálogos abertos pode existir confusão por muitas vezes as respostas do entrevistado serem lógicas para ele, mas não para quem fará a leitura do relato.

Motivações que Fizeram Surgir a COOPER REGIÃO e seu Funcionamento

A entrevistada Érika colocou que no início tudo era muito amador em razão de não existir uma regulamentação, e também por não haver profissionalização para os até então catadores de lixo. Dessa maneira, os catadores organizavam-se geralmente em suas próprias casas, no que ela chamou de “associações”, em que se separava o lixo geralmente nos quintais e depois, isoladamente, as pequenas associações vendiam o material reciclável a atravessadores por valores pequenos.

Essa passagem reafirma os dados e as informações expostos por Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Moraes (2012), bem como pelo relatório AVINA (2012), sobre a época em que ainda não existiam cooperativas e em que muitos catadores atuavam de maneira marginal no lixão ou nos fundos de vale. Para reafirmar tais informações, podemos realizar a leitura do relato da entrevistada:

“Só lá por 2008 as coisas mudaram porque as associações não tavam dando certo, eram no fundo de quintal, frente das casas e fundos de vale... Daí o prefeito que assumiu começou a falar de cooperativas pra organizar o trabalho das associações... E teve a Marilys que era uma assistente social que veio atrás de nós pra mostrar o que era uma cooperativa, como funcionava o trabalho numa cooperativa, que organizados dava pra gente crescer e que as associações não tavam dando certo”.(Diretora Érika).

As motivações envolvidas no surgimento da cooperativa eram inúmeras segundo Érika, todavia as principais motivações estavam envolvidas com a necessidade que os catadores tinham de deixarem de ser explorados. A diretora

retrata que nas associações e ONGs quem mandava eram os “patrões” que acabavam por aliciar o catador que fazia a separação do material reciclável e depois o vendia por valores mínimos atendendo aos interesses dos presidentes de ONGs e mesmo de associações.

Érika ainda cita que muitas vezes um presidente de associações ou ONGs de reciclagem nunca tinha visitado uma cooperativa, pois muitas vezes uma funcionava no fundo de uma casa em um bairro distante e o presidente nem morava naquele bairro, sendo o subsidiário de algum empresário interessado em levar o material para a indústria.

Este aliciamento dos catadores é relatado por Brant (2005), bem como fora abordado por Lanza, Bettiol, Luzio dos Santos e Morais (2012), sendo que os autores colocam que a sociedade civil, conforme o primeiro o autor, costuma cobrar uma posição das autoridades em razão das más condições de trabalho dos indivíduos. Todavia, de acordo com os demais autores, o Ministério Público atuou no sentido de impelir a prefeitura de Londrina no sentido de que algo fosse feito e houvesse fiscalização.

Em relação ao início da cooperativa Érika recorda-se do número de envolvidos e faz questão de citar que foi a fundadora, da mesma forma ela também se lembra das dificuldades e das carências de conhecimento sobre o trabalho:

“No início só existia uma cooperativa que juntou vinte e cinco ou vinte e sete associações de catadores pra trabalharem na forma de cooperativa, reunindo umas cinquenta ou sessenta pessoas”.

“A gente achava que conhecia e sabia trabalhar, mas a cada dia a gente foi aprendendo coisa nova, as responsabilidades da coleta e como deve ser feito... Também tinha a questão da cooperativa, que no dia a dia a gente foi aprendendo como fazer, sobre as regras de uma cooperativa, a responsabilidade... Daí que conseguimos ir fazendo as regras da cooperativa como estão hoje.” (Diretora Érika).

Esse processo de aprendizado, como já colocado pelo relatório AVINA (2012), durou cerca de um ano, entre a formação da cooperativa, a formação no Centro Público de Economia Solidária e a constituição da gestão da cooperativa. Justamente nesse ponto relacionado à formação da cooperativa e à aproximação dos catadores com a Economia Solidária, ficou claro na época para todos, segundo a entrevistada, que o modelo seria a única forma de garantir que a prefeitura passaria a agir como parceira. Sobre o processo de formação em Economia

Solidária e suas premissas, podemos observar nos argumentos de Érika como estes foram assimilados:

“A formação foi pelo Centro Público de Economia Solidária, sendo que os vinte primeiros catadores cooperados precisavam aprender o que era Economia Solidária, o modelo, o trabalho e como funcionava uma cooperativa de Economia Solidária pra depois a gente passar aos demais cooperados”.

“Que a gente é igual a todo mundo e que dentro da cooperativa não pode ter diferença, que todo mundo é igual e todo mundo participa”. (Diretora Érika).

A entrevistada elencou alguns pontos que ficaram marcados em assimilação aos princípios da Economia Solidária: *“respeito, igualdade, participação, colaboração, parceria”*. No tocante a estes princípios, a entrevistada colocou que são respeitados, independentemente da pessoa e do cargo que ela ocupa na cooperativa, pois seja o reciclador que faz a coleta na rua ou a triagem nos entrepostos, seja o diretor presidente ou ela, não podia haver diferença e todos tinham de trabalhar pela cooperativa, cada um realizando seu papel.

Estas premissas estariam em consonância com a defesa feita pelos diferentes autores, dentre os quais Singer (1999, 2001, 2002), Gaiger (2008) e Cattani (2003 e 2009). Todavia, a diretora Érika quando questionada não detalhou como é realizado o trabalho de transmissão desses princípios na cooperativa, uma vez que o novo cooperado não passa por um curso de Economia Solidária, por exemplo.

Por outro lado, Érika fez questão de dizer que, na verdade, os cooperados chegam e têm a percepção de que a cooperativa é a solução dos problemas de todo mundo, pois segundo ela os rendimentos médios dos cooperados estão na casa dos R\$1.240,00, o que seria um salário maior que o de muitos outros profissionais presentes no mercado convencional. Essa colocação abriu a possibilidade de que questionar como ocorre a participação nos resultados e como a cooperativa lida no dia a dia com as diferenças de rendimentos entre os cooperados sendo colocado pela diretora:

“Temos critérios estabelecidos com base na produtividade dos cooperados, eles consideram produção total e individual, depois a média das melhores produções e outros fatores como assiduidade, comportamento e função”.

“Oferecemos pra todos os cooperados uma cesta básica por mês se não tiver falta, e depositamos um dinheiro por mês na conta de cada cooperado que só pode ser tirado no fim de ano... Chama poupança natalina”.

“Quem trabalha mais, ganha mais porque aumenta a produção média do seu entreposto e na hora de calcular as médias, ele tá com média alta, ele ganha mais... Como todo mundo trabalha todo dia oito horas por dia... Vai depender de cada um para que possamos aumentar as retiradas mensais”. (Diretora Érika).

Com base nesses critérios, foi possível identificar a consonância entre o colocado pela diretora e aquilo que fora analisado no relatório AVINA (2012) e que possibilitou a simulação da remuneração média de um cooperado como exposto em outra seção desta pesquisa.

Sobre as Mudanças nas Vidas dos Cooperados e o Acesso à Renda.

Analisando o contexto da emancipação social e da emancipação plena, não poderíamos entender aquilo colocado e defendido por Cattani (2003) e por Marx (1844) como algo restrito apenas à questão financeira. Evidentemente, na contemporaneidade, e pelo que fora observado, tornou possível inferir que a renda tem grande peso na emancipação vivenciada na cooperativa, todavia precisamos entender sob a perspectiva da diretora entrevistada como as mudanças na vida dos cooperados e dos familiares destes a partir do ingresso na cooperativa e na progressão do tempo, aconteciam, sendo colocado por Érika:

“Não é só na renda que as coisas mudam, temos caso de ex-usuário de droga, presos que saíram da cadeia e que largaram dessa vida porque hoje estão na cooperativa, outras que largaram da prostituição e que hoje não vivem mais nessa vida, onde a questão financeira não é o principal, pois essas pessoas mudaram de vida pelo trabalho”.

“A pessoa chegava e chega aqui destruída e acha que a cooperativa é sua última opção... Daí a gente recupera a pessoa através do trabalho... Faz a pessoa sentir que é útil... Faz a pessoa sentir que as outras a acham importante”.

“As pessoas vinham de situações de risco, de violência e de baixa autoestima, sentindo que eram lixo vindo trabalhar com lixo.” (Diretora Érika).

Essas condições reportadas pela entrevistada são encontradas nos argumentos de Souza Santos (2002) e também de Bazo (2011), sendo o primeiro no que se refere às condições de exclusão que tornam os indivíduos cada vez menos participantes da sociedade e conseqüentemente mais frágeis, e no tocante ao segundo autor, pelos sintomas de depressão inerentes aos catadores de materiais recicláveis, algo percebido pelo autor em sua pesquisa com estes indivíduos na época da ONG Reciclar Reciclando Vidas.

Nesse ponto da entrevista, Érika fora questionada sobre as percepções de mudança de vida no tocante ao acesso à renda gerada pelo trabalho. Sendo o objetivo desse questionamento relacionar as falas da entrevistada quando esta indica que a questão financeira não seria central no que se refere à mudança de vida, e agora que teria de relacionar o acesso à renda como fator que muda a vida das pessoas. A entrevistada colocou da seguinte forma nas passagens abaixo:

“Tem pessoa que chega aqui sem casa, sem lugar pra morar e hoje tem casa, alguns tem carro... Tem uma cooperada que saiu de casa e morava em um abrigo com quatro filhos... Hoje ela trabalha, ganha seus mil e poucos reais e tem casa...ela pode hoje comprar o que ela quiser com o dinheiro do seu trabalho”.

“Tem outra que é minha vizinha, daí um dia ela chegou em mim e disse pra eu ir na casa dela ver que ela tinha comprado uma televisão de plasma, e que este era o sonho dela, de ter uma televisão”.(Diretora Érika).

Novamente, é necessário aludir a Dowbor (2006) que argumenta sobre parte da mudança do ser social estar ligada à condição que este terá de efetivamente alçar uma mudança por meio do acesso a uma melhor distribuição de renda, ou no caso dos cooperados, por meio da geração de renda advinda de seu trabalho. Justamente nesse momento, Érika emocionou-se ao colocar que as mudanças podem ser compreendidas como uma soma do acesso à renda e da superação dos problemas pessoais e sociais a que as pessoas estariam submetidas como ela deixa claro em sua fala:

“Como o perfil da cooperativa é muito amplo, muitos aposentados ou pessoas que estão próximas da aposentadoria vem trabalhar na cooperativa... Tem também os desempregados que acabam aqui”.

“Daí eu posso falar por mim, (notou-se emoção na fala) que antes fiquei durante cinco anos deprimida e dependente de remédios, daí começamos

a cooperativa e me elegeram presidente na época e tudo mudou... Eu sou uma das fundadoras da cooperativa...”(Diretora Érika).

Ainda sobre as mudanças de vida e a libertação dos indivíduos, ela prossegue ainda mais emocionada:

“Antes eu só ficava em casa cuidando dos filho e entrando em depressão, daí eu comecei a me descobrir... Na cooperativa eu aprendi a mexer no computador, aprendi a falar em público, coisa que eu morria de vergonha de fazer... Eu não sabia ler e escrever direito e hoje eu aprendi... Sem falar naquilo que eu não tinha antes e que hoje eu posso ter por causa do trabalho”.

“Daí eu falo com outras mulheres e passamos os exemplos de vida, de mudança... E eu vejo as mudanças na minha vida e na vida das outras mulheres, as conquistas, a mudança, porque temos muitas mulheres que eram viciadas ou que mexiam com drogas, e outras que mexiam com prostituição e que hoje por causa do trabalho e da cooperativa não fazem mais nada disso...”. (Longa pausa e nesse ponto Érika foi às lágrimas).

Esse tom emotivo de Érika veio permeado daquilo que Cattani (2003), assim como Jesus e Tiriba (2009) falam sobre a cooperação, pois por meio de um sentimento de auxílio mútuo fora possível à cooperativa alcançar resultados que ultrapassaram a esfera econômica, atingindo a esfera dos relacionamentos humanos. Se considerarmos Souza Santos (2002), bem como Stábile e Lanza (2012), podem ser lembradas em razão dos aspectos emocionais e afetivos inerentes à grande presença de mulheres na cooperativa. Justamente a presença de um grande número de mulheres é marcante na percepção de emancipação pela libertação feminina, o que remete ao relato emotivo da entrevistada.

Capacitação dos Cooperados e Captação de Recursos

No momento em que, durante a entrevista, fora direcionada uma questão sobre o acompanhamento e a capacitação dos cooperados a assistente social Mariana manifestou-se pela primeira vez (até então apenas acompanhava a entrevista) e citou que são promovidos cursos tanto na cooperativa como fora desta, com parcerias com algumas empresas e também com a Universidade Estadual de Londrina, sendo que fora lembrado um curso de secretariado executivo promovido pela UEL que capacitara várias cooperadas para o exercício dessa função na

cooperativa. Mariana ainda lembrou que na cooperativa são ministrados cursos sobre a reciclagem, sobre como trabalhar com os materiais, além de cursos sobre o que seria a cooperativa e o modelo seguido para os novos cooperados.

A assistente social da cooperativa prosseguiu colocando que a cooperativa tem o interesse de participar de editais de captação de recursos públicos e mesmo privados e que por esse motivo tem procurado capacitar os cooperados tanto no que tange à vida em cooperativa, como também em áreas relacionadas à gestão, lideranças comunitárias, processos de qualidade e também em relação ao trabalho que exercem com o material reciclável. Sobre as parcerias e a prestação dos serviços, as entrevistadas foram questionadas se além da prefeitura existe algum contrato vigente com empresas privadas, ou outra fonte de recursos, sendo esta a resposta de Mariana:

“Sim, existem empresas que nos procuram por precisarem de orientação com relação à destinação de resíduos e estas acabam entendendo que são responsáveis pela separação do material e destinação, contratando assim os serviços da cooperativa que passa a recolher o material diretamente nesta empresa... São poucas, mas elas existem e hoje são uma alternativa de receita”.(Assistente social Mariana).

Sobre os motivos que levam estas empresas a procurarem a cooperativa, Érika pontuou que o principal é a obrigação legal, e que em segundo lugar viria os casos de empresas que precisam de certificação do IAP (Instituto Ambiental do Paraná), que exige emissão de declaração de destino de resíduos de algumas empresas que acabam contratando os serviços da cooperativa para obter tal declaração. Dessa forma, as receitas que sustentam a cooperativa advêm do contrato público com a prefeitura, dos contratos com as empresas que são grandes geradoras de resíduos e que precisam da prestação de serviços da cooperativa, e de recursos de editais e projetos de ONGs que acabam por serem fontes de financiamentos. Segundo Mariana, tanto os contratos com o setor privado, quanto os editais e o auxílio de ONGs ainda são incipientes como fontes de recursos.

Aprofundando os questionamentos que envolviam o relacionamento da cooperativa com entidades externas, fora colocada uma questão que tinha por interesse saber da relação da COOPER REGIÃO com a SENAES, em especial no que diz respeito à disponibilização recursos. Erika colocou da seguinte forma: *“Não tem relacionamento nesse sentido... Não tem recursos da secretaria vindo pra*

Londrina ou pra qualquer cooperativa... O que a gente sabe é que isso acontece pra Curitiba, mas pra Londrina não tem”.

Com o interesse de aprofundar a questão, fora inquirido sobre a percepção da cooperativa acerca dos motivos que impedem a existência de recursos vinda para Londrina e conseqüentemente para as cooperativas a partir da SENAES, mesmo que por meio do CEPS que poderia ser um canal entre as partes. Sobre o assunto, Érika manifestou-se de modo taxativo ao colocar que o principal entrave está na questão política e que isso foge das condições de barganha da cooperativa, o que impede a vinda de recursos da SENAES para as cooperativas.

Com base nessa resposta sobre articulação política, fora questionado se hoje a cooperativa encontra-se em condições de disputar outras concorrências públicas ou editais de recursos diversos e quais seriam as fontes de recursos constantes, sendo colocado por Mariana conforme abaixo:

“Sim a cooperativa está em condições de disputar concorrências e captar recursos por meio de editais, conseguimos vários recursos dessa forma, buscamos nos qualificar e cumprir os requisitos e já conseguimos recursos do BNDES, da AVINA que é uma entidade da Espanha, do projeto CATAFORTE, e outros... Então o problema é que o dinheiro da SENAES não chega em Londrina, daí não dá pra disputar, falta articulação política”.

“Com relação aos recursos fixos, a cooperativa recebe da prefeitura o repasse mensal por conta da prestação de serviços ao município e tem as receitas de venda de produção para a indústria”.(Assistente social Mariana).

Diante do exposto, pode-se aferir que a cooperativa teria atingido, conforme Mothé (2009), uma condição de sustentação em termos de processos e gestão, pois para concorrer em editais e mesmo captar recursos de investidores, ainda que públicos, ou entidades que patrocinam iniciativas solidárias, são exigidos da cooperativa uma série de documentos e mesmo auditorias internas.

Processo Decisório e Participação dos Cooperados.

Para um entendimento do processo decisório e considerando que esta fora uma questão que gerou certo desconforto nos entrevistados, da que não compõe a diretoria, foram colocados alguns questionamentos que serviriam para identificar e analisar, em busca de uma compreensão, como as decisões são tomadas e de que forma os cooperados participam desses processos. Sob as

perspectivas solidárias que colocam, de acordo com Singer (1999), a necessidade de ampla participação nas escolhas e nos caminhos de uma iniciativa solidária a seus integrantes, e considerando os aspectos de democracia solidária observados por Laville (2009), as seguintes questões foram propostas conforme explicitado no quadro abaixo, onde também são apresentadas as respostas obtidas.

Quadro 14 – Questões sobre a Participação e a Democracia nos Processos Decisórios.

Como são tomadas as decisões dentro da cooperativa?
<i>“Hoje as coisas são decididas em reuniões do conselho consultivo e do conselho fiscal, reuniões de diretoria e assembleias gerais... São 27 conselheiros eleitos por todos os cooperados e esses são representantes dos demais... E tem a diretoria que são quatro diretorias, financeira, operações, secretariado, presidência, e um diretor suplente”. (Diretora Érika).</i>
Como são escolhidos os representantes dos cooperados?
<i>“Tem uma comissão eleitoral interna que antes não existia e que hoje tem a função de participar da formação das chapas para diretoria, sendo que no início de dezembro houve a eleição com chapa única pela escolha dos cooperados... Já os conselheiros são indicados por todos os cooperados e decidem se aceitam ou não o a função também abertamente”. (Assistente social Mariana).</i>
Como os cooperados participam e opinam nos processos?
<i>“Além das reuniões ordinárias também existem assembleias extraordinárias quando necessário, mas a qualquer momento os cooperados podem opinar e tirar dúvidas tanto nos entrepostos quanto no escritório central”.(Assistente social Mariana).</i>
Como os cooperados têm acesso às informações que tangem as decisões?
<i>“Além das assembleias e reuniões os cooperados podem perguntar sobre coisas que não concordem nos entrepostos que levam as informações sobre decisões que não são tomadas em assembleia... Os conselheiros também tem o papel não apenas de auxiliar nas decisões, mas também de levar aos cooperados que os indicaram as informações sobre todos os processos... Sem falar que acontecem reuniões nos entrepostos também”.(Diretora Érika).</i>

Fonte: Do Autor (2014).

Partindo dessas considerações e observando a necessidade de entender outros detalhes, colocou-se pertinente compreender de que maneira é feita a transitoriedade das lideranças na cooperativa. Sobre esse ponto, não há, contudo, uma indicação clara na teoria de como deve ser feita a troca dos líderes para garantir a participação de todos e a defesa dos interesses da coletividade. Existem apenas relatos a partir de casos em particular, conforme observado em Culti (2010) e Bazo (2011).

Nos relatos desses autores, a maneira como a COOPER REGIÃO adota os processos decisórios estaria dentro de princípios lógicos que visam o funcionamento da iniciativa solidária e, ao mesmo tempo, democracia e transparência nos processos decisórios. Em sua reflexão acerca do tema, Culti (2010) relata em seu mapeamento que grande parte das iniciativas solidárias, em particular concentradas na região Nordeste do Brasil, tem um modelo de participação nos processos decisórios que é indireto, sendo o exemplo mais notório que reafirma este modelo o do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em que as cooperativas também têm representantes e diretorias que concentram o processo decisório.

Nesse contexto, não estaria equivocado o processo de participação e a forma pela qual os cooperados participam das escolhas ou tomam parte destas na cooperativa. Talvez, exista um processo de aprendizado pelo qual a COOPER REGIÃO ainda passará e no qual serão questionados tais processos, sendo que a validação destes dar-se-á provavelmente na mesma medida em que a cooperativa evoluir. Um exemplo disso encontra-se na forma como a cooperativa lidou com a necessidade de inserir a transitoriedade da gestão, conforme observamos na passagem abaixo colocada pela diretora Érika:

“Antes a diretoria tava prevista para ficar por dois anos no cargo e não tínhamos um tempo específico pra os conselhos... Daí a gente viu a necessidade de colocar um tempo pra os conselhos e aumentar o tempo da diretoria... Ficou tudo com quatro anos.”

“Os cooperados decidem se quiserem pedir que um membro da diretoria saia ou do conselho também, e os membros da diretoria e do conselho também podem decidir sair”. (Diretora Érika).

A justificativa colocada pela diretora para a majoração no tempo em que os diretores permanecem em seus cargos foi de que em dois anos seria

complicado dar sequência a projetos ou mesmo preparar uma transição saudável para a cooperativa. Isso não significa, entretanto, que a cooperativa esteja preparada para eventuais rupturas ou mesmo para o surgimento de grupos de lideranças informais ou até grupos de oposição.

No contexto atual, identificou-se que a cooperativa ainda não enfrentou uma crise de poder, mas também pelas percepções identificadas junto dos cooperados entrevistados, o sistema de participação e tomada de decisões não é uma unanimidade, sendo algo com o qual a cooperativa ainda terá de lidar.

O Futuro da Cooperativa e o Significado da Emancipação

Na referida entrevista, fora questionada a necessidade de entender os avanços e limites em relação à emancipação vivenciada pelos cooperados, dentro da pluralidade de significados possíveis elencados pelos autores que deram base para a pesquisa. Nesse contexto, e considerando as premissas da emancipação de pensamento e da emancipação plena na linha de Marx (1844), da emancipação econômica e da emancipação social na linha de Cattani (2003), foram levantados aspectos que pudessem trazer evidências de como é percebida a emancipação pelos cooperados.

Sobre o tema, a diretora Érika ponderou que hoje a cooperativa significa tudo para as pessoas e famílias envolvidas, e se a mesma deixasse de existir, muitas pessoas voltariam para situações de risco a que estavam submetidas e tudo que um dia fora construído poderia deixar de existir. Essa construção social baseada no trabalho a partir da oportunidade de inclusão trazida aos atores nos remete à Coelho (2009) e à defesa de que um empreendimento solidário pode ser como uma família em que as pessoas envolvidas passam a colaborar para a manutenção da harmonia em razão de se sentirem seguras.

A assistente social Mariana ainda complementou a explanação ao apontar que, além dos cooperados, existe um número de quase seiscentas pessoas entre familiares e outros dependentes dos cooperados que hoje têm na cooperativa a esperança de que suas vidas possam continuar melhorando. Essa melhoria, segundo as entrevistadas, não acontece somente em razão da questão econômica, mas pelos diversos fatores já elencados, como a superação das tragédias pessoais e a recuperação da cidadania.

Tal condição reafirma o conceito defendido por Cattani (2003) e corrobora as premissas de que a Economia Solidária propicia um tipo de emancipação, ainda que seja um processo inacabado, a ser lapidado da mesma forma como os indivíduos envolvidos.

Sobre as fragilidades da cooperativa e o futuro da COOPER REGIÃO, as grandes fragilidades estão vinculadas à dependência que ainda há em relação aos repasses mensais da prefeitura da cidade de Londrina, pois hoje a diretoria e os cooperados nutrem a expectativa de que a cooperativa atinja a autonomia de produção para, então, não mais se sujeitar a mudanças na política do município. Como já colocado anteriormente, as fontes de receita da cooperativa concentram-se entre a venda direta para a indústria e o repasse mensal pelo serviço de coleta seletiva.

Embora essa necessidade de autonomia seja recorrente no discurso da diretoria, como observado nas falas de Érika no decorrer da entrevista, é inegável também que apenas por meio da participação do poder público fora possível que a cooperativa hoje existisse. Dentro dessa questão, Barbosa (2008) coloca que as políticas públicas podem não ser as melhores na concepção e execução, todavia permitem que existam condições para que surjam iniciativas e para que estas possam sustentar-se.

A presença da esfera pública na vida de uma iniciativa solidária não representa um problema, mas também não significa que uma iniciativa dessa natureza não possa e não deva emancipar-se. Justamente essa questão é abordada em relação à maturidade dos empreendimentos solidários na perspectiva de Culti (2010) que questiona o tempo que um empreendimento solidário leva para atingir sua condição de sustentação e gestão.

Para superar suas fragilidades e atingir essa condição de autonomia a cooperativa busca que os cooperados consigam profissionalizar-se, porém, como colocado pela assistente social Mariana, ainda existe um grande desafio no tocante à profissionalização dos cooperados, já que mesmo que se tornem motoristas, secretárias, coordenadores de entrepostos ou líderes, a maioria ainda compõe a linha de frente da coleta e de triagem do reciclável.

Os desafios envolvem também a modernização da cooperativa e a melhoria da eficiência dos processos, porém segundo a diretora Érika ainda existe um longo caminho nesse sentido. Os objetivos hoje envolvem a aquisição de

equipamentos que auxiliem na mobilidade dos resíduos dentro dos entrepostos, bem como a melhoria das instalações para posteriormente serem adquiridos equipamentos que auxiliem no beneficiamento dos materiais que teriam maior valor agregado.

Segundo a diretora, os planos futuros envolveriam um caminho no sentido do aumento da coleta e depois da produção, bem como de um estreitamento dos laços com os grandes geradores como as grandes empresas. Esse processo deve ser observado com cautela, pois pode colocar a autonomia da cooperativa em risco por se tratar de uma estratégia baseada no relacionamento direto com o mercado comum, em que, segundo Gaiger (2008), a cooptação das iniciativas solidárias seria uma ameaça ao projeto e ao modelo solidário em questão.

Acerca da emancipação e dos sentimentos que a constroem para os cooperados, a diretora Érika colocou de forma objetiva o que para ela é observado como emancipação dos cooperados e dela própria:

“É um sentimento de orgulho e liberdade em que conseguimos mudar de vida em todos os sentidos... Para mim então também é poder comprar suas coisas, saber que você vai poder comprar um presente para seu filho, realizar sonhos como trocar um fogão, comprar uma geladeira, comprar o material escolar... Alguns podem hoje comprar seus carros... Pagar suas contas, sua casa, sem depender de ninguém... Ser alguém”.(Diretora Érika)

Nesse momento, tornou-se possível perceber uma contradição no discurso da diretora, uma vez que antes tanto ela quanto a assistente social Mariana colocaram que a emancipação não estaria alicerçada exclusivamente na questão financeira, já agora, em sua última fala, percebeu-se que ao menos para ela os sentimentos estariam bastante ligados à condição de acesso a bens e mesmo ao acesso e ascensão ao consumo. Isso não significa que a mudança de vida não seja importante nas outras esferas, porém considerando os princípios de uma emancipação plena, esta ainda estaria distante em razão de a grande percepção de emancipação ainda ser a econômica.

5.4 A ANÁLISE DAS EXPERIÊNCIAS DE CAMPO

Um dos pontos principais que pôde ser identificado na pesquisa foi de que tanto os cooperados quanto os representantes da diretoria da COOPER REGIÃO têm na cooperativa um refúgio em que encontraram não apenas um lugar para trabalhar, mas um lugar em que se descobriram como indivíduos com importância e habilidades que o sistema social e a lógica de mercado excluía.

Esta perspectiva estaria alicerçada em alguns aspectos comuns aos entrevistados em relação ao período que antecedeu a entrada destas na cooperativa, tais como:

1 – Exclusão social: comum entre estes que ficou clara a partir dos relatos inerentes às condições de vida, pobreza e marginalização social;

2 – Baixa autoestima: comum entre os entrevistados e que pôde ser evidenciado pelas histórias de vida, tragédias pessoais e familiares, e sintomas de depressão;

3 – Ostracismo social: comum entre os indivíduos e evidente pela imobilização individual e coletiva dos indivíduos antes do ingresso na cooperativa, em que estes julgavam não ter opções de mudança de vida;

4 – Descrença no ser humano: comum entre os indivíduos e evidente quando nas entrevistadas fora possível identificar que todos não acreditavam em si mesmos e em nenhuma instância das tradições familiares, nas relações sociais, nas instituições de poder.

Considerando que estes seriam apenas alguns dos aspectos gerais comuns entre os entrevistados, entender a emancipação sob a perspectiva de vida dos entrevistados tornou-se equivalente a entender como estes indivíduos deixaram suas condições de vida antes da cooperativa para trás, encontrando uma nova conjuntura social, econômica, humana e familiar.

Este seria o processo de reinserção social, como defendido por Bazo (2011), e também um processo de recuperação da condição de membro da sociedade como defendido por Souza Santos (2002). Nesse sentido, a vivência de tais mudanças na vida dos indivíduos pôde ser percebida quando se considerou que tanto cooperados como a diretora entrevistada estariam em situação equitativa no tocante às histórias de vida e também às mudanças de vida a partir da experiência solidária da COOPER REGIÃO.

É pertinente que aqui seja colocado que a presença e as contribuições sutis dadas pela assistente social Mariana durante a entrevista com a diretora Érika serviram para que alguns pontos como a gestão e os efeitos sociais da existência da cooperativa fossem compreendidos, como no detalhamento do processo decisório e dos números citados sobre os indivíduos envolvidos indiretamente na cooperativa e por ela atingidos na esfera social.

A emancipação fora identificada em vários aspectos dentro da cooperativa, sendo notório que houve avanços no tocante à emancipação econômica dos atores, porém com grandes desafios em relação à emancipação social e à emancipação de pensamento, pois os indivíduos estariam em um primeiro estágio de entendimento do que é a cooperativa e como ela os transformou.

Essa transformação, para Cattani (2003), encontra-se vinculada ao processo de transição vivenciado pelos atores que antes marginalizados, hoje seriam capazes de reconhecer-se como parte da sociedade. Pôde-se perceber esta mudança quando analisamos que de alguma forma todos viveram ou ainda vivem sob a perspectiva de um passado do qual se afastaram pela chance que a cooperativa lhes proporcionou.

O fato se torna evidente quando consideramos a fala do entrevistado João que se dizia um “*Zé Ninguém que pegava lixo*”, da mesma maneira como quando o sentimento de abandono e luto fora evidenciado por Maria em relação ao aborto e abandono familiar, ou no vício no álcool e na exclusão relatados por José, ou ainda na prematura maternidade e no vício em drogas de Ana. Todos inegavelmente vivenciaram após o ingresso na COOPER REGIÃO algum tipo de emancipação.

Quando é colocado algum tipo de emancipação, a colocação remete justamente ao fato de que fora possível identificar que ela se deu de alguma forma distinta entre estes indivíduos, todavia comum no sentido de que fora possível apenas pela apropriação de suas forças de trabalho.

A experiência pela Economia Solidária vivenciada na COOPER REGIÃO trouxe aos indivíduos uma nova perspectiva sobre “o ser” e “o viver”, pois os entrevistados em suas experiências e em suas opiniões sobre si e sobre o grupo, contribuíram para fosse possível identificar que individualmente se sentem parte de algo, ***são algo***, e no coletivo estes indivíduos e os demais segundo suas falas, ***vivem algo***.

O ser e o viver nesse contexto remeteram ao fato de na cooperativa haver, nestes indivíduos e na comunidade que formaram um sentimento de pertencimento e de vida, em cujas falas fora possível identificar sentimentos e atitudes que remeteram ao cooperativismo, à colaboração, ao aprendizado, à subjetivação da vida em grupo, à busca por resultados compartilhados, ao sentimento de grupo e à luta por esse grupo.

Nesse contexto, um aspecto relevante fora identificado em relação a estes sentimentos, os anseios futuros que passam pela necessidade de garantirem que não retornarão à situação anterior de vida, evidenciando um sentimento de luta pelo grupo e por suas conquistas, bem como pelos ideais que a experiência de cooperativismo lhes trouxe. Acerca disso, podemos aludir à Singer (2002) ao dizer que o objetivo inicial de constituir na cooperativa uma real experiência de autonomia fora atingido, sendo os desafios futuros parte do processo de tornar a experiência sustentável, autogestionária e ainda mais inclusiva.

No tocante às experiências de participação, tomada de decisões e vivência da democracia na cooperativa, pôde notar-se que embora para a diretoria os processos sejam transparentes e participativos, democráticos e inclusivos, para os cooperados entrevistados isso não corresponde totalmente à realidade dos fatos. Não que os processos sejam mentirosos, autoritários ou que não sejam transparentes, mas em especial nas falas da entrevistada Maria e do entrevistado João, estes deveriam ser mais participativos, pois acabam relegando as decisões a representantes que, ainda que sejam eleitos ou indicados pelos próprios cooperados, apenas repassam as decisões.

Estas percepções remeteram a duas coisas: existem incômodos no tocante aos processos de decisão centralizados na diretoria e nos conselhos (fiscal e consultivo), e a experiência vivenciada na cooperativa pelos cooperados acaba criando líderes, como fora possível perceber nos entrevistados João e Maria. Ainda em relação à tomada de decisões, é compreensível que exista uma posição de centralidade nos processos, pois segundo a diretora seria inviável para todas as decisões haver uma assembleia geral, ou acatar a todas as opiniões e sugestões dadas pelos cooperados, afinal há um senso comum de que a cooperativa tem diretrizes de funcionamento que exigem que as discussões aconteçam em momentos pré-determinados e onde há espaço para o debate.

Embora estes momentos sejam oportunos para que opiniões diversas e divergentes sejam colocadas em pauta, isso poderá significar que em um futuro próximo outros líderes almejarão cargos de diretoria e nos conselhos, algo com o qual a COOPER REGIÃO ainda não teve de lidar e terá de compreender como gerenciar para que uma transição ou mesmo um embate entre coalisões não signifique ruptura interna ou mesmo desvio dos objetivos da cooperativa.

Em contrapartida, em relação à liberdade, autonomia e percepção de independência dos cooperados, seja na visão da assistente social ou da diretora, ou pelas falas dos cooperados, a experiência vivenciada na cooperativa mudou a vida de todos. Essa mudança é, segundo Souza Santos (2002), o objetivo que existe por trás de uma alternativa ao modelo social contemporâneo, em que as mudanças conseguem tornar as pessoas capazes de decidir por si mesmas.

Hoje além de serem pessoas mais qualificadas não apenas para o serviço exercido pela cooperativa, mas também em outras áreas do conhecimento como a própria gestão, os cooperados sentem-se capazes de decidir por si mesmos, por seus familiares e pelos rumos da cooperativa. Esse sentimento e essa condição estariam alicerçados na mudança de vida de cada indivíduo, em que estariam inseridas a emancipação econômica e a emancipação de pensamento. Os cooperados têm a percepção de que hoje são parte de algo, que vivem algo e que podem decidir por algo que seria o futuro de suas vidas.

Prosseguindo nesse caminho, podemos aludir à condição de emancipação de pensamento, ainda que tímida e distante do que Marx (1844) defende, porém de maneira uniforme fora possível identificar que os cooperados e a diretoria compartilham do sentimento de serem donos de si, da cooperativa, de seu trabalho e do fruto de seu trabalho. Esse sentimento não apenas os tornou incluídos na sociedade, como também lhes proporcionou a condição de pensarem e planejarem seus futuros.

Percebeu-se que essa condição esteve para cada indivíduo entrevistado alicerçada na oportunidade que a cooperativa proporcionou e na renda gerada pelo trabalho exercido na cooperativa. Nesse contexto, pôde-se constatar que a construção da emancipação para os cooperados como um todo acontece pela autonomia e segurança financeira proporcionada pela apropriação individual de cada um de sua força de trabalho e pela construção coletiva dos resultados do trabalho, que resultam em retiradas mensais de cada cooperado.

Por meio da renda obtida pelos cooperados mensalmente lhes foi possível o atingimento de vários objetivos pessoais e comuns inerentes a qualquer indivíduo, como o acesso a bens de consumo, veículos, lazer e moradia. Todavia, a expressão de dignidade percebida deu-se quando fora possível identificar que o bem central adquirido pelos atores envolvidos na cooperativa é a certeza de poderem estes levar o sustento para seus lares, famílias ou para si mesmos.

Questões como a alimentação, vestuário, material escolar e o pagamento das contas em dia, evidenciaram que os cooperados sentem-se felizes com a condição alcançada de cidadania refletida no “poder fazer”. Esse sentimento de poder fazer exerce sobre os envolvidos uma força grande que os move a planejar seus futuros com base no futuro da cooperativa, nos rendimentos aferidos e na percepção de que com empenho e cooperação, podem melhorar suas situações de vida e da cooperativa.

Esses aspectos limitam novamente a emancipação vivenciada na cooperativa à esfera econômica, distante da emancipação plena, porém atingindo a condição e os objetivos de uma libertação dos indivíduos da situação de exclusão social a qual eram submetidos anteriormente. Se considerarmos Dowbor (2006), este já seria um objetivo cumprido pela existência cooperativa, pois a partir do momento que esta atingiu a condição de tornar as pessoas incluídas na partilha das riquezas, tornou-se coerente pensar que a cooperativa esteja cumprindo seu papel inicialmente fundamental, de tirar os indivíduos da miséria.

Por fim, quando questionados todos sobre o significado da emancipação em suas vidas e se esta teria sido obtida a partir da experiência vivenciada na cooperativa, houve um consenso, ainda que expresso de maneiras distintas, de que a cooperativa e o trabalho de cada um na cooperativa, lhes proporcionou a emancipação.

Essa percepção de emancipação configurou-se pelo acesso a bens, segurança financeira, dignidade, prosperidade, bem como pela projeção de futuro de cada indivíduo, da mesma forma que pelo sentimento de orgulho de cada um em ser parte de algo que lhes proporcionou mudança de vida, a saída de um estado inerte para uma condição de mudança percebida.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta última etapa da pesquisa, a reflexão sobre os marcos teóricos inerentes à emancipação e sua vivência por meio da Economia Solidária na experiência da COOPER REGIÃO, trouxeram as condições necessárias para que fosse possível uma ponderação sobre como e para onde seguirá a cooperativa e como esta avançou em diferentes aspectos no tocante à emancipação. Em primeiro lugar, fora possível identificar que a compreensão sobre a emancipação ultrapassa o limite da teoria, e que, ainda que muitas vezes possa ser julgada como utópica, ela existe sob diferentes perspectivas.

A partir dos pontos identificados na pesquisa os estudos organizacionais foram contemplados com uma rica experiência que remeteu a dois aspectos básicos, a ausência de uma gestão profissional na cooperativa, ao mesmo tempo em que por essa ausência pode ser dito que na COOPER REGIÃO há uma lacuna de processos articulados que seriam naturais de organizações de mercado.

Nesse sentido não houve a identificação de uma corrente teórica ou de uma corrente do *management* ou *pop management*, que pudesse ser vinculada ou mesmo descrita como parte das características da gestão da cooperativa. Isso validou uma identidade à COOPER REGIÃO, desvinculada da identidade de gestão convencional de empresas, ONGs e mesmo de entidades, instituições ou empresas do terceiro setor.

Todavia podemos analisar sob a perspectiva da autogestão vinculada à Economia Solidária, que a cooperativa estará distante de uma identidade pura do que seria um empreendimento solidário pleno, da mesma maneira como estaria distante das premissas básicas da própria autogestão que seria o centro da visão hegemônica da Economia Solidária na perspectiva de Paul Singer.

Fatores como a maneira como acontece a participação dos indivíduos nos processos decisórios, o processo de distribuição de resultados e a liderança no processo de gestão, estariam distantes das premissas teóricas. No entanto ainda assim a COOPER REGIÃO dentro de seu contexto e representando os princípios da Economia Solidária por meio de seu estatuto e por suas ideias e ações, tem a seu favor ser uma iniciativa que aproxima-se e muito do que seria uma iniciativa plenamente solidária.

A cooperativa então preenche as lacunas de solução das desigualdades e crises sociais que permeiam a vida dos indivíduos nela contida, sendo uma alternativa viva ao modelo convencional presente no mercado. Isso significa que por meio dos relatos e experiências fora possível identificar que à sombra da teoria a cooperativa, ainda que não plenamente dentro do modelo teórico defendido na Economia Solidária, proporciona algum tipo de emancipação, ou tipos de emancipação aos indivíduos que dela participam.

Essa percepção possibilitou a contemplação do objetivo geral desta pesquisa, *“compreender a emancipação a partir da Economia Solidária entre indivíduos que compõem a COOPER REGIÃO”*, em que a compreensão mostrou-se maior do que a simples identificação dos aspectos que tornariam a cooperativa um meio pelo qual haveria a emancipação, outrossim, permitiu que fosse possível compreender que a emancipação na COOPER REGIÃO é um processo em construção que ainda tem muito por avançar.

Ao vislumbrar-se isso, fora possível chegar ao entendimento de que a emancipação vivenciada pelos cooperados nasceu em um determinado momento por diferentes motivos e não é fechada em si, abrangendo categorias e aspectos da vida de cada um dos indivíduos excluídos pelo sistema social ou pelo mercado, e que na cooperativa encontraram-se como pessoas constituintes de um grupo que também é parte da sociedade que os excluiu.

Pela situação de vida dos indivíduos que compõem a cooperativa, pelas histórias de exclusão, descaso, ostracismo e marginalização que lhes foram impostas ou que de alguma forma ainda os assombra, as mudanças de vida vinculadas a aspectos que cada um tem vivido na cooperativa, os movimentou da inércia da vida para um despertar, para um tipo de libertação. Essa libertação pode ter sido do vício das drogas ou do álcool, da prostituição, da submissão familiar, no caso de mulheres que eram submetidas aos maridos, da violência familiar no caso de mulheres que sofriam esse tipo de violência, da depressão, da fome, do crime e, por fim, da indignidade.

Da mesma forma, a cooperativa sob o modelo solidário torna-se emancipada dia após dia dos próprios limites de capacitação dos indivíduos que a compõem, das condições de submissão e exploração que outrora na situação de associações ou ONGs acontecia, e tem em seus planos imediatos a necessidade de tornar-se emancipada dos vínculos com a prefeitura do município de Londrina.

Essa necessidade de emancipar-se da parceria com a prefeitura do município é um processo natural de um empreendimento social que pretende depender de si mesmo e das relações construídas com o mercado, o que não significa que este será o melhor caminho para a cooperativa, pois é impossível não demarcar que a presença e a participação do município que propiciaram a criação da cooperativa e do modelo de parceria existente.

Inclusive, a autonomia da cooperativa em relação ao município pode significar um retrocesso, pois ao estabelecer relações exclusivas com o mercado e as indústrias que o compõe, a cooperativa pode passar de autônoma a subserviente do mercado vendendo sua autonomia aos empresários que podem vir a agir como os antigos atravessadores que exploravam as associações de catadores no início da década passada.

É importante que seja colocado que a cooperativa talvez nunca seja emancipada sob a tutela ou parceria com o poder público, da mesma maneira como creio não ser o melhor caminho para a COOPER REGIÃO tornar-se uma unidade livre de mercado, pois na atual conjuntura a cooperativa não está pronta para negociar apenas com as indústrias presentes no mercado. Essa visão que defendo coloca que a cooperativa ainda depende da parceria pública, e talvez precisa mantê-la para não ser subjugada aos interesses de *players* industriais do mercado.

Sobre o futuro da cooperativa, é possível considerar que existe um grande caminho e, em relação à emancipação plena, esse caminho será ainda mais longo e talvez inatingível, pois não foi percebida a vivência de uma emancipação plena, e ao mesmo tempo fora identificado que os indivíduos entrevistados não buscam a emancipação plena em sua essência, mas sim um estado de liberdade e acesso que para eles talvez seja a emancipação, mesmo que essa represente apenas suprir suas vontades, desejos e necessidades pessoais.

As expectativas que podem existir nesse sentido são a de um aprendizado que guie a cooperativa e seus membros à emancipação por meio da vivência dos princípios da Economia Solidária e sobre os processos de escolha e tomada decisões em que seja possível que igualdade, participação, solidariedade, inclusão, justiça, valorização do ser humano, compartilhamento de conhecimentos e participação nos processos de decisão e participação nos resultados econômicos sejam vivenciados por todos.

Os cooperados, desde a diretoria ao mais novo integrante, percebem claramente que seus papéis e condutas tornam a cooperativa um lugar melhor e por terem nesta um refúgio a quem precisa, trabalham para que isso seja mantido e que o aprendizado de mudança não seja perdido. Tal condição ficou evidente quando as histórias de vida compartilhadas entre os cooperados e as mudanças percebidas entre estes, demonstram que as conquistas da cooperativa podem ser comuns e atingidas por meio do esforço coletivo.

Essas condições demarcam os avanços que a emancipação, por meio da Economia Solidária proporciona, porém também evidenciam que se trata de um processo inacabado. Não se encontra acabado e talvez nem deva algum dia estar, pois se os indivíduos não buscam a emancipação plena no momento, pode ser que não a desejem no futuro, sendo este um modelo em constante construção justamente para que não venha a se tornar um modelo fechado ou excludente, ou mesmo submetido a interesses do mercado ou de seus líderes.

Da mesma forma é um modelo inacabado pelo fato de que cada experiência solidária é única, e no caso da COOPER REGIÃO a Economia Solidária não é a de Singer, a de Cattani, de Gaiger ou de qualquer outro autor, mas sim se trata do modelo solidário desta cooperativa. Nesse sentido, tornou-se possível inferir que o modelo solidário vivido pela COOPER REGIÃO ainda é imaturo, pois embora defenda os princípios tão amplamente propagados pelos diferentes autores citados e ainda por outros que constam nesta pesquisa, este modelo não foi colocado à prova.

Tratando dessa maneira, é relevante considerar o interesse identificado de que a cooperativa, talvez pelo seu pouco tempo de vida, não foi colocada em situações de risco real, fosse este risco interno ou externo. Isso talvez esteja para acontecer internamente em razão das lideranças emergentes que podem dividir a cooperativa. Tais lideranças emergentes ainda não são uma ameaça, mas podem um dia levar a cooperativa a uma cisão ou a disputas de poder que comprometeriam sua existência.

Nesse sentido, uma pergunta que ficará para o futuro estará vinculada ao interesse de saber como a cooperativa enfrentará este momento quando o mesmo chegar e houver uma disputa interna alicerçada em interesses pessoais ou coletivos, mas que coloque à prova a democracia, os processos de escolha e tomada de decisões. Nesse contexto, uma questão crítica ao modelo de participação nas decisões e escolhas ficará para a reflexão que envolve a realidade

da cooperativa, pois até que ponto seria possível à COOPER REGIÃO que todas as escolhas fossem feitas com a participação dos cooperados, e até que ponto a COOPER REGIÃO lidará com a participação indireta e seus possíveis efeitos de insurreição e revolta.

Em uma perspectiva visceral que estaria ligada às premissas cooperativistas ou sob a visão dos defensores de uma emancipação que significaria a total ruptura com o mercado e aquilo que este oferece, não há um processo participativo ou a promoção da total democracia, sendo que hoje a COOPER REGIÃO não permite e nem tem como permitir que todos participem do processo decisório, ainda que sejam realizadas as assembleias regulares e que as pessoas possam perguntar sobre as decisões tomadas pela diretoria.

Da mesma maneira também foi visível que não existe um consenso sobre o desejo de participar destes processos por parte dos indivíduos, sendo que dos entrevistados apenas parte deles demonstrou ter tal interesse ou aptidão, em que os demais não apresentaram este interesse.

A esta altura da pesquisa fora possível identificar que não existe um conceito fechado de emancipação que os atores sociais da cooperativa vivenciam em seus caminhos a cada dia, da mesma forma, pôde-se concluir que não há a **emancipação plena**, pois os indivíduos não estão libertos das relações de mercado, nem estariam prontos para dizerem-se livres da alienação causada pelo fascínio das relações de consumo. Ao contrário, a partir do momento em que, de alguma forma houve mudanças nos indivíduos que os libertaram, estes também mudaram suas perspectivas econômicas em razão dos rendimentos e o fascínio pelo acesso aos bens de consumo antes inatingíveis, tornou-se um tipo de emancipação.

Por um interesse em aprofundar tais condições humanas e para que seja viável o entendimento de que fora identificada a existência de diferentes tipos de emancipação vivenciadas na experiência da COOPER REGIÃO, esta pesquisa procura apresentá-las sob uma visão que não foge dos autores em que fora embasada, mas integralmente ligadas à especificidade do caso da COOPER REGIÃO.

A identificação destes tipos de emancipação fora possível somente após a compreensão de que embora não exista a referida emancipação plena de Marx, na gênese das distintas emancipações está localizada a semente de que o trabalho é a causa da libertação e que de apenas pela apropriação das forças de

trabalho pelos indivíduos na cooperativa fora possível que cada um pudesse atingir a sua própria emancipação.

Por esta razão única já seria justo dizer que não apenas por meio da Economia Solidária há sim uma experiência que propicia a emancipação, mas também que seriam as emancipações vividas na COOPER REGIÃO fruto da defesa de que pela apropriação das forças de trabalho, os indivíduos seriam capazes de tornarem-se donos de si mesmos, passando da esfera do “*jovem Marx*” para uma reflexão sobre o que seria um homem ser dono de si mesmo.

Essa reflexão guiou estas percepções ao conceito contemporâneo de emancipação de Cattani (2003) que permite vislumbrar que a emancipação pode ser individual ou coletiva, mas é, por natureza, um sinônimo de liberdade e por este motivo parte de um lugar para o que seria chamado de um “*lugar nenhum*” em razão de não ser um caminho fechado ou uma construção acabada.

Dessa maneira, os indivíduos presentes na COOPER REGIÃO por meio da apropriação das forças de seu trabalho tornaram-se um grupo social de resistência e que passou e ainda passa por um processo de libertação dos diferentes tipos de dominação que a sociedade exerceu um dia sobre eles. Estes indivíduos tornaram-se também um exemplo de que por seus esforços têm plenas condições de resistir, manifestar-se e reivindicar seus direitos, fazendo-se parte da sociedade que um dia os excluiu.

Assim e com um objetivo de que ao refletir sobre as possibilidades que a emancipação permite e como proposição de pesquisas futuras que possam penetrar em outras experiências, relacioná-las e por fim compreendê-las de uma maneira que o conceito de emancipação não seja tratado como isolado e sim como pluralista, fora possível colocar adiante tais tipos de emancipação, sendo estas: *uma emancipação emocional, uma emancipação pessoal, uma emancipação coletiva e uma emancipação pelo futuro.*

Fora possível compreender na COOPER REGIÃO a existência da primeira **emancipação emocional**. Este seria um tipo de emancipação que recebera tal denominação pelo fato de estar intimamente ligada ao interior dos indivíduos. Nesse contexto, uma emancipação emocional seria uma libertação do indivíduo antes encarcerado em si mesmo e que superaria seus traumas pessoais por razões e motivações externas.

Tal processo ocorre no momento em que, por meio de uma grande superação, o indivíduo marginalizado e excluído da sociedade supera o fato de que suas condições de vida o fizeram excluir-se de si e das relações humanas. Ou seja, estes indivíduos que antes se diminuía e sentiam-se inúteis, amaldiçoados e fadados a destinos cruéis, passariam a fazer escolhas em suas vidas que começariam tímidas, mas teriam condições de elevá-los à condição de pessoas.

Assim, as tragédias pessoais e as vidas antes massacradas passariam a compor histórias de superação e escolha, em que cada um passaria a escrever um novo capítulo de suas vidas. Ficou evidente que cada relato apresentou características que demonstram essa mudança e como as histórias dos ex-viciados, ex-prostitutas, ex-encarcerados, indivíduos abandonados, em depressão, vítimas de distintos tipos de abuso, remeteram à superação emocional, validando tal percepção.

No tocante à **emancipação pessoal**, seria um segundo passo na caminhada dos indivíduos rumo à autonomia, em que na COOPER REGIÃO fora possível compreender que após a superação dos traumas os indivíduos passaram a ter controle de suas vidas. Nesse contexto surgiu uma libertação econômica dos indivíduos que, por antes não terem rendas fixas ou seguras, por serem desempregados ou viverem em condições de subemprego, por viverem na miséria e serem naturalmente afastados daquilo que as pessoas tidas por estes como “normais” teriam condições de comprar, passam a ter o acesso.

Esse acesso aos bens de consumo não apenas refirma a libertação e a emancipação emocional, como também torna o indivíduo capaz de proporcionar proteção a si mesmo e a seus familiares. Na cooperativa, fica evidente que os homens sentem-se homens por terem a condição de levar o sustento a seus lares, bem como as mulheres puderam experimentar a autonomia e a libertação dos dogmas da submissão e muitas vezes do abuso familiar.

A emancipação pessoal também propiciou aos indivíduos a condição de entenderem o valor de seu trabalho e o papel de seu trabalho na sociedade, da mesma forma como os encorajou e os encoraja a tomar decisões pensando no bem estar comum. Este bem estar comum fora identificado como um passo para a **emancipação coletiva** em que os indivíduos da COOPER REGIÃO sentem-se aptos a não apenas tomar decisões no âmbito familiar, mas também dentro da cooperativa.

Tais sentimentos envolvem a tomada de decisões em favor da proteção familiar que nesse ponto ultrapassa os limites da casa dos cooperados e passa a ser também a cooperativa, portanto tornando-se confusas as limitações entre o que é a família de um cooperado e o que é a família de cooperados. O sentimento de coletividade e cooperação torna a emancipação coletiva uma emancipação do projeto de cada um e de todos ao mesmo tempo, sendo o despertar de que é preciso manter esse caminho e que remete à última percepção de emancipação.

A **emancipação continuada** seria o reflexo de um projeto que não pode parar em que os cooperados perceberam que o fim da cooperativa significa o fim de tudo aquilo que um dia jamais sonharam e que hoje vivenciam. Por esta razão torna-se necessário a cada cooperado o empenho e a dedicação no sentido de que os planos futuros da cooperativa tenham o significado da manutenção das liberdades, da cidadania adquirida e da continuidade da construção de um amanhã para a cooperativa.

Esse processo, ainda que árduo, é perseguido pelo fato de que a manutenção das conquistas e do processo de fortalecimento da cooperativa, significa aos cooperados a possibilidade de buscar seus futuros individuais, como o crescimento pessoal, a educação dos filhos, o acesso à moradia própria, assim como aos bens de consumo de que agora desfrutam. Esse trajeto a ser percorrido por fim torna-se um bem comum que pode levar a cooperativa à emancipação da dependência da esfera pública e por fim das condições que ainda geram receio nos indivíduos que um dia o projeto poderia acabar.

Certos desde o princípio de que esta pesquisa não esgotaria o tema e de que o caso único da COOPER REGIÃO apenas abriria ricamente ainda mais discussões, este pesquisador atreve-se a colocar que para a cooperativa um conceito de emancipação seria: *“a superação dos traumas e a aceitação de si mesmos em que ao assumirem-se seres sociais, os indivíduos passariam a desfrutar do fruto de seu trabalho, em favor de si e do grupo, em que após isso lutariam para a manutenção das liberdades e conquistas aferidas, com o objetivo de que a caminhada não termine, mas signifique um caminho sem fim”*.

Desafios ainda serão impelidos à COOPER REGIÃO dentre os quais as ameaças do mercado, da modernidade e da própria constituição das regras e

condutas que a mesma construiu, todavia fica a esperança de que esta iniciativa solidária tenha condições de amadurecer e continuar seu caminho sem fim.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento. fragmentos filosóficos**. 1947. (Dialektik der Aufklärung – Philosophische Fragmente). Disponível em: <<http://kntz.com.br/wp-content/uploads/2009/07/Livro-Dial%C3%A9tica-do-Esclarecimento-Excursos-I-e-II-Adorno-e-Horkheimer.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2013.
- ADLER, Paul, S. **Marx and the organization studies today**. Oxfor: Oxford University Press, 2009.
- AVINA, Fundación. **Contratação pública municipal de uma cooperativa de catadores: O caso da COOPER REGIÃO: Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis da Região Metropolitana de Londrina – PR**. Salvador. 2012. (Série Catação, v.1 Inspirar Ideias).
- BARBOSA, Rosângela N. C. **A economia solidária como política pública**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BARBOSA, Rosângela N. C. **A política pública de economia solidária**. São Paulo: Cortez, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. São Paulo: Zahar, 2004.
- BAZO, Márcia Lali; STURION, Leonardo; PROBST, Vanessa S. Caracterização do reciclador da ONG RRV em Londrina – PR. **Fisioter. Mov.** Curitiba, v. 24, n. 4, p. 613-620, 2011.
- BECK, U. **La sociedad del riesgo**. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.
- BORINELLI, B. **Desempenho político-administrativo das instituições ambientais na década de 1990: a experiência da Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- CARNOY, Martin. **Estado e teoria política**. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1988.
- BRANT, César A. Caldeira. **Cooperativa de reciclagem de lixo COOPREC: uma experiência sob análise**. CEFET – GO. 2005.
- CATTANI, Antonio David. Emancipação social. In: CATTANI, A. D. (Org). **Outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.
- CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.
- CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. Associativismo. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

CMTU-LD. **Limpeza Pública**. CMTU-LD. Companhia de Trânsito de Urbanização de Londrina. 2011. <<http://www.cmtuld.com.br/index.php/diretoria-de-operacoes/limpeza-publica>> Acesso em: dez. 2013.

COELHO, LINA. Economia da família. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

CORAGGIO, J. L. Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. **Revista Proposta**, n. 72, p. 30-38, mar./maio, 1997.

COUTINHO, H. H.; BERNARDES, M. E. C.; LABEGALINI, P. R.; MARCIANO, K. R. G.; CULTI, Maria N. **Reflexões sobre o processo de incubação de empreendimentos econômicos solidários e seus limites**. Primeira Conferência Nacional de Economia Solidária da Rede UNITRABALHO. UNITRABALHO – FEA/USP. 2002. Disponível em: <<http://unitrabalho.org.br/IMG/pdf/reflexoes-sobre-processo-incubacao.pdf/>>. Acesso em: 22 maio 2013.

CULTI, Maria N.; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**. UNITRABALHO. São Paulo. Editora: Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, E. **Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa**. Política & Sociedade, Florianópolis, n.5, p. 139-164, out. 2004.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção do conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

DIAS, Álvaro Machado. Do crescimento das taxas de depressão e suas causas. **Ciências e Cognição**, São Paulo, v. 15, n. 2, p.165-172, 2010.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica: no horizonte das teorias**. Versão livre disponibilizada pelo autor. São Paulo: 2006.

EID, Farid. **Descentralização do estado, economia solidária e políticas públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo?** In: _____. Educação e Sócio Economia Solidária – Paradigmas de Conhecimentos e de Sociedades. Cácares: UNEMAT Editora, 2004.

ENGELS, Friedrich. **Revolução e contra-revolução na Alemanha**. São Paulo: Boitempo, Versão reproduzida. 1852.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

FREY, Klaus. **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil**. Planejamento e Políticas Públicas. Junho. 2000.

FURTADO, C. **Democracia econômica: em busca de um novo modelo**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Rev. Katályst.**, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 11-19, jan./jun. 2008.

GAIGER, Luiz Inácio; CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

GODOI, Christiane Kleinubing; BANDEIRA-DE-MELLO, Rodrigo; SILVA, Anielson Barbosa Da. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos**. São Paulo: Saraiva, 2010.

GRAMSCI, Antonio. **Men or machines**. Translated: Natalie Campbell. Original Published: Avanti. 1916.

HEIDEN, Anke Iracema Von Der. **Cooperativas de reciclagem de lixo e inclusão social: O caso do município de Itaúna – MG**. Divinópolis: Universidade do Estado de Minas Gerais – FUNEDI, 2007.

HINTZE, Susana. **Capital social**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: </a: <http://www.ibge.gov.br>>. 2012. Acesso em: 13 maio 2013.

IPEA, Instituto Pesquisa Econômica. 2012. Disponível em: </a: <http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 5 abr. 2013.

JESUS, Paulo de; TIRIBA, Lia. Cooperação. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

KANT, Immanuel. **Resposta à pergunta: O que é o iluminismo?** In: KANT, Immanuel. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Tradução: Artur Mourão. Lisboa. 2009.

LANZA, Fábio; BETTIOL, Líria M. L.; LUZIO DOS SANTOS, L. M.; MORAIS, Edson E. **Poder público e economia solidária na coleta seletiva e reciclagem: avanços e desafios da COOPERSIL em Londrina – PR**. In: PITAGUARI, S. O; CORDEIRO, Sandra M. A.; BETTIOL, Líria M. L. **A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. EDUEL, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. Solidariedade. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

LECHAT, M. P. N. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas** – Revista de Ciências Sociais, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 1, jun. 2002.

LE PRESTE, P. **Ecopolítica internacional**. São Paulo: Senac, 2000.

LISBOA, A. M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. In: DAL RI, Neusa Maria (org). **Economia solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. São Paulo: Arte e Ciência, 1999. p. 55-89.

LISBOA, A. M. **Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites**. Pensata convidada. RAE, v. 45, n.3, p. 109-115, jul/set. 2005.

LUZIO DOS SANTOS, L. M.; LIMA, Joseane; FERREIRA, Thayla. Parceria entre Economia Solidária e poder público: Avanços e desafios da COOPERSIL In: LUZIO DOS SANTOS, L. M ; BORINELLI, Benilson.; PITAGUARI, S. O; CORDEIRO. **Economia solidária em uma pluralidade de perspectivas**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. EDUEL, 2011.

MANCE, E. A. **A revolução das redes**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MANCE, E. A. **Redes de colaboração solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSE, H. **Eros e civilização: uma interpretação filosófica do pensamento de Freud**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MARENS, R. **It's not just for communists any more: Marxian political economy and organization theory**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo – Versão Reproduzida. Brasil. 1844.

MARX, Karl. **Luta de classes e luta política**. São Paulo: Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil. 1847.

MARX, Karl. **Trabalho assalariado e capital**. São Paulo: Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil. 1849.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil. 1857.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo Editorial – Versão Reproduzida. Brasil. 1848.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**. Introdução: Jacob Gorender tradução: Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARTINS, P. H. Cidadania. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

MOREIRA, J.O. Da melancolia dos dias cinzentos à depressão das noites sem fim. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, v. 60, n. 3, p. 32-39, 2008.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX: Espírito do tempo 1 – Neurose**. 10 São Paulo: Forense Universitária, 2011.

MOTHÉ, Daniel. Autogestão. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

NAMORADO, Rui. Cooperativismo. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio; HESPANHA, Pedro. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Edições Almedina, 2009.

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos de economia solidária: uma pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2008.

PAÇO-CUNHA, E. **Marx e a organização como abstração arbitrária**. Encontro de Estudos Organizacionais, EnEO, Anpad, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. Revista Mercado e Trabalho. IPEA, v. 9, n. 24, ago. 2004.

POLANYI, Karl. **La grande transformation. Aux origines politiques et économiques de notre temps**. Paris: Gallimard, 1983.

POULANTZAS, Nicos. **O estado, o poder e o socialismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

PROAF. **Economia e legislação: salário mínimo**. PROAF – Pró Reitoria de Administração e Finanças da UEL. 2004. Disponível em: <<http://www.uel.br/proaf/informacoes/indices/salminimo.htm>>. Acesso em: dez. 2013.

SAMPAIO, C. A. C.; FERNANDES, V.; ETXAGIBEL, J. A; GABILONDO, L. A. Revisitando a experiência de cooperativismo de Mondragón a partir da perspectiva da ecossocioeconomia. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 25, p. 153-165, 2012.

SANTOS, B. S. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática – A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. Boaventura de Souza Santos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, B. S.; RODRIGUÉZ, G. C. **Law and globalization from below: Towards a cosmopolitan legality** Cambridge: Cambridge studies in law and society, 2002.

SCHWENGBER, A. M. **Diretrizes para uma política pública de economia solidária no Brasil: a contribuição da rede de gestores**. São Paulo: ITCP/USP, 2005.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, P. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. UFBA, 2001. Economia Solidária. v. 2.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. Os oito primeiros anos da Secretaria Nacional da Economia Solidária. In: LIANZA, Sidney; HENRIQUES, Flávio Chedid. **A economia solidária na América Latina: realidades nacionais e políticas públicas**. Rio de Janeiro: SOLTEC. UFRJ, 2012.

SILVA, C. R. M.; SILVA, A.; RUSSO, S. M. E; OLIVEIRA, E. A. A. Q.; SANTOS, V. S.; QUINTAIROS, P. C. R. **Cooperativas de reciclagem de lixo: Um estudo sobre a parceria entre uma associação de catadores e uma instituição pública**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-graduação da Universidade do Vale da Paraíba. UNIVAP. 2011.

SILVA, L. T.; DAMASCENA, J. S. **O cooperativismo e a reciclagem de resíduos sólidos: uma abordagem dentro dos princípios da economia solidária**. Maringá: UNITRABALHO – UEM, 2008.

SOARES, G. J. V.; DIAS, C.; SILVA, E. S. **A incubadora tecnológica de cooperativas populares da UFRPE: uma nova experiência de extensão universitária**. I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. UFPB. 2002. Disponível em: <http://www.prac.ufpb.br/anais/lcbeu_anais/anais/trabalho/aincubadora.pdf>. Acesso em: 21 maio 2013.

SOTO, M. M. T. **Análise e formação de redes de cooperativas de catadores de materiais recicláveis no âmbito da economia solidária**. Rio de Janeiro: COOPE-UFRJ, 2011.

STÁBILE, F.; BETTIOL, L. M. L. **Trajetórias do trabalho feminino e economia solidária**. In: PITAGUARI, S. O; CORDEIRO, S. M. A.; BETTIOL, L. M. L. A sustentabilidade da economia solidária: contribuições multidisciplinares. Londrina: Universidade Estadual de Londrina. EDUEL, 2012.

ZANIN, M. **Cooperativas de catadores e a cadeia produtiva da reciclagem: oportunidades e limites**. Décimo segundo seminário de comissões técnicas da ABPOL. São Paulo, 2008.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Lista de Perguntas de Referência Aplicadas aos Entrevistados

Neste apêndice estão listadas as perguntas do roteiro que serviu como base para a realização das entrevistas. Todas as perguntas formuladas foram embasadas nos objetivos da pesquisa e nas categorias de análise elencadas no capítulo de procedimentos metodológicos. No campo outros questionamentos surgiram conforme a experiência desenvolveu-se.

É importante salientar que as perguntas abaixo listadas não necessariamente foram aplicadas da forma como se apresentam, tampouco a todos os entrevistados, nem em ordem específica. Observando as premissas qualitativas e a condição de que as conversas fossem totalmente abertas, foi observada a conveniência e as condições ambientais que propiciariam seu uso nas entrevistas.

Salutar é informar por fim que tais perguntas também podem ter sido aplicadas em número distinto para cada entrevistado, inclusive para a diretoria, da mesma maneira que certos questionamentos não foram aplicados aos cooperados. Para fins de referência e para contribuições à outras pesquisas, a livre adaptação destas perguntas a outros objetivos, bem como a outras unidades de análise é válida, observando temática e contexto de realização das entrevistas.

Perguntas de Referência:

- 1 – Como percebe seu trabalho e como chegou em sua condição atual de capacitação e renda?
- 2 – Como desenvolveu suas habilidades e conhecimentos no trabalho?
- 3 – De que maneira percebe a cooperativa e os colegas de trabalho?
- 4 – Como entende o papel da cooperativa?
- 5 – Como entende seu papel na cooperativa?
- 6 – A Economia Solidária aparece de que maneira na cooperativa?
- 7 – Quais foram as mudanças que aconteceram em sua vida, de sua família e pessoas importantes para você após seu ingresso na cooperativa?

- 8 – Na cooperativa existe algum tipo de curso ou capacitação técnica aos cooperados?
- 9 – Qual é o sentimento seu em relação a ser parte da cooperativa?
- 10 – Como você se sente a partir de seu trabalho?
- 11 – Quais foram as mudanças econômicas que sua participação na cooperativa gerou?
- 12 – Você se sente parte da cooperativa de que maneira?
- 13 – Como acontecem os processos de discussão na cooperativa?
- 14 – De que forma acontecem as discussões sobre tomada de decisões na cooperativa?
- 15 – A participação dos indivíduos acontece de que maneira na tomada de decisões?
- 16 – Você se sente parte daqueles que tomam decisões na cooperativa?
- 17 – Você tem interesse em ser parte da liderança da cooperativa?
- 18 – Você sente-se confortável com a forma como as decisões são tomadas na cooperativa?
- 19 – Você questiona as decisões tomadas na cooperativa?
- 20 – Como você observa seus colegas em relação à tomada de decisões na cooperativa?
- 21 – De que maneira a cooperativa permite que as pessoas opinem e participem dos processos de tomada de decisões e da busca por informações?
- 22 – Você acha que a cooperativa é um lugar de refúgio e liberdade para as pessoas?
- 23 – Como vocês acolhem as pessoas?
- 24 – Como vocês ensinam as pessoas a viver e trabalhar como cooperados?
- 25 – Como vocês compartilham os ideais solidários na cooperativa?
- 26 – A Economia Solidária é uma realidade na cooperativa?
- 27 – Quais são as realizações da cooperativa no campo financeiro?
- 28 – Quais são suas realizações pessoais a partir do trabalho na cooperativa?
- 29 – De que forma a cooperativa contribuiu para sua vida pessoal?
- 30 – Qual o sentimento existente na cooperativa sobre a liberdade e a inclusão das pessoas?
- 31 – De que maneira acontece a divisão dos resultados econômicos na cooperativa?
- 32 – Qual o seu entendimento de liberdade?

- 33 – Você entende o que é libertação?
- 34 – A cooperativa trouxe liberdade a você e sua família?
- 35 – Seu trabalho hoje na cooperativa lhe deu a condição de ser livre e dono de si mesmo?
- 36 – Qual o seu sentimento sobre o acesso à coisas que antes você não tinha?
- 37 – Qual é o sentimento entre você e seus colegas sobre serem donos de si mesmos?
- 38 – Qual o sentimento sobre serem donos de seu próprio trabalho?
- 39 – Qual o papel da prefeitura na vida da cooperativa?
- 40 – De que maneira o poder público interfere na vida da cooperativa?
- 41 – Quais os sentimentos sobre o futuro da cooperativas?
- 42 – De que forma a política interfere na vida da cooperativa?
- 43 – Quais os sentimentos e expectativas sobre a libertação da cooperativa em relação à prefeitura?
- 44 – Como a cooperativa sobreviveria sem o auxílio financeiro da prefeitura?
- 45 – Existem expectativas sobre o futuro e a autonomia da cooperativa sem a prefeitura?
- 46 – Como a prefeitura pode impactar positivamente e negativamente o presente e o futuro da cooperativa?
- 47 – Você consegue associar sua vida na cooperativa ou dos cooperados à liberdade?
- 48 – O sentimento de liberdade está associado à emancipação de que maneira?
- 49 – Que tipo de emancipação existe em sua vida?
- 50 – Qual a maior liberdade conquistada por você e pela cooperativa?
- 51 – De que maneira a cooperativa proporciona libertação?
- 52 – O que é emancipação para você?
- 53 – Qual a sua percepção sobre a emancipação dos indivíduos na cooperativa?
- 54 – A solidariedade proporcionou emancipação de que maneira na cooperativa?
- 55 – Ser dono de seu trabalho e compartilhar disso na cooperativa, os tornou emancipados?